

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

NATHALIA CARVALHO MOREIRA

**MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO DE MULHERES:**  
O CASO DO BANCO POPULAR CRÉDITO SOLIDÁRIO

SÃO PAULO

2016

NATHALIA CARVALHO MOREIRA

**MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO DE MULHERES:  
O CASO DO BANCO POPULAR CRÉDITO SOLIDÁRIO**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como parte dos requisitos para obtenção de título de doutorado em Administração Pública e Governo

Linha de pesquisa: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz

SÃO PAULO

2016

Moreira, Nathalia Carvalho.

Microcrédito e Empoderamento de Mulheres: o caso do Banco Popular Crédito Solidário / Nathalia Carvalho Moreira. - 2016.

110 f.

Orientador: Eduardo Henrique Diniz

Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Mulheres. 2. Microfinanças - Santo André (SP). 3. Empreendedorismo. I. Diniz, Eduardo Henrique. II. Tese (CDAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 396

NATHALIA CARVALHO MOREIRA

**MICROCRÉDITO E EMPODERAMENTO DE MULHERES:  
O CASO DO BANCO POPULAR CRÉDITO SOLIDÁRIO**

Tese apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como parte dos requisitos para obtenção de título de doutorado em Administração Pública e Governo

Data: 18/03/2016

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Eduardo Henrique Diniz (orientador)  
FGV/EAESP

---

Profa. Dra. Claudia Márcia de Jesus Forte  
MACKENZIE/SP

---

Profa. Dra Luciana Trindade Aguiar  
PNUD

---

Profa. Dra Marta Ferreira Santos Farah  
FGV/EAESP

---

Prof. Dr. Lauro Emílio Gonzalez Farias  
FGV/EAESP

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, professor Eduardo Henrique Diniz, desde as aulas iniciais de Tecnologia da Informação e Desenvolvimento bem como durante todos os anos do doutorado, obrigada pelo grande apoio, incentivo, ajuda e contribuições.

Ao professor Lauro Emílio Gonzalez de Farias pela contribuição tanto na banca de qualificação bem como na versão final do trabalho.

Às professoras Claudia Márcia de Jesus Forte e Luciana Trindade Aguiar por aceitarem participar da banca e pela contribuição na versão final deste trabalho.

À professora Marta Ferreira Santos Farah, pela disponibilidade de participar desta banca e contribuir com a versão final do trabalho.

Ao professor Adrian Kemmer Cernev pelas sugestões na banca de qualificação.

À Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas EAESP/FGV, em nome do qual agradeço a todos os (as) funcionários (as) e professores (as) do Programa de Pós Graduação em Administração Pública e Governo.

À professora Stephanie Paterson, pela oportunidade de estágio doutoral na Concordia University em Montreal, Canadá.

À professora Karinne Levasseur da University of Manitoba em Winnipeg, Canadá.

Ao Senhor Almir da Costa Pereira, Diretor Executivo do Banco do Povo Crédito Solidário, pela autorização e apoio para realizar a pesquisa de campo. Agradeço também a todas as agentes de crédito que me receberam e me auxiliaram com entrevistas e visitas de campo.

Agradeço à todas as clientes do BPCS que concederam entrevistas, de forma tão sincera e espontânea, que foram o motivo para o enriquecimento deste trabalho, obrigada!

Agradeço ao meu amigo de longa data, Odemir Baêta pela imensa contribuição, dicas, reflexões, pelas conversas pacientes de motivação e por compartilhar seus conhecimentos.

Por fim, agradeço a minha mãe e meu pai, pelo imensurável apoio e estímulo aos estudos.

À minha irmã Priscila e meu irmão Gustavo por acompanharem este trajeto de perto.

Em especial, ao Alex, pela parceria, compreensão, companheirismo e incentivo.

## RESUMO

Muitos estudos têm indicado a importância das microfinanças para a redução da pobreza e desigualdades sociais, incluindo o empoderamento feminino. Neste contexto, este trabalho teve como objetivo geral analisar o empoderamento das clientes de uma instituição de microfinanças – o Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS), em Santo André (SP). Foi classificada como uma pesquisa qualitativa, descritiva e do tipo *grounded theory* e estudo de caso. Foram realizadas 10 visitas de campo a microempresárias e dois grupos focais com grupos solidários da instituição. Também foram entrevistados gestores e agentes de crédito. Foi realizada análise de conteúdo com auxílio do quadro teórico utilizado sobre de empoderamento econômico, social e individual. Os principais resultados mostram a crescente capacitação econômica no âmbito da aprendizagem do empreendedorismo, conhecimento em microfinanças e do seu próprio negócio. Por estes motivos, percebemos o aumento da interação social com a comunidade. Também percebemos a emancipação das trabalhadoras, muitas delas tem emancipação econômica dos seus maridos e algumas delas são capazes de contribuir financeiramente para o agregado familiar, melhorando assim a relação com o companheiro. Finalmente, este trabalho confirma a importância das microfinanças, o efeito positivo no empoderamento para a redução da pobreza e para a promoção da equidade de gênero. A principal conclusão observada foi a melhoria do nível de educação, empoderamento, autonomia e da compreensão de sua auto-capacidade e que elas são capazes de gerir seu próprio negócio e vidas; dessa forma, como contribuição teórica, foi elaborado o mapa conceitual de empoderamento auto-sustentável.

Palavras-chave: Microfinanças, Microcrédito, Empoderamento, Mulheres.

## **ABSTRACT**

Many studies indicate the importance of microfinance in reducing poverty and social inequality, including women's empowerment. In this context, this study aimed to analyze the empowerment of women of a microfinance institution – the Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS) in Santo André (SP). It was classified as a qualitative, descriptive and grounded theory and case study. They were conducted 10 visits to entrepreneurs and two focus groups with solidarity groups of the institution. We also interviewed managers and loan officers. Content analysis was performed using the theoretical framework of economic, social and individual empowerment. The main results show the increasing of economic empowerment in the context of entrepreneurship learning, knowledge in microfinance and its own business. For these reasons, we also realize the increased social interaction with the community. We also realize the emancipation of women, many of them have economic emancipation of their husbands and some of them are able to contribute financially to the household, thus improving the relationship with their partner. Finally, this study confirms the importance of microfinance, the positive effect on empowerment for poverty reduction and the promotion of gender equity. The main conclusion was observed to improve the level of education, empowerment, autonomy and self-understanding of their ability and that they are able to manage their own business and lives; thus, as a theoretical contribution was prepared the conceptual map of self-sustaining empowerment.

**Keywords:** Microfinance, Microcredit, Empowerment, Women.

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 - Dimensões do empoderamento .....	41
Quadro 2 – Dimensões do Capital Social.....	43
Quadro 3 – Locais da pesquisa de campo.....	60
Quadro 4 - Entrevistas/conversas realizadas .....	63
Quadro 5 - Modelo para análise do empoderamento.....	78
Quadro 6 – Categoria Microcrédito.....	84
Figura 1 - Ciclo do empoderamento .....	42
Figura 2 - Estratégias de meios de subsistencia .....	45
Figura 3 - Modelo teórico dos meios de vida sustentáveis.....	47
Figura 4 - Desenho da pesquisa.....	54
Figura 5: Unidades do BPCS.....	70
Figura 6: Mapa conceitual do Empoderamento auto sustentável.....	93

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABCRED Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Micro finanças

AC Análise de conteúdo

ANPAD Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração

APLs Arranjos Produtivos Locais

BEM Banco do Empreendedor do Maranhão

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BPCS Banco do Povo Crédito Solidário

CEDAW Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CNDM Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

EAESP Escola de Administração de Empresas de São Paulo

FAEP Fundo de Apoio ao Empreendimento Popular

FEM Fórum Econômico Mundial

FENAPE Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos

FGV Fundação Getúlio Vargas

FINCA Foundation for International Community Assistance

FMI Fundo Monetário Internacional

GMA Global Microentrepreneurship Awards

GT Grounded Theory

IMF Intituições de Microfinanças

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG Organização Não Governamental

ONU Organização das Nações Unidas

OSCIPS Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

PAPD programa de apoio às populações desfavorecidas

PBF Programa Bolsa Família

PCMM Prêmio Citi Melhores Microempreendimentos

PROGRAMA UNO União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

PTRM Programa de Transferência de Renda Mínima

SCMs Sociedades de Crédito ao Microempreendedor

SPC Sistema de Proteção ao Crédito

TFD Teoria Fundamentada nos Dados

TIC Tecnologias de Informação e Comunicação

WWF Working Women's Forum

## SUMÁRIO

1.	<i>Considerações iniciais</i> .....	11
2.	<i>Microcrédito e microfinanças</i> .....	16
2.1	Conceitos .....	16
2.2	Características .....	19
2.3	Contexto internacional.....	21
2.4	Contexto brasileiro .....	23
2.5	O microcrédito e o foco nas clientes .....	26
2.6	Microfinanças no Brasil.....	30
3.	<i>Empoderamento</i> .....	32
3.1	Contextualização - perspectiva de gênero .....	32
3.2	Tranversalização de gênero - “ <i>Gender Mainstreaming</i> ” .....	34
3.3	Empoderamento – conceitos.....	37
3.4	Capital social.....	43
3.5	Teoria meios de vida sustentáveis.....	44
4	<i>Grounded Theory</i> .....	50
5	<i>Caminhos metodológicos</i> .....	54
4.1	Pressupostos metodológicos.....	54
4.2	Classificação da pesquisa.....	55
4.3	Escolha do caso - Por que o BPCS? .....	56
4.4	Técnicas de coleta de dados .....	58
4.5	Técnicas de análise de dados .....	64
4.6	Elaboração do Mapa Conceitual (MC) .....	66
6	<i>Apresentação do local de estudo – BPCS</i> .....	68
7	<i>Resultados e discussão</i> .....	71
7.1	A visão dos gestores .....	72
7.1.2	Informações/orientações para clientes interessados.....	72
7.1	Análise dos grupos .....	77
7.1.1	Nível psicológico.....	79
7.1.2	Nível organizacional.....	81
7.1.3	Nível comunitário .....	82
7.2	O empoderamento das clientes .....	84
7.2.1	Banco do Povo .....	85
7.2.2	Aplicação de recursos .....	87

7.2.3	<b>Grupos solidários</b> .....	88
7.2.4	<b>Relacionamento familiar</b> .....	90
7.2.5	<b>Nível individual</b> .....	91
8	<b>Considerações finais</b> .....	95
8.1	<b>Limitações da pesquisa</b> .....	98
9	<b>Referências</b> .....	99

## ***1. Considerações iniciais***

Este trabalho teve como objetivo geral analisar como o microcrédito pode contribuir para o empoderamento de mulheres.<sup>1</sup>

A discussão sobre gênero e pobreza ganhou espaço na agenda acadêmica e nos organismos internacionais a partir dos anos 1970. Nessa mesma década, o microcrédito também se destacou, sobretudo, pelas inovações adotadas, de maneira pioneira, do Banco Grameen, em Bangladesh. Dentre tais inovações, as principais foram os empréstimos em grupo e o empréstimo às mulheres<sup>2</sup>, como estratégia de empoderamento. Em princípio, este termo é entendido como o aumento do poder e controle sobre as decisões, acesso a recursos, informações, serviços e, principalmente, participação e autonomia feminina.

O relatório Progresso das Mulheres no Mundo, divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), mostra que, no mundo, em média, os salários das mulheres são 24%<sup>3</sup> inferiores aos dos homens na mesma função. As trabalhadoras continuam recebendo em todo o mundo um salário diferente pelo mesmo tipo de atividade, o que resulta em grandes disparidades em termos de recursos recebidos ao longo da vida.

A partir do balanço de resultados dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS)<sup>4</sup>, a ONU traçou metas denominadas de agenda pós-2015, que, em geral, buscam eliminar a pobreza extrema em todas as suas formas e assegurar que nenhuma pessoa – independentemente de etnia, gênero, incapacidade ou raça – seja excluída das oportunidades

---

<sup>1</sup> Neste trabalho, utilizaremos “empoderamento de mulheres” e “empoderamento feminino” como sinônimos.

<sup>2</sup> Serão considerados como sinônimos de mulheres: população feminina, trabalhadoras, microempendedoras/empendedoras, microempresárias, cidadãs, clientes e clientes femininas. Apesar da maioria das clientes de Instituições de Microfinanças (IMFs) serem mulheres, percebemos que a literatura utiliza termos majoritariamente do gênero masculino (trabalhadores, empreendedores e outros); por isso, utilizaremos preferencialmente a menção ao gênero feminino ao longo do texto.

<sup>3</sup> Ressalta-se que este cenário não acontece no setor público. Precisamente no Brasil não há essa diferença porque há isonomia no serviço público federal, estadual e municipal, que emprega uma parcela considerável de trabalhadoras e trabalhadores. Essa realidade parece ser mais comum na iniciativa privada.

<sup>4</sup> Os objetivos são: 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome; 2 - Atingir o ensino básico universal; 3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher; 4 - Reduzir a mortalidade infantil; 5 - Melhorar a saúde das gestantes; 6 - Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental; e 8 – Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Foram elaborados em 2000, por líderes mundiais de 189 países-membros da ONU. As nações se comprometeram nestes objetivos com um prazo para o seu alcance até 2015. O último relatório dos ODM da ONU mostra que o esforço de 15 anos produziu o mais bem sucedido movimento de combate à pobreza da história. Fonte: <http://www.pnud.org.br/odm> Acesso em 12 fev 2016.

econômicas básicas e dos direitos humanos essenciais. O terceiro objetivo tratava do tema gênero, especificamente, almejando igualdade e empoderamento das mulheres.

Em 2015, a ONU traçou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>5</sup>. Trata-se da nova agenda de ação até 2030, que se baseia nos progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, entre 2000 e 2015. Esta agenda é fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas, incluindo a temática de gênero.

Na agenda internacional, para reduzir as desigualdades e ampliar o desenvolvimento, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) recomenda a promoção de equidade entre homens e mulheres, a ampliação de empregos e mais investimentos em educação e formação. Nesse sentido Bronzo (2008) afirma que ao considerar a pobreza, é preciso investir no empoderamento, na autoestima e na capacidade de autodesenvolvimento.

Para Mayoux (2010) e Kulkami (2011), o foco no empoderamento feminino no contexto das microfinanças traz à tona discussões sobre as relações de gênero nas políticas de desenvolvimento, sendo as cidadãs vistas como fundamentais na luta contra a pobreza.

Nesse âmbito, o microcrédito emerge como um dos principais instrumentos das políticas de geração de emprego e renda (MORDUCH, 1999 e HELMS, 2006), sendo considerado como alternativa para pessoas com dificuldade de inserção no mundo do trabalho. Em vários casos, esta é a única opção para quem se encontra excluído do sistema de crédito da rede bancária tradicional, especialmente para as cidadãs sem recursos financeiros.

Nota-se, além disso, que o microcrédito possui uma lógica distinta das políticas assistencialistas tradicionais, visando criar maiores chances de inserção de sua clientela no processo produtivo (empoderamento, aprendizado e autonomia). Não se constitui, portanto, em políticas de subsídios, mas de viabilização de alternativas concretas de geração de emprego e renda para beneficiárias e beneficiários (CAÇADOR, 2014).

Logo, o microcrédito ganha uma função complementar do ponto de vista econômico e social, que transpõe o simples interesse em desenvolver as microempresas. Os casos de sucesso de programas de microcrédito encontrados na literatura apontam a existência de características específicas, tais como: uso de grupo solidário; forte participação feminina; e foco em regiões pobres (GONZALEZ et al., 2014; FARASHUDDIN, 2005; FORTE, 2011).

---

<sup>5</sup> Fonte: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em 12 fev 2016.

Morduch (1999) reconhece os impactos positivos, com destaque para os seguintes aspectos: fortalecimento feminino; melhoria da renda dos menos privilegiados; e alívio da pobreza, mediante a criação de emprego e renda. Nesse âmbito, o modelo criado por Yunus (Yunus e Jolis, 2000) prioriza o empréstimo às mulheres como estratégia de melhoria da situação socioeconômica das famílias e empoderamento. Pitt e Khandker (1998), afirmam que o microcrédito concedido às cidadãs permite o aumento da renda familiar e a melhoria da escolaridade dos filhos. Cheston (2002) acredita também que conceder serviços financeiros às trabalhadoras pode ter um “efeito multiplicador”, uma vez que elas investem a maioria de seus ganhos para a família.

Alguns trabalhos têm discutido a influência do microcrédito para o empoderamento feminino, como Monzoni Neto (2006), Pablos et al. (2007), Fernandes (2010) e Kruijf (2014). A literatura acadêmica sobre microcrédito tem concentrado seus estudos em duas linhas: a sustentabilidade financeira das Instituições de Microfinanças (IMFs) e o impacto gerado nos (as) clientes. No contexto brasileiro, a maior parte dos estudos enfatiza a questão da sustentabilidade financeira das IMFs (GONZALEZ et al., 2014).

Dessa forma, pretendeu-se, com este trabalho, contribuir para o preenchimento dessa lacuna, ao buscar compreender o conceito de empoderamento feminino, no âmbito do microcrédito, com detalhes de um caso específico. Logo, a contribuição desta tese está na proposição do conceito de “empoderamento” que foi baseada nas teorias sobre meios de vida sustentáveis (ADATO; MEINZEN-DICK, 2002; DUNCOMBE, 2006; ARUN; HEEKS; MORGAN, 2004 e HEEKS, 2010). Esse modelo conceitual reconhece as trabalhadoras e trabalhadores como atores e atrizes, com meios e capacidades para buscar seus próprios objetivos (ARUN; HEEKS; MORGAN, 2004).

Em suma, outro ponto que justificou este estudo foi o foco nas trabalhadoras financiadas por programas de microcrédito, pois política do microcrédito objetiva empoderar as cidadãs não apenas no nível financeiro, mas também no nível social (KRUIJF, 2014).

Diante do exposto, este trabalho teve o pressuposto de que o microcrédito pode influenciar positivamente para o alcance do empoderamento feminino. Nesse contexto, vários fatores e níveis de empoderamento - econômicos, familiares e individuais – foram analisados.

A discussão do tema traz à tona diversas reflexões e surge o seguinte questionamento:

**Como acontece e quais os níveis de empoderamento que as trabalhadoras podem alcançar com a influência do microcrédito?**

Portanto, este trabalho teve, como objetivo geral, analisar de que maneira acontece o processo de empoderamento das cidadãs que utilizam o microcrédito em uma Instituição de Microfinanças (IMF), no estado de São Paulo. Como objetivos específicos, pretendeu-se:

- a) verificar a percepção das microempresárias sobre o empoderamento,
- b) analisar a trajetória das clientes do BPCS em seus empreendimentos, como conheceram o microcrédito e como este contribuiu para suas realidades.

Na presente tese, analisa-se o caso da IMF Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS), de Santo André, São Paulo (SP). A escolha desse caso justifica-se pelo fato de o BPCS ter sido a primeira organização do setor no Estado de São Paulo. Além disso, a instituição destaca-se também como uma referência do microcrédito no país e 58% de suas clientes são mulheres.

Além desta introdução, esta tese possui mais sete partes. A parte dois apresentou o contexto das microfinanças e microcrédito, tanto no âmbito internacional, quanto no Brasil. Realizamos um levantamento dos principais estudos empíricos no Brasil e, em seguida, foram discutidas as ideias dos principais autores que estudam microcrédito e as microempreendedoras.

Na seção três, apresentamos o referencial teórico sobre empoderamento. Para isso, inicialmente foi contextualizado o histórico sobre a desigualdade de gênero e transversalização de gênero, buscando identificar como o tema tem sido entendido. Nessa parte, também apresentamos os conceitos de poder e empoderamento e os estudos empíricos no Brasil. Em seguida, é apresentado o marco teórico de modos de vida sustentáveis que forneceu a base para a construção do modelo teórico-analítico elaborado para este estudo.

A parte quatro abre as discussões sobre os processos metodológicos, introduzindo os conceitos utilizados sobre *grounded theory* que nortearam a pesquisa.

A seção cinco descreve os caminhos metodológicos da pesquisa, destacando o percurso desde o momento inicial até as técnicas de coleta, visitas de campo e análise de dados.

Na sexta parte é apresentado o local de estudo, o Banco do Povo Crédito Solidário. A seguir, no sétimo tópico, são discutidos e analisados os resultados. Adotou-se o modelo teórico-conceitual sobre empoderamento feminino baseado em diversos autores como Zimmerman (1995), Adato e Meinzen-Dick (2002), Mayoux (2004), Arun, Heeks e Morgan (2004), Musitu e Buelga (2004), Duncombe (2006), Heeks (2010) e Caicedo Munoz e Solarte-Pazos (2015) e foi adicionado outro aspecto considerado importante, a partir da elaboração de um mapa conceitual: o empoderamento auto sustentável, que emergiu a partir da pesquisa de campo. Em geral, observamos que este empoderamento ocorre quando todos os níveis de empoderamento foram atingidos e principalmente quando as microempresárias atingem plena consciência dessas etapas, podendo controlar e alterar a própria realidade.

Por fim, foram feitas as considerações finais, retomando os principais resultados, bem como sugestões para estudos futuros e as limitações.

## ***2. Microcrédito e microfinanças***

### **2.1 Conceitos**

Para entender o microcrédito, é importante lembrar que é no momento de escassez de recursos financeiros que o microcrédito emerge como fator de transformação, dando oportunidade para os empreendedores e empreendedoras de baixa renda<sup>6</sup> (SELA et al., 2006).

Nesse contexto, as modificações estruturais que vem ocorrendo nas economias, assim como a revolução tecnológica têm como subproduto a elevação do desemprego. Com poucas oportunidades, muitos trabalhadores e trabalhadoras acabam entrando na economia informal ou iniciando seu próprio negócio, mesmo não possuindo capacitação empresarial. Além deste despreparo, enfrentam dificuldade para iniciar suas atividades devido à falta de crédito. Assim, a ausência de incentivos, aliada à falta de recursos financeiros já existente, reforça as privações das pessoas menos favorecidas (LESSA, 2000; SELA et al., 2006).

Para Sampaio (2014), as instituições financeiras tradicionais excluem a população baixa renda do mercado de crédito. Com frequência, as atividades econômicas desempenhadas por essa população são informais, o que acaba elevando a taxa de juros e à negativa de concessão do crédito. Como as pessoas interessadas no crédito possuem pouca renda, frequentemente não há garantias reais a oferecer e estas tendem a se tornarem reféns de um sistema alternativo, como de agiotas.

Nessa linha, Neri e Medrado (2005) afirmam que pouco se fala de como os pequenos negócios da ‘economia informal urbana’ são afetados e como se relacionam como o cenário financeiro nacional.

Sendo assim, conforme Bedregal (2001) e Gonzalez et al. (2009), o microcrédito, como é conhecido hoje surgiu como uma potencial solução para a escassez de crédito da população mais carente, permitindo que empréstimos direcionados para atividades microempreendedoras acionem mecanismos de geração de trabalho e renda, quebrando o ciclo vicioso, no qual essas pessoas não acumulam ativos porque não dispõem de crédito; e não conseguem crédito porque não acumulam ativos.

Apesar das controvérsias geradas em torno das definições sobre as modalidades financeiras destinadas a populações desfavorecidas de recursos financeiros, as distintas

---

<sup>6</sup> O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) considera de baixa renda pessoas ocupadas com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo mensal. <http://www.ipea.gov.br/> Acesso em 15 fev 2016.

correntes são praticamente unânimes em afirmar que seu principal objetivo é o de ampliar o alcance do financiamento e atingir aqueles que estão suprimidos do sistema financeiro tradicional (JUNQUEIRA; ABROMOVAY, 2005).

Para Gulli (1998), Soares e Sobrinho (2008), Nair (2011) e Alves e Camargos (2014), o microcrédito consiste em serviços financeiros de pequena escala, isto é, com baixos valores, enquanto que Schreiner (2001) e Parente (2003) não o definem pelo valor emprestado, mas apenas, como crédito concedido às pessoas de baixa renda.

Para Barone et al. (2002 p. 32), “microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento)”.

Em termos gerais, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, porém não se destina a financiar o consumo. Dessa maneira, o acesso a essa modalidade creditícia torna-se uma oportunidade para o desenvolvimento dos pequenos negócios, e indiretamente a uma melhoria da capacidade de consumo das famílias por meio da geração de trabalho e renda (BARONE; SADER, 2008).

De acordo com Caçador (2014), o microcrédito ganha evidência na promoção do desenvolvimento, pois visa conceder crédito àqueles segmentos da sociedade que encontram dificuldade para adquiri-lo no sistema convencional. Apesar da existência de falhas de mercado, como a assimetria de informação e a limitação de crédito às pessoas de baixa renda, empreendedores/empreendedoras informais, micro e pequenas empresas e das diferenças regionais, o microcrédito viabiliza também o crescimento econômico de regiões menos desenvolvidas ao conceder crédito aos investimentos considerados de maior risco e menor retorno pelo sistema financeiro tradicional e, dessa forma, ajuda a promover um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões do país.

Para Robinson (2001) e Soares e Sobrinho (2008), o termo microfinanças significa o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas carentes, usualmente excluídas do sistema financeiro tradicional; assim as IMFs se apresentam como um forte instrumento de redução da pobreza.

Segundo Amaral (2005), o conceito de microfinanças incorpora e amplia o conceito de microcrédito, pois, além do crédito, oferta em seu portfólio outros produtos financeiros, como poupança e seguros.

De acordo com Parente (2003) e Menezes et al. (2013) o alvo das microfinanças é, portanto, duplo: promover o segmento microempresarial e de forma simultânea combater à pobreza. Independente do formato jurídico ou se a iniciativa é privada, governamental ou do terceiro setor, as microfinanças buscam desenvolver mecanismos de mercado, com introdução de tecnologias sociais para atingir as necessidades financeiras das pessoas carentes.

Conforme Freitas (2013), microcrédito, microfinanças, microfinanças descentralizadas, microfinanças solidárias e finanças solidárias são termos diferentes, empregados por diversos autores e que designam um mesmo segmento do sistema financeiro voltado à prestação de serviços financeiros para as populações de baixa renda. Esse nicho é reconhecido nacional e internacionalmente, como fundamental e se constitui como uma das prioridades adotadas pelo governo federal para a descentralização e a acessibilidade financeira. Destaca-se que muitos autores não consideram estes termos como sinônimos, ou consideram alguns mais abrangentes que outros, contudo, em geral, esses termos apresentam o mesmo sentido teórico.

Por outro lado, Monzoni Neto (2006) afirma que apesar de correlacionados, esses conceitos são distintos; destaca que a razão dessa confusão ocorre em função de seu desconhecimento ou em virtude de que o único serviço prestado por uma instituição de microfinanças é o crédito.

Neste trabalho, a definição adotada de microcrédito é uma mesclagem de várias de vários autores, como: Caçador (2014), Gulli (1998), Schreiner (2001), Barone et al. (2002) e Yunus e Jolis (2000). Para ‘microfinanças’, seguiremos a linha de pensamento de Kulkami (2011), Soares e Sobrinho (2008), Amaral (2005), Parente (2003) e Nichter et al. (2002).

Em suma, denomina-se microcrédito os empréstimos de baixo valor dados a mulheres e homens de baixa renda, visando o desenvolvimento econômico, a inclusão financeira e o bem-estar.

Para o termo microfinanças, adota-se a definição de que a função principal das microfinanças é oferecer serviços financeiros, para trabalhadoras e trabalhadores de baixa renda, e dar-lhes acesso à poupança e ao crédito.

Sendo assim, após o entendimento das definições e principais conceitos de microcrédito e microfinanças, a próxima sub seção apresenta mais detalhes e características sobre o tema.

## 2.2 Características

As IMFs constituem-se na forma de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), cooperativas de crédito, e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs) além de bancos comerciais públicos e privados principalmente por meio de correspondentes no país.

Segundo Costa (2010), os “bancos do povo” não devem ser cobrados pela geração de empregos ou políticas de empregos. Os programas de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras informais, com viés empreendedor, constituem uma política social e representam a conquista do direito de produzir e gerar renda por conta própria.

Tradicionalmente, o crédito é fornecido baseado em garantias, solidez, patrimônio e tradição financeira do indivíduo que pleiteia o crédito. Já o microcrédito é fornecido baseado principalmente na análise socioeconômica do (a) cidadão/cidadã (cliente), realizada por intermédio do agente de crédito (NERI e MEDRADO, 2005; SELA et al., 2006).

A seleção e o monitoramento do crédito são desenvolvidos pelos (as) agentes de crédito, mediante visitas frequentes ao local de trabalho do (a) cliente e do contato com seu meio social. O agente de crédito desempenha a função de acompanhamento do empreendimento e está envolvido com todo o processo de liberação e recebimento do crédito (SELA et al., 2006).

A metodologia do microcrédito é baseada principalmente na experiência de Yunus (2000) ao observar a exclusão do segmento mais pobre da população de Bangladesh do sistema bancário tradicional e o efeito das taxas de juros elevadas cobradas pelos agiotas, que perpetuavam a situação de pobreza neste país. Nesse âmbito, Yunus (2000) desenvolveu um modelo de empréstimos com um aval solidário, sem garantias reais, focado na população de baixa renda (SAMPAIO, 2014).

Dentre as inovações das IMFs, para Yunus e Jolis (2000) e Gonzalez e Brito (2013), são os chamados empréstimos em grupo, que podem ser definidos como arranjos espontâneos feitos por indivíduos que não dispõem de garantias demandadas pelo sistema bancário. Cada membro do grupo recebe determinado valor e, simultaneamente, garante os empréstimos aos demais. Portanto, em caso de inadimplência de um dos membros, os demais devem pagar a parcela correspondente, sob pena de não receberem mais créditos.

Para Rigquete (2008) e Freitas (2013), os empréstimos solidários, ou empréstimos com aval solidário, podem ser considerados como uma das principais contribuições metodológicas das IMFs. Partindo do pressuposto de que as pessoas carentes têm a capacidade de empreender negócios, mas lhes faltam garantias para obter capital financeiro para investimentos, o aval

solidário funciona de forma que todos são avalistas de todos e, solidariamente, se envolvem com o grupo.

A segunda inovação é a presença do agente de crédito, figura responsável pelo levantamento de dados sobre tomadores, principalmente novos empreendedores e empreendedoras ou grupos, acompanhamento e auxílio a clientes, emissão e análise de relatórios técnicos e recuperação de crédito de tomadores inadimplentes (GONZALEZ; BRITO, 2013). Fachini (2005) e Soares et al. (2011) acrescentam que o agente de crédito é o principal responsável pela inserção do microcrédito em uma determinada comunidade. Eles trabalham diretamente na comunidade e, mediante visitas e encontros esclarecendo dúvidas e apresentando os pré-requisitos necessários para provável clientes.

Quando se observa o mercado bancário tradicional, é comum encontrar profissionais dos bancos alocados especificamente para o atendimento de certo grupo de clientes. Quanto maior a importância econômica do cliente, maior o grau de exclusividade no atendimento. No mundo dos microempreendedores/microempreendedoras, considerando essa lógica de mercado, não faz sentido esse tipo de relacionamento, pois o agente de crédito quebra esse paradigma porque o cliente desfruta de um relacionamento próximo e diferenciado, semelhante àquele de clientes de alta renda (GONZALEZ; BRITO, 2013).

Geralmente, os agentes residem nos arredores ou na própria comunidade da clientela, reforçando os elos e permitindo tratar de maneira diferenciada, os créditos com maiores problemas, investigando a razão pela qual o pagamento não foi efetuado. Um caso de doença na família, de roubo ou atraso na entrega dos produtos a serem comercializados pode justificar uma ação de negociação que, simultaneamente, atenda ao devedor, permitindo que este reequilibre seu fluxo de caixa e reduza a perda efetiva nos empréstimos (GONZALEZ; BRITO, 2013).

Conforme Geraldo (2004) e Freitas (2013), com base nas experiências do cooperativismo de crédito no Brasil, pode-se denominar a lógica de operacionalização das microfinanças como uma “lógica da proximidade” não competitiva de mercado. A proximidade é geográfica e social é o fator chave para a interpretação das inovações nas microfinanças, pois é o combustível que mantém a frequência das interações financeiras, reproduzindo as relações de confiança e reforçando a solidariedade criada devido ao crédito conjunto.

A progressividade nos empréstimos conforme Aghion e Morduch (2010), constitui um incentivo fundamental à administração do risco das operações de microcrédito. Tipicamente, os empréstimos começam com valores reduzidos e, conforme haja assiduidade nos pagamentos,

os montantes aumentam. A repetição das operações permite o acúmulo de informações a respeito do cliente (GONZALEZ; BRITO, 2013).

Do ponto de vista dos tomadores, o importante é que os pagamentos dos empréstimos estejam sintonizados com o fluxo de caixa dos empreendimentos financiados. Boa parte das instituições de microcrédito arrecada os pagamentos semanal ou quinzenalmente (GONZALEZ; BRITO, 2013).

Com as IMFs percebeu-se que os pequenos empreendimentos são viabilizados e dinamizados, podendo, inclusive, ampliar as oportunidades dos empreendedores formais e informais no contexto local (KULKAMI, 2011).

Em suma, no Brasil, a importância do financiamento aos micro e pequenos empreendedores e empreendedoras, formais e informais, justifica-se pelos seguintes motivos: grande quantidade de estabelecimentos de pequeno porte, crescimento do setor informal da economia, crescimento do desemprego e dificuldade de acesso ao crédito (SELA et al., 2006).

Portanto, a partir do entendimento das principais características também é importante trazer à discussão um panorama do contexto internacional das IMFs e impactos percebidos, que faremos no próximo subitem.

### **2.3 Contexto internacional**

No contexto internacional, as principais referências sobre o tema são: Morduch (1999), sobre metodologias de oferta de crédito; Rutherford (2000), sobre mecanismos de poupanças rotativas; Robinson (2001), com a abordagem sobre os conceitos de microcrédito e microfinanças; Helms (2006), com a história do crédito e Yunus (2006), sobre a metodologia experimental de crédito do Grameen Bank.

Segundo Morduch (1999) e Ventura (2008) a história do microcrédito inicia-se na Europa do século XIX, com o surgimento de cooperativas de crédito que objetivou ajudar populações de baixa renda a poupar e conseguir crédito. As cooperativas ajudaram 1,4 milhões de pessoas até 1910, na Alemanha, estendendo-se para a Irlanda e para o norte da Itália. Com o passar do tempo, essas iniciativas disseminaram-se, se replicando também fora do continente europeu (especialmente no Canadá e nos Estados Unidos).

Conforme Fachini (2005), no sul da Índia, sob direção inglesa, cooperativas de crédito foram criadas em 1912. Em 1946, os membros dessas cooperativas já excediam nove milhões

de pessoas. Estas instituições continuaram a se expandir até chegarem ao Estado de Bengal, atual Bangladesh (MORDUCH, 1999).

Helms (2006) e Moraes e Souza Jr. (2011) destacam que, no contexto do microcrédito, merece atenção especial a experiência do Grameen Bank (que significa “banco de aldeia”), a instituição criada por Muhammad Yunus para a concessão de créditos às pessoas de baixa renda. A divulgação de suas ideias e experiências ao redor do mundo deram visibilidade ao microcrédito e lhe presentearam em 2005 com o Prêmio Nobel da Paz.

O Grameen Bank em Bangladesh foi fundado em 1978, e é classificado como o maior banco de Bangladesh em volume de aplicação. O êxito do Grameen é particularmente expressivo, já que ocorreu em um dos países mais pobres do mundo, com renda per capita em torno de US\$ 200. Em dezoito anos, o banco passou de um empréstimo de US\$ 27 para US\$ um bilhão e, 27 meses após, já atingia a casa de US\$ dois bilhões. Como resultado, conseguiu, ainda, reverter a situação de pobreza de 10% da população de Bangladesh (NITCHER et al., 2002).

De acordo com Robinson (2001), além do banco Grameen, também há outras IMFs internacionalmente consideradas bem sucedidas, como o Banco Rakyat, criado em 1984, na Indonésia (que atende, fundamentalmente, pessoas de áreas rurais, mas também tem seu foco em algumas regiões de baixa renda em zonas urbanas) e o Banco Sol, da Bolívia (que tem como clientes microempresárias e microempresários de regiões urbanas).

Desde 1979, no Peru, a Instituição Fogapi atua como fornecedora de carta de fiança para os microempresários e microempresárias que não possuem garantia. De posse dessa carta da Fogapi, a pessoa interessada recorre às instituições financeiras tradicionais e há pouco tempo, esta instituição também passou a oferecer diretamente microcrédito. Além disso, possui um cartão de crédito para os (as) clientes, com limite máximo de US\$ 2.500,00, que pode ser utilizado, exclusivamente, junto aos estabelecimentos filiados ao sistema para aquisição de insumos e contratação de serviços (BANERJEE, 2013).

Em 1986, na Bolívia, foi criado o Bancosol, com um projeto piloto de vendedores urbanos. Tornou-se, então, um banco privado comercial, especializado no atendimento às microempresas do setor formal e informal (AGHION e MORDUCH, 2010).

Em 1988, foi criado o Corposol na Colômbia: nasceu a Corporación Acción em Bogotá, por iniciativas de empresários locais. É uma entidade civil sem fins lucrativos que recebeu apoio de vários organismos internacionais, do governo colombiano e de empresários locais. A carteira de inadimplentes é de, aproximadamente, 0,5% no setor rural e chega a 3% na área urbana.

As maiores instituições de microcrédito no mundo são: a Women’s World Banking, com 19 milhões de clientes em 28 países; a Acción International, com seis milhões de clientes em

22 países; a Opportunity International, com mais de quatro milhões de clientes em 20 países; a Fundação Internacional de Assistência a Comunidades (Finca – Foundation for International Community Assistance), com 990 mil clientes em vinte e um países; e a Fundação Grameen (BANERJEE et al., 2011).

Em grande parte do mundo em desenvolvimento, em especial no Sudeste da Ásia e na América Latina de língua espanhola, as microfinanças são vistas como poderoso instrumento de geração de renda e redução de pobreza, o que faz com que o tema desfrute da mais alta relevância na agenda de políticas públicas (MONZONI NETO, 2005).

Portanto, após esta breve visão do cenário internacional, foi possível compreender a principal conjuntura que trouxe sucesso e destaque ao microcrédito, dessa forma, caminharemos em seguida para a compreensão do contexto no Brasil.

## **2.4 Contexto brasileiro**

Na década de 1990, o surgimento dos Bancos do Povo, formalmente denominados como Fundo de Apoio ao Empreendimento Popular (FAEP), possibilitou a propagação do microcrédito no Brasil. Originárias de parcerias entre as prefeituras municipais e os governos estaduais, essas instituições ofereciam o microcrédito produtivo e orientado (CORDEIRO et al., 2006).

Um dos maiores exemplos foi a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Programa Uno), em 1973, que contava com o apoio de uma organização não governamental internacional especializada em microcrédito, a Acción. Esse programa, além de conceder crédito, capacitava seus clientes em gestão e, posteriormente, acabou incluído pelo governo no projeto Polonordeste, que tinha o objetivo de desenvolvimento das áreas rurais. Devido aos problemas de estabilidade financeira, o programa foi cancelado alguns anos depois (VEAUVY, 2011).

Entre os anos de 1989 é nítida a participação dos governos municipais, por meio de programas e/ou organizações, para operarem diretamente com microempreendedores/microempreendedoras – os chamados Bancos do Povo – coligados à expansão do cooperativismo de crédito urbano e à formação de sistemas alternativos de cooperativas de crédito rurais.

Em 1982, surgiu a segunda organização financeira brasileira sem fins lucrativos: a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher (Banco da Mulher), que contava com

o apoio da Women's World Bank, da UNICEF, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (VEAUVY, 2011).

Geraldo (2004) relata experiências dos Centros de Apoio aos Pequenos Empreendimentos, criado em 1990, quando era Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (FENAPE), que concede créditos individuais com garantia de avalista e grupos solidários.

O Banco da Mulher da Bahia, criado em 1989, atendia, inicialmente, somente o público feminino, mas incorporou, posteriormente, a clientela masculina. Atualmente, o Banco da Mulher possui representação em vários estados do Brasil.

No ano de 1995 foi criada a Portosol, de Porto Alegre, e no mesmo ano, em Brasília, criou-se o Funsol, que atende microprodutores (as) urbanos e rurais, artesãs (ãos), prestadores de serviços, feirantes, empreendedores (as) de fundo de quintal, micro e pequenos empresários (as), cooperativas e formas associativas de produção.

Nos oito anos do governo (Fernando Henrique Cardoso), o microcrédito era entendido como um crédito produtivo, capaz de alavancar renda. No governo Lula, o conceito de microcrédito foi expandido para o crédito de pequeno valor, produtivo ou não, capaz de gerar renda.

O CrediAmigo, do Banco do Nordeste do Brasil, criado em 1998, maior e mais importante experiência no Brasil, oferece crédito aos empreendedores e empreendedoras de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo.

De acordo com Barone (2008), o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) representou uma quebra com o modelo político vigente no país. A partir de 2003, o conceito de acesso ao crédito passou a ser entendido como o conceito de microfinanças, em sentido mais amplo, principalmente com a bancarização das camadas mais baixas da população e a concessão de crédito indistintamente, para consumo ou produção, pelo sistema financeiro nacional. Os bancos públicos Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, tiveram papel essencial nesse processo, operando grande rede de correspondentes bancários, em padarias, mercados e farmácias.

Para Jayo et al. (2008), alguns fatores inerentes da economia brasileira parecem criar barreiras ao crescimento mais eficaz do microcrédito. Nestas se incluem as dimensões continentais do país e a distribuição heterogênea da população, aumentando os custos das operações de microcrédito tradicionais (DINIZ, 2010). Além disso, o fato de que o Brasil tem desenvolvido substancialmente mercados financeiros, em comparação a muitos outros países em desenvolvimento, representa um obstáculo para a alocação de capital local privado ao

microcrédito, dada a existência de uma variedade de opções de outros investimentos, muitas vezes, mais rentáveis e de fácil acesso (CHRISTEN, 2001).

Ademais, como apontado por Nichter et al. (2002) e Diniz (2010), a ausência de experiências anteriores bem sucedidas de microcrédito, que possam exercer um “efeito de demonstração” e encorajar novas iniciativas, também desempenha um fator limitante ao crescimento.

Entre as medidas tomadas no governo Lula, destaca-se em junho de 2003, do “pacote do microcrédito”, um conjunto de medidas para ampliar a oferta de serviços financeiros às populações de baixa renda. Três foram os seus pilares: a massificação de contas simplificadas (bancaização); o estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista; e a formação de cooperativas de crédito de livre associação (VEAUVY, 2011).

A evolução da legislação pertinente ao setor pode ser resumida em: Lei n. 10.735, de 11 de setembro de 2003, que estimula a bancaização para a população de baixa renda e a obrigatoriedade de direcionamento de 2% dos depósitos à vista, recolhidos compulsoriamente ao Banco Central, ao microcrédito.

Com o intuito de facilitar o acesso ao crédito para os pequenos empreendimentos, algumas instituições ou programas atuam diretamente na concessão de crédito popular no Brasil, que, segundo Sela et al. (2006), podem ser enquadrados em:

- Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs): sua constituição está subordinada à aprovação do Ministério da Justiça e são, por definição, organizações sem fins lucrativos, o que as obriga a ter seu excedente operacional (bruto ou líquido) aplicado integralmente na consecução do seu objetivo social.

- As Sociedades de Crédito ao Microempreendedor: são fiscalizadas pelo Banco Central. Para seu funcionamento, é necessário um patrimônio líquido de, no mínimo, 100 mil reais. As SCM's não podem desenvolver atividades que não estejam ligadas ao microcrédito.

- As ONGs: são categorizadas como aquelas que trabalham unicamente com crédito. Operam sem limite mínimo, podendo assim constituir instituições de menor porte.

- Os programas governamentais: são criados e gerenciados pelos governos municipais e estaduais, estando, portanto, vinculados às leis e normas dos estados e municípios.

- As cooperativas e as linhas de crédito especiais dos bancos comerciais, principalmente governamentais: este serviço está restrito aos cooperados e é apenas uma das modalidades de crédito trabalhadas das cooperativas, que, frequentemente, também operam crédito para consumo.

Por fim, a maior inovação financeira a partir de 2003, no Brasil foi o crédito popular. Pode ser bazar, lanchonete, mercadinho, bar e outros. A cliente pode ser cabeleireira, eletricista, costureira, camelô ou qualquer outro tipo de trabalhadora ou trabalhador informal. Se há necessidade de dinheiro para comprar mercadorias, máquinas e equipamentos, reformar ou ampliar seu estabelecimento, ela pode escolher quando e quanto pagar pelo pequeno empréstimo (COSTA, 2010).

Após o entendimento do histórico do microcrédito no contexto brasileiro, no próximo item analisaremos os principais estudos empíricos sobre microfinanças e microcrédito.

## **2.5 O microcrédito e o foco nas clientes**

De acordo com Birochi (2011), existem abordagens na literatura nas quais a educação financeira faz parte de uma ação mais ampla, que visa o empoderamento dos indivíduos carentes. Nesse sentido, destacam-se as abordagens que tratam do empoderamento feminino como um caminho para a igualdade de direitos que assegure a liberdade (MAYOUX, 2010).

Para Mayoux (2005), programas de microfinanças proporcionam a mulheres e homens o acesso a poupança e crédito, atingindo milhões de pessoas em todo o mundo, trazendo-os à regularidade de trabalho através dos grupos organizados. Eles são, potencialmente, uma contribuição bastante significativa para a igualdade de gênero e o empoderamento das cidadãs bem como a favor do desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil. Através da sua contribuição para a capacitação das trabalhadoras para obter renda, esses programas têm potencial para iniciar uma espécie de “espiral virtuosa” de empoderamento econômico, aumento do bem-estar para as mulheres e suas famílias e fortalecimento social e político.

Segundo Mayoux (2005), a preocupação com o acesso da população feminina ao crédito e as contribuições para empoderamento não são novas. Com os movimentos de mulheres do início dos anos 1970, as mulheres tornaram-se cada vez mais interessadas em ter acesso a programas de crédito, centrados em cooperativas. Esta temática teve ênfase na primeira Conferência Internacional da Mulher no México, em 1975.

Pitt e Khandker (1998) concluíram que o microcrédito concedido às microempreendedoras permite o aumento da renda familiar e a melhoria da escolaridade dos filhos.

Como exemplo, o Grameen Bank só fornece empréstimos a grupos solidários, formados por 5 pessoas, especialmente por microempreendedoras. A experiência demonstra que as

mulheres são melhores pagadoras que os homens e mais responsáveis em investir a renda com a família e não para uso pessoal (YUNUS, 2000). No caso do Grameen, cerca de 95% da clientela é do sexo feminino. Alesina (2013) também encontrou fortes evidências de que as cidadãs na Itália são melhores pagadoras de empréstimos nas IMFs do que os homens. O diferencial de gênero permanece mesmo após o controle de um grande número de características do tipo de negócio, bem como a estrutura do mercado de crédito.

Um dos fatores que fazem das microempreendedoras melhores pagadoras é que, como elas permanecem mais tempo em casa do que os homens, os agentes de crédito conseguem localizá-las com mais facilidade do que conseguiriam se tivessem emprestado para o “homem da casa” (FACHINI, 2005). Cheston (2002) acredita também que conceder serviços financeiros às empreendedoras pode ter um “efeito multiplicador”, uma vez que elas gastam mais de seus ganhos com a família, refletindo em melhoras na moradia, alimentação, assistência médica e educação dos filhos. Todavia, conforme Mayoux (2005), a elevada procura de empréstimos por parte das mulheres pode ser mais um sinal de pressão social para o acesso a recursos externos para sogros ou maridos do que empoderamento.

Morduch (1999) comenta que autores de diferentes tendências são unânimes em reconhecer os impactos positivos das microfinanças, com destaque aos seguintes aspectos: fortalecimento das mulheres, melhoria da renda dos menos privilegiados e real alívio da pobreza mediante a criação de emprego e renda.

Para Farashuddin (2005) com relação ao uso de contraceptivos, as participantes mais antigas de programa de microcrédito (mais de quatro anos) apresentavam índices mais altos de uso de métodos anticoncepcionais (FARASHUSSAIN, 2005). Os créditos fornecidos aos homens, por meio do Grameen Bank, indicaram também o aumento do uso de métodos contraceptivos. Nesse contexto, Mayoux (2005) afirma que serviços de microfinanças que envolvem os homens também têm potencial para mudar atitudes e comportamentos da tradição patriarcal, como um elemento essencial para se alcançar a igualdade de gênero.

Forte (2011), ao analisar programas de microcrédito na América Latina, afirma que é necessário entender o papel que a mulher ocupa nesse processo, na condição de agente de transformação da realidade e não apenas como agente passiva ou contemplativa das mudanças.

As mulheres representam a maior parte do público do microcrédito. Elas são 60% dos clientes dos 39 bancos representados pela Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Micro finanças (ABCRED). E, no Banco do Nordeste, que opera o Crediamigo

– maior programa de microcrédito do país – as mulheres correspondem a 67% da carteira de empréstimos.<sup>7</sup>

Quando não conseguem ter carteira assinada, a necessidade de sustentar a família faz com que muitas mulheres iniciem pequenos negócios. São cabeleireiras, manicures, costureiras, cozinheiras, vendedoras de roupas, cosméticos ou outros produtos de porta em porta; donas de mercearias ou pequenos restaurantes (COSTA, 2010).

Nesse âmbito, Mayoux (2005) afirma que as escolhas das mulheres sobre a atividade e sua capacidade de aumentar os rendimentos são seriamente constrangidas por desigualdades de gênero, falta de tempo por causa do trabalho doméstico não remunerado e baixos níveis de mobilidade e restrições sobre sexualidade, que limitam o acesso aos mercados em muitas culturas.

Mayoux (2005) acrescenta que esses constrangimentos de gênero são restrições à expansão do setor informal e limitações de recursos e de competências com sinais de que, particularmente em alguns mercados urbanos, a rápida expansão dos programas de microfinanciamento podem estar contribuindo para a saturação do mercado em atividades "femininas" e, portanto, diminuir lucros.

Por outro lado, Mayoux (2005) afirma que o impacto no rendimento é muito variável. Existem estudos indicando que os pequenos negócios obtêm poucos lucros. A autora afirma que a maioria das mulheres investe em atividades que são de baixos lucros e/ou em atividades do marido/companheiro. É somente em uma minoria de casos que as mulheres conseguem êxito em atividades lucrativas através de crédito e própria poupança. Sendo assim, para muitas mulheres carentes, a vulnerabilidade das famílias diminui, porém, o aumento da sua renda não é significativo.

Para Monzoni Neto (2006), não é interessante associar a elevação dos níveis de educação e nutrição dos filhos de famílias que participam de programas de microfinanças unicamente ao 'empowerment' das mulheres (mães) tomadoras de financiamentos.

A maior parte dos empréstimos é destinada às atividades de comércio (54%); depois, serviços (34%); por fim, indústria (12%)<sup>8</sup>. Os empréstimos giram em torno de R\$ 1,5 mil e são utilizados principalmente para compra de mercadorias e equipamentos<sup>9-10</sup>.

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.abcred.org.br/> Acesso em 13 fev 2016.

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.abcred.org.br/> Acesso em 13 fev 2016.

<sup>9</sup> Consultar também: Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/descomplicador/por-que-a-mulheres-sao-a-maior-parte-dos-clientes-do-microcredito/>>. Acesso em: 06 fev. 2016.

<sup>10</sup> Consultar também: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-12-22/mulheres-sao-que-mais-procuram-microcredito>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

Segundo Amir (2015) as microfinanças trouxeram mais capacitação psicológica e social do que a emancipação econômica. O impacto das microfinanças é apreciável, trazendo confiança, coragem, desenvolvimento de habilidades e capacitação. As trabalhadoras se sentem livres para se mover com seus grupos e ser líderes. Incentiva as microempresárias a participar em várias atividades de caráter social, com uma boa cooperação. Percebe-se que elas aprendem a desenvolver habilidades e talentos, inclusive interesses para participação de cursos e eventos.

Conforme Geraldo (2004) o microcrédito tem impactos bastante positivos nos negócios e, conseqüentemente, na qualidade de vida das trabalhadoras e de suas famílias. Contudo, o processo de empoderamento decorrente das suas atuações como empreendedoras pode também desencadear ou minimizar conflitos com companheiro/marido.

Para Geraldo (2004), com o controle do dinheiro, essas trabalhadoras também podem desenvolver maior capacitação, empoderamento econômico e aumento da autoestima. Como reflexo dessa autoconfiança, a situação doméstica tende a melhorar, como, por exemplo, a conquista de maior respeito dos maridos e filhos. Há maior possibilidade de negociar com os mesmos a ajuda nas tarefas domésticas e evitam-se brigas por questões financeiras.

O Fórum das Mulheres Trabalhadoras (Working Women's Fórum – WWF), cooperativa de mulheres pobres da Índia, constatou que 41% de seus membros que haviam vivenciado violência doméstica conseguiram eliminá-la em razão da sua capacitação profissional e 29% também conseguiram por meio de ação do grupo. Outro impacto percebido foi o aumento nas tomadas de decisões dessas mulheres (CHESTON, 2002).

As práticas de microfinanças nem sempre produzem benefícios automáticos para as cidadãs; portanto, a capacitação e acompanhamento das clientes deve ser estrategicamente planejada pelas IMFs. Nesse âmbito, as abordagens de empoderamento são compatíveis com as abordagens das microfinanças (por exemplo, a sustentabilidade financeira) e podem realmente melhorar as metas das IMFs em geral (MAYOUX, 2010).

É preocupante que os rendimentos das trabalhadoras do sexo feminino indicam que seus cônjuges podem diminuir sua contribuição para a família e voltar sua renda para a sua própria despesa de luxo. Nesse contexto, os homens são, muitas vezes, muito entusiasmados com programas de crédito das mulheres e outros programas fora de geração de renda, porque suas esposas não mais poderão lhes negar dinheiro (Mayoux, 1999 apud Mayoux, 2010).

Milanov et al. (2015) verificou-se que o número de laços dentro do grupo influencia positivamente o desempenho da microempresa, porém de forma mais positiva para os empreendedores do sexo masculino. Para as empresárias, essa relação depende tanto de sua pessoa como das características do seu grupo.

Mayoux (2005) argumenta que há a necessidade de uma reflexão séria dos princípios de melhores práticas de microfinanças e gênero. Há evidências da potencial capacitação das trabalhadoras, trazendo transformações para as desigualdades de gênero através das microfinanças. No entanto, os benefícios não podem ser assumidos e mesmo financeiramente sustentáveis do ponto de vista das microfinanças se as cidadãs já não possuem considerável noção de suas potencialidades.

Por fim, as microfinanças têm trazido contribuições não só para a redução da pobreza e sustentabilidade financeira, mas também para uma série de espirais ‘virtuosas’ das políticas econômicas *empowerment*, para o aumento do bem-estar e o empoderamento social e política para as microempreendedoras, colaborando, assim, as metas de igualdade de gênero e empoderamento (MAYOUX; HARTL, 2009).

## **2.6 Microfinanças no Brasil**

A realidade brasileira das microfinanças vem apresentando mudanças significativas nos últimos anos, em função do maior dinamismo da economia. Há uma maior oferta de crédito, bem como políticas públicas de inclusão social e produtiva, expansão das atividades empresariais e do consumo, bem como aumento da renda e dos postos de trabalho, nos últimos anos. (SEBRAE, 2011).

A Associação Brasileira de Entidades Operadoras de Microcrédito e Microfinanças (Abcred) tem objetivo convergente: expandir e massificar o microcrédito no Brasil. O PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado fortaleceu o conceito de microcrédito produtivo orientado em vias de acesso a recursos para aplicação nesse tipo de operação, principalmente aqueles provenientes da exigibilidade bancária e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (SEBRAE, 2011).

As Instituições de Microfinanças caracterizadas como OSCIP no Brasil existem em média há 11 anos, atendem cerca de 200 mil clientes por ano, possuem em média 1.953 clientes ativos e têm 75% de sua clientela formada por pessoas físicas. Os outros 25% são formados por Micro e Pequena Empresa ou Empreendedor Individual. 97,1% das pessoas físicas atendidas pelas instituições são potenciais clientes do SEBRAE, pois eram empreendedores informais. E das pessoas jurídicas, foi constatado que dois terços são Empreendedores Individuais e o restante ou Micro ou Pequena Empresa. Das atividades das MPE e dos EI, a maioria está concentrada no setor do Comércio. Mais de dois terços das OSCIP afirmaram usar recursos

próprios para as operações de crédito com MPE, com uma média de R\$ 2.839,91 por operação, negociam o crédito a uma taxa de juros de 3,4% e dividem em uma média de 11,5 parcelas mensais. E ainda, cerca de 90% do crédito se caracteriza como Capital de Giro. Em geral, as instituições fazem uma análise de crédito peculiar por realizar, geralmente, um levantamento sócio-econômico e estudar as condições do cliente MPE ou EI. Exigem, preferencialmente, Aval ou Garantia Solidária (SEBRAE, 2011).

### ***3. Empoderamento***

#### **3.1 Contextualização - perspectiva de gênero**

Historicamente, o trabalho feminino sempre esteve restrito às tarefas domésticas e familiares. Verifica-se que a partir do século XVIII, o movimento feminista surge de maneira incipiente, porém foi somente após a II Guerra Mundial que as mulheres passaram a assumir mais frequentemente os negócios da família e posições no mercado de trabalho.

Em meados do século XIX, ocorreram diversas mudanças na organização do trabalho feminino, sendo que sua força de trabalho era direcionada basicamente para as atividades fabris ou subempregos. Já no início do século XX, observa-se uma amplitude de arranjos familiares, mudanças das escolhas afetivas e o enfraquecimento da hierarquia entre gêneros e gerações.

Nos anos 1990, apesar da diminuição de desigualdade de gênero, verificam-se que alguns obstáculos não foram superados, como o acesso a cargos de chefia, bem como nos diferenciais de rendimentos.

Na década de 2010, foi possível perceber que embora a sociedade já tenha passado por diversas transformações nas relações de gênero, ainda permanecem resquícios da clássica divisão sexual do trabalho. As cidadãs continuam a ser as grandes responsáveis pelos cuidados com famílias, mesmo que assumam responsabilidades na provisão financeira e no mercado de trabalho.

Dessa forma, ao analisar as desigualdades existentes entre homens e mulheres, é possível afirmar que elas ocorrem em praticamente todas as sociedades, e que algumas mulheres vivenciam a discriminação, marcada pela categoria feminina, de trabalhadora e de raça ou etnia (SUPLICY, 2002).

Portanto, a assimetria de gênero pode ser verificada de diversas maneiras. Por um lado, diz respeito à não valorização do trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não. A outra forma refere-se à diferenciação de remuneração entre trabalhadoras e trabalhadores, na qual a renda gerada pela mulher nas famílias, geralmente é considerada suplementar ao orçamento doméstico e ao fato de que algumas habilidades femininas são utilizadas em serviços que exigem minuciosidade, rotina e paciência (MACEDO, 2003).

Lavinas e Nicoll (2006, p. 41) defendem que as políticas públicas focalizadas influenciaram para que “as mulheres pobres se tornassem em situação de completa vulnerabilidade social e que pouco tendo sido feito para promover o potencial de trabalho das

mulheres mais carentes, através de substituição do tempo de trabalho doméstico feminino, tão indispensável – por serviços remunerados”

A tensão que perpassa tal incorporação é a de sua redução ao viés maternalista em vez da ampliação da cidadania. Farah (2004, p. 65) afirma que “no caso dos programas de geração de emprego e renda, a priorização das mulheres é defendida tanto pelos que enfatizam o impacto desse apoio no combate à pobreza como pelos que enfatizam a busca da autonomia das mulheres, vítimas da pauperização”.

No caso do Brasil percebe-se melhorias em relação aos índices de desigualdade de gênero, e principalmente pelo aumento da renda da população beneficiária de programas sociais, como o Programa Bolsa Família, incluindo o empoderamento econômico e a autonomia das mulheres (BRONZO, 2008; LEROY, 2011; MOREIRA, 2012). Contudo, apesar dos bons resultados, a América Latina continua entre as regiões de maior disparidade de gênero.

Para Cambota (2007) a diferença entre gêneros no mercado de trabalho não está somente na inserção: trabalhadoras e trabalhadores também recebem distintos rendimentos quando estão alocados em uma mesma ocupação.

Segundo Prá (2012), importantes debates sobre igualdade de gênero surgiram a partir de conferências mundiais, nas quais os governos nacionais se comprometeram a promover a igualdade de gênero na formulação de políticas e programas públicos.

Os eventos mais importantes incluem a “Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW, 1979), o “Programa de Ação do Cairo” (1994), a “Plataforma de Ação de Pequim” (1995) e as metas acordadas internacionalmente na “Declaração do Milênio” (2000), que identificaram “a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher” como condição para alcançar todas as outras metas.

Com base na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, foi elaborada a agenda relacionada à questão de gênero. Nessa pauta estão incluídas diversas diretrizes no campo das políticas públicas: violência, saúde, meninas e adolescentes, educação, trabalho, infraestrutura urbana, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública, acesso ao poder político e empoderamento (FARAH, 2002).

O fato é um marco no caminho para que as cidadãs que bucam a igualdade, tanto pessoal quanto profissional. Com o objetivo de acompanhá-las neste percurso, algumas instituições promovem ações direcionadas ao público feminino, de todas as idades e classes sociais, principalmente voltadas para a inclusão no mercado de trabalho, a prevenção de doenças, o combate à violência e o fim do preconceito sexual.

Conforme Prá (2012), a questão de gênero também se estabelece como objeto de estudos na política. Um olhar atento à trajetória das cidadãs e às mudanças promovidas por seu protagonismo pode fornecer subsídios a futuros estudos acerca de diversas questões como as do empoderamento, dos direitos humanos, da participação política, do capital social e das políticas públicas. O conhecimento da experiência acumulada pelas trabalhadoras poderia também orientar ações e estratégias de outros setores da sociedade que buscam maior participação política e igualdade de direitos. Prá (2012) também acrescenta que pensar como sugere o feminismo, desconstruir estereótipos e falsas dicotomias e caminhar em direção à igualdade de direitos e à equidade de gênero são condições indispensáveis para uma sociedade democrática.

Nos dias atuais, há uma grande tendência em limitar a agenda de desenvolvimento dos países, principalmente à erradicação da pobreza. No entanto, os empenhos em garantir mais renda às pessoas carentes nem sempre tem sido totalmente capazes de reduzir as desigualdades. Logo, repensar a questão do Estado brasileiro neste momento é um torna-se um desafio para o governo e para a sociedade civil.

Em síntese, percebe-se que o uso do conceito gênero/desigualdade de gênero trata da diferenciação das mulheres e dos homens na vida econômica, social e política como assinalam os estudos recentes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2009).

Ampliando esta discussão, no próximo subitem faremos uma explanação dos principais conceitos da transversalização de gênero, que consiste em geral, em buscar a questão da igualdade de gênero em todas as esferas políticas.

### **3.2 Transversalização de gênero - “*Gender Mainstreaming*”**

O termo transversalidade surge por meio da adaptação de *gender mainstreaming* para o contexto brasileiro. Mantém a questão da igualdade de gênero no curso principal da definição das políticas, tal qual se define nos espaços internacionais, como por exemplo, no âmbito das Nações Unidas ou da União Europeia (BANDEIRA, 2004).

Para Lebreque (2010) as recomendações em termos de igualdade de gênero são frutos da circulação das ideias, dos símbolos e das normas. Ao mesmo tempo que circulam, carregam todo um conjunto de outras ideias que as afetam e que, também, as desviam de seu objetivo original.

Para Walby (2005), *gender mainstreaming* provoca a reinvenção das práticas e políticas feministas que propõe a igualdade de gênero, por meio da visibilização do gênero nos processos e resultados das políticas, de maneira que eleve a sua efetividade. Do ponto de vista teórico, é um processo de revisão conceitual para se aproximar da realidade marcadamente impactada pelas relações de gênero, em vez de estabelecer teorias “separatistas”.

Este assunto ganhou força a partir de 1985, quando foram avaliados os resultados da “Década da Mulher na ONU” (1975-1985), ao reconhecer a ideia de que as mulheres deveriam participar integralmente do processo de desenvolvimento. Tratava-se de uma estratégia para a promoção das mulheres no âmbito dos países em desenvolvimento (GREENBERG, 2010).

Apesar de ser recente a produção acadêmica na qual se menciona a questão da transversalidade nas políticas públicas no Brasil, é vasta a literatura sobre o assunto na Europa e em países da América do Norte, onde recebeu muita atenção e investimento institucional, desde a década de 1990 (VERLOO, 2001).

Para Bessis (2003 *apud* Levreque 2010) o fato de que as trabalhadoras, mesmo nas condições mais difíceis, são capazes de captar o dinamismo da esfera comercial é uma etapa significativa em direção à generalização das forças do mercado. A questão dos direitos das mulheres é secundária no contexto em que as trabalhadoras, antes de tudo, são vistas como atrizes econômicas, e uma possível garantia de estabilidade social em tempos nos quais é cada vez mais difícil atingir a estabilidade. Desse modo, pode-se dizer que houve instrumentalização da população feminina como um meio de operar as políticas para o crescimento econômico e a erradicação da pobreza.

Levreque (2010) durante pesquisas no México, entre 2004 e 2007, acompanhou a transversalização do gênero no plano local, examinando um pequeno programa para as mulheres do meio rural, comandado pelo Ministério do Desenvolvimento Rural e da Pesca do Estado do Yucatán. O programa consistia em liberar empréstimos para a criação de pequenos projetos geradores de renda, seja na área da agricultura, da apicultura ou do artesanato. Como se tratava de um programa criado pelo Ministério, ele respeitava a recomendação de transversalização de gênero.

No início, as camponesas ficaram, particularmente, receosas ou contrárias à perspectiva de gerar qualquer dívida, visão que possuíam do microcrédito. Em tal contexto, não é de se surpreender que o primeiro contato para fazer o empréstimo a elas parece ser feito graças à iniciativa dos funcionários do Ministério (LEVREQUE, 2010).

As opções oferecidas às trabalhadoras rurais, escolhidas para serem tomadoras de microcrédito, variaram em torno dos projetos de artesanato. Ao mesmo tempo, nota-se que os produtos são adaptados para o turismo nacional e internacional (LEVREQUE, 2010).

Além de fazer parte de uma abordagem que visa integrar as cidadãs à modernidade, o microcrédito seria um instrumento de transformação das trabalhadoras em ‘atrizes econômicas eficientes’, sem gerar grandes despesas para o governo. Nesse sentido, observa-se que as clientes das IMFs raramente trocam os empréstimos pequenos para empréstimos mais significativos (LEVREQUE, 2010).

A abordagem como “unidade familiar” e não como “mulheres”, é apontada como motivo de tensão. Farah (2004) observa essa diferença nas políticas sociais voltadas às mulheres: de um lado, uma ênfase na eficiência e uma certa “funcionalização” da mulher, vista como um “instrumento” do desenvolvimento, como “potencializadora” de políticas públicas, pelo papel que desempenha na família; de outro, uma ênfase em direitos (FARAH, 2004, p. 56).

Em suma, a transversalização do gênero é uma ‘prática reguladora’ da governança internacional provinda do sistema das Nações Unidas. Desse modo:

na medida em que **a transversalização de gênero introduz novas linhas de visibilidade que ligam as mulheres a novas áreas** nas quais, na realidade, recursos podem ser alocados, certos efeitos de gênero (tão limitados quanto podem ser) podem ocorrer; **as mulheres adquirem, em certo sentido, algumas "capacidades" de conduzir ações que, até então, não teriam sido possíveis.** (ONU, 2006, grifo nosso)

De forma a alcançar este poder e sentido de capacidade de conduzir ações, Treillet (2008), questiona: ‘poder sobre o quê, sobre quem?’. O autor ainda revela: “Não se trata de uma tomada coletiva de poder pelas populações oprimidas do terceiro mundo, mas de um reforço da possibilidade de sucesso individual de alguns, graças a um acesso facilitado ao mercado”.

Oliveira (2006) afirma que falar de relações de gênero significa falar de relações de poder. Ainda hoje na condição feminina, muitas cidadãs não podem decidir suas vidas, não exercem o poder e principalmente, reproduzem um certo tipo de poder, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o controlam. Os pequenos poderes que lhes tocam são desiguais, as relações de gênero são relações desiguais, assimétricas e mantêm a mulher subjugada e ao domínio patriarcal.

Nesse contexto, feitas as discussões do cenário do *gender mainstreaming*, temos o intuito de seguir a linha de raciocínio para investigar qual a melhor maneira de compreender este empoderamento.

### 3.3 Empoderamento – conceitos

Para contextualizar o empoderamento, torna-se interessante recorrer à interpretação do conceito de poder de Foucault (1979, 2003, 2004), que preocupa-se em entender o poder na sociedade ocidental e não considera um consenso único de ‘poder’, mas formas de poder em constante transformação.

O poder é uma prática social constituída. Não é um objeto, uma coisa ou uma propriedade de alguns em prejuízo de outros e o poder não é algo que possa ser possuído, mas sim exercido, e todo o sujeito encontra-se na possibilidade de exercê-lo (FOUCAULT, 1979).

Nas relações humanas, quaisquer que sejam elas - relações afetivas, institucionais ou econômicas –, o poder está sempre presente: são portanto, relações que se podem encontrar em diferentes níveis, sob diferentes formas em constante modificação.

O que Foucault (2003) demonstra é que não são as estruturas sociais que determinam as relações de poder, mas são as microrrelações de poder, que passam despercebidas aos nossos olhos, que constituem estruturas sociais.

Desta forma, para Foucault (2004) cabe aos indivíduos encontrar, por si próprios, as táticas e os alvos que necessitam, ou seja, a verdade sobre a sua realidade social.

Em síntese, a análise de Foucault, apesar de estar relacionada em grande parte ao poder de Estado, ao fazer metáforas nos permite compreender estratégias e mecanismos que são utilizados para governar indivíduos.

Oakley e Clayton (2003), ao discorrer sobre o poder, observam que o poder está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica que determina as relações sociais e econômicas. Falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”.

Conforme Baquero (2012) a utilização crescente do termo *empowerment* se deu a partir dos movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros (as), das mulheres, dos (as) homossexuais – nos Estados Unidos, na segunda metade do século XX. A tradição do *Empowerment* tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento luta por justiça social. Na década de 1990, recebe influência de movimentos que buscam a cidadania sobre distintas esferas da vida social.

O surgimento do conceito empoderamento dentro do movimento das mulheres aparece como uma conquista das cidadãs do Terceiro Mundo em mudar suas próprias vidas, à medida que as relações sociais mudaram. Dentre as condições prévias para o empoderamento feminino,

estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização da população feminina (DEERE; LEON, 2002, p.53)

Segundo Oliveira (2006), o empoderamento feminino desafia relações familiares patriarcais, pois pode levar ao desempoderamento do homem e certamente leva à perda da posição privilegiada de que ele desfruta sob o patriarcado. Isso porque o empoderamento ocorre quando há uma mudança na tradicional dominação da mulher pelo homem, seja com relação ao controle de suas opções de vida, seus bens, suas opiniões ou sua sexualidade. Pode-se observar quando as decisões unilaterais não são mais a norma dentro da família.

Oliveira (2006) acrescenta que como a subordinação da mulher/esposa parece “normal” dentro da sociedade patriarcal torna-se difícil falar em mudança entre as relações de gênero como um processo linear e/ou que surja espontaneamente.

Oliveira (2006) também faz uma relação do Grameen Bank em Bangladesh e o empoderamento de mulheres, através do foco do econômico dos empréstimos solidários e complementa:

Alguns exemplos podem ser destacados onde se associa o empoderamento “a mudança de como encarar a vida”. Os exemplos estão associados ao acesso a recursos, à aquisição de direitos, e ao processo permanente, onde a capacidade de agir pode modificar relações de poder (OLIVEIRA, 2006, p. 25).

Conforme Baquero (2012), ao analisar o duplo significado que o *empowerment* pode assumir, através da perspectiva de Gohn (2004), remete à diferenciação da utilização do termo como verbo transitivo ou intransitivo. Como verbo transitivo, empoderar envolve um sujeito que age sobre um objeto. Como verbo intransitivo, por sua vez, envolve a ação do próprio sujeito. Usado transitivamente, empoderar significa dar poder a outro, compartilhando alguns poderes. Os indivíduos ou grupos relativamente desempoderados permanecem como objetos da relação, como os receptores da ação externa, numa atitude passiva. A afirmação "precisamos empoderar este ou aquele grupo" reforça a ação de um indivíduo/grupo sobre outro indivíduo/grupo, considerados incapazes de sua própria ação de poder.

Nesse contexto, emergem as discussões sobre o empoderamento que em geral, consiste na importância de aumentar o poder e o controle sobre as decisões que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa especialmente da população feminina, da luta pela igualdade, no acesso aos direitos e aos espaços deliberativos.

Para Ringer (1993), a experiência individual de poder ou falta do mesmo pode não estar relacionada à real habilidade de ser influente, e um aumento na sensação de empoderamento nem sempre reflete um real aumento de poder. Isto não significa que os indivíduos não possam ter nenhuma influência ou que as percepções individuais não são

importantes, mas que reduzir poder à psicologia individual significa ignorar os contextos políticos e históricos das pessoas.

Para que o empoderamento se efetive, é necessário ter ciência de que se as macroestruturas condicionam e determinam o cotidiano dos indivíduos, estes, mediante de suas ações, influenciam e significam o plano macrosocial em um movimento circular e interdependente (CARVALHO; GASTALDO, 2008).

O empoderamento pode ser considerado, por conseguinte, um processo que conduz à legitimação e dá voz aos grupos marginalizados e, ao mesmo tempo, remove barreiras que limitam a produção de uma vida saudável para distintos grupos sociais. Indica processos que procuram promover a participação social visando o aumento do controle sobre a vida por parte de indivíduos e comunidades, e a eficácia política a uma maior justiça social e a melhoria da qualidade de vida (CARVALHO; GASTALDO, 2008).

Para Sen (1993), a capacitação depende de uma variedade de fatores, incluindo as características pessoais e sociais acordos. *Empowerment* é a qualidade de cumprir essa capacidade e não apenas a escolha de fazê-lo.

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e econômicas são garantias para o efetivo fortalecimento das nações, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida, assim como para o desenvolvimento sustentável.

Ciente do papel das empresas para o crescimento das economias e para o desenvolvimento humano, a ONU Mulheres criou os “Princípios de Empoderamento das Mulheres”. Estes princípios ajudam a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visem a equidade de gênero e o empoderamento de mulheres.

Seguem os sete Princípios de Empoderamento das Mulheres:

1. Estabelecer liderança corporativa sensível à igualdade de gênero no mais alto nível;
2. Tratar todas as mulheres e homens de forma justa no trabalho, respeitando e apoiando os direitos humanos e a não-discriminação;
3. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todas as mulheres e homens que trabalham na empresa;
4. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para as mulheres;
5. Apoiar empreendedorismo de mulheres e promover políticas de empoderamento das mulheres por meio de cadeias de suprimentos e marketing;
6. Promover a igualdade de gênero por iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social;
7. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade de gênero (ONU, 2016).

Sen (1990) defende que as sociedades precisam olhar as cidadãs como promotoras dinâmicas de transformação social. Esta visão sugere que a educação, o emprego e o direito de propriedade de mulheres exercem importante influência em sua capacidade de controlar seu próprio ambiente e contribuir para o desenvolvimento econômico. Participação econômica refere-se não só à participação numérica de trabalhadoras no mercado de trabalho, mas também a sua remuneração em termos igualitários.

A visão de Sen sobre o empoderamento das mulheres é indicado em sua discussão sobre mensuração do empoderamento (SEN, 1990). Segundo ele, o foco deve ser em certos fundamentos universalmente valorizadas, que se relacionam com os fundamentos básicos da sobrevivência e do bem-estar, independentemente do contexto. Estas incluem nutrição adequada, boa saúde e abrigo.

Cornwall e Edward (2010) colocam:

Empoderamento das mulheres pode produzir fins extraordinárias. A imagem predominante de capacitação em desenvolvimento é aquela das mulheres ganhando (renda, estruturas, materiais) e capacitando-se; trazendo benefícios instantâneos a suas famílias e comunidades.

Isso ocorre principalmente porque a capacitação é entendida em relação a intervenções planejadas tais como cotas eleitorais, educação, iniciativas de capacitação, alteração legislativa e ação pública não governamental.

Outra perspectiva enfatiza que o empoderamento das mulheres emerge: como um resultado de mudanças culturais, econômicas e outras, tais como a disponibilidade de novo tecnologias em suas vidas (por exemplo, telefones celulares e televisão por satélite); como resultado de oportunidades atuais; e na forma de um processo ao longo de gerações (CORNWALL; EDWARDS, 2010).

Na visão de Malhotra *et al.* (2002) o empoderamento das mulheres possui quatro dimensões principais, conforme discorrido no Quadro 4.

Quadro 1 - *Dimensões do empoderamento*

Econômica	A mulher controla o rendimento e os recursos da família. Acesso da mulher ao emprego e ao crédito.
Sócio-cultural	Liberdade de movimento, visibilidade e acesso aos espaços sociais, participação em grupos extrafamiliares e redes sociais, mudança nas normas patriarcais.
Familiar	Tomadas de decisões domésticas, decisões sobre gravidez, uso de métodos contraceptivos, controle sobre a seleção do parceiro.
Psicológica	Autoestima, bem-estar psicológico, denúncia de injustiças, potencial de mobilização.

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptado de Malhotra *et al.* (2002).

O empoderamento social não significa a negação dos elementos que compõem o empoderamento psicológico, uma vez que reconhece a importância do agenciamento humano e, mais além, procura destacar a importância de tentar enfrentar as raízes e causas da iniquidade social. Definir este conceito ajuda, por exemplo, a refletir sobre o uso reducionista de estratégias e ações de empoderamento, que levam muitas vezes à culpabilização das vítimas de mazelas sociais ao hiperdimensionam a responsabilidade individual sobre os problemas.

Sandenberg (2009) analisa as práticas de empoderamento de mulheres entre gerações focando na mobilidade social. Sendo assim, é relevante apontar que para a minimização das desigualdades e promoção do empoderamento se fazem necessárias mudanças nas estruturas sociais e econômicas, capazes de promover a mobilidade coletiva, ou seja, não apenas uma mobilidade em termos individuais.

Oliveira (2006) afirma que o empoderamento não é um jogo de soma zero (um ganha e outro perde), ainda que possa haver ganhadores e perdedores em certos sentidos. Os processos grupais são decisivos ao empoderamento, porém a transformação pessoal dos indivíduos é também essencial.

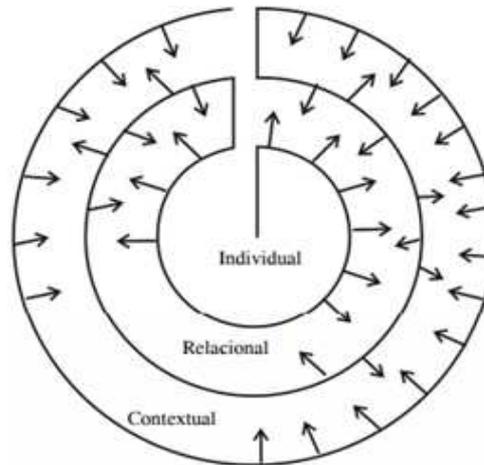
Conforme Costa (2000), a definição de empoderamento deve incluir os componentes: cognitivo e psicológico. O componente cognitivo refere-se à compreensão que as mulheres têm da sua subordinação assim como as causas desta nos vários níveis da sociedade. Envolve a compreensão de ser e a necessidade de fazer escolhas mesmo que possam ir de encontro às expectativas culturais e sociais. O componente psicológico do empoderamento acrescenta o desenvolvimento de sentimentos de autoconfiança e autoestima pelas mulheres no intuito de que podem ter êxito nos seus esforços por mudanças (COSTA, 2000)

Mageste et al. (2008) o empoderamento é uma das teorias mais recentes nos estudos de gênero, que agrupa diferentes preocupações quanto ao impacto do desenvolvimento sobre as mulheres, sobre a necessidade de redistribuição do poder, e congrega aportes teóricos de

diferentes disciplinas como a psicologia, a antropologia, a ciência política, a sociologia, a educação, o direito, a administração e a economia.

Mageste e colaboradores propõe o processo do empoderamento em três níveis: o individual, o relacional, e o contextual, como uma espiral que vai se ampliando e é interligada e circundada por relações de poder.

Figura 1 - *Ciclo do empoderamento*



Fonte: Mageste *et al.* (2009).

Segundo os autores, um interfere no outro, exerce pressões e estando intimamente ligados uns aos outros. Mudanças em um dos níveis acabam gerando mudanças e adaptações nos demais, a ação de um acaba gerando uma reação de outro. Sendo assim, uma transformação radical na estrutura de poder que mantém essa estrutura é lenta e gradual, incorporando aos poucos os resultados. O processo de empoderamento pode se iniciar em qualquer uma dessas instâncias, mas só se completa quando consegue permear todas elas.

A partir do exposto, percebe-se que o empoderamento é um termo complexo, de difícil conceituação, e com diversas abordagens epistemológicas. Portanto, até este momento, este trabalho não se compromete com a delimitação ou cerceamento da definição de empoderamento, de forma que as possibilidades de sua compreensão possam emergir a partir do contato com o objeto investigado, ou seja, as mulheres clientes do microcrédito.

### 3.4 Capital social

Essas dimensões são bastante semelhantes aos níveis de empoderamento indicados pelo Fórum Econômico Mundial que consistem em participação e oportunidade econômica, empoderamento político, conquistas educacionais, e saúde e bem-estar (FEM, 2005). Ademais, também se percebem semelhanças com as categorias da Teoria do Capital Social.

O capital social é, para Bourdieu, o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Entretanto, o capital social é considerado uma quase-propriedade do indivíduo, visto que propicia, acima de tudo, benefícios de ordem privada e individual (BOURDIEU, 1980).

*Quadro 2 – Dimensões do Capital Social*

<b>DIMENSÕES</b>	<b>CATEGORIAS</b>
Apoio comunitário	Participação em instituições locais
Capital social estrutural	Infra-estrutura, participação do líder e adversidade
Redes e organizações de apoio mútuo	Disponibilidade de serviços, Problemas de acesso a serviços
Ação coletiva prévia	Interação entre a comunidade e líderes políticos, formas de decisão e projetos de desenvolvimento
Capital Social Cognitivo	Apoio, solidariedade, confiança, níveis de individualismo, respeito e atenção à opinião alheia, prosperidade, aceitação e conflito

Fonte: Adaptado de Costa (1998).

Essas dimensões e categorias do capital social, pensadas em conjunto, surgem como potencializadoras das ações coletivas entre atores sociais, grupos, associações, comunidades e instituições.

Sandenberg (2006) analisa as práticas de empoderamento de mulheres entre gerações focando na mobilidade social. Para Jannuzzi (2000) os fatores determinantes da mobilidade social neste século foram a industrialização e a migração rural-urbana, contudo, mulheres, negros e menos escolarizados são os grupos sócio-demográficos com mobilidade social mais baixa.

Sendo assim, é relevante apontar que para a minimização das desigualdades e promoção do empoderamento se fazem necessárias mudanças nas estruturas sociais e econômicas, capazes de promover a mobilidade coletiva, ou seja, não uma mobilidade em termos individuais.

### 3.5 Teoria meios de vida sustentáveis

Cada vez mais a multidimensionalidade da pobreza entrou em foco na literatura de desenvolvimento. Sen (2001) identifica quatro dimensões da pobreza:

- Oportunidade (acesso a mercados e no emprego);
- Capacidade (acesso à saúde e educação);
- Segurança (vulnerabilidade a riscos econômicos e de todas as formas de violência); e
- Capacitação (poder dentro e fora da casa).

Dessa forma, a teoria dos “modos de vida sustentáveis” é uma ferramenta emergente que se baseia na noção de multidimensionalidade para melhorar a compreensão dos modos de vida, em particular os meios de subsistência dos pobres (CARNEY, 1998).

De acordo com Adato e Meinzen-Dick (2002), estimular a empregabilidade continua a ser uma importante estratégia para a redução da pobreza em vários países, contudo, a realidade das pessoas carentes é que a sobrevivência e sobretudo, a prosperidade financeira depende de diversos fatores relacionados ao mercado de trabalho como oportunidades, capacitação, crises financeiras e conflitos políticos.

A abordagem “meios de vida” evoluiu principalmente como uma ferramenta analítica que visa refletir sobre estas complexas questões, incluindo fenômenos sociais, atrizes e atores que influenciam as vidas da população carente.

Característica relevante do modelo é o reconhecimento das próprias pessoas, como atores com meios e capacidades para agir em busca de seus objetivos. Embora isso possa parecer óbvio, em muitos casos as pessoas carentes têm sido consideradas como vítimas ou beneficiárias de políticas governamentais passivas e de ajuda externa (ADATO; MEINZEN-DICK, 2002).

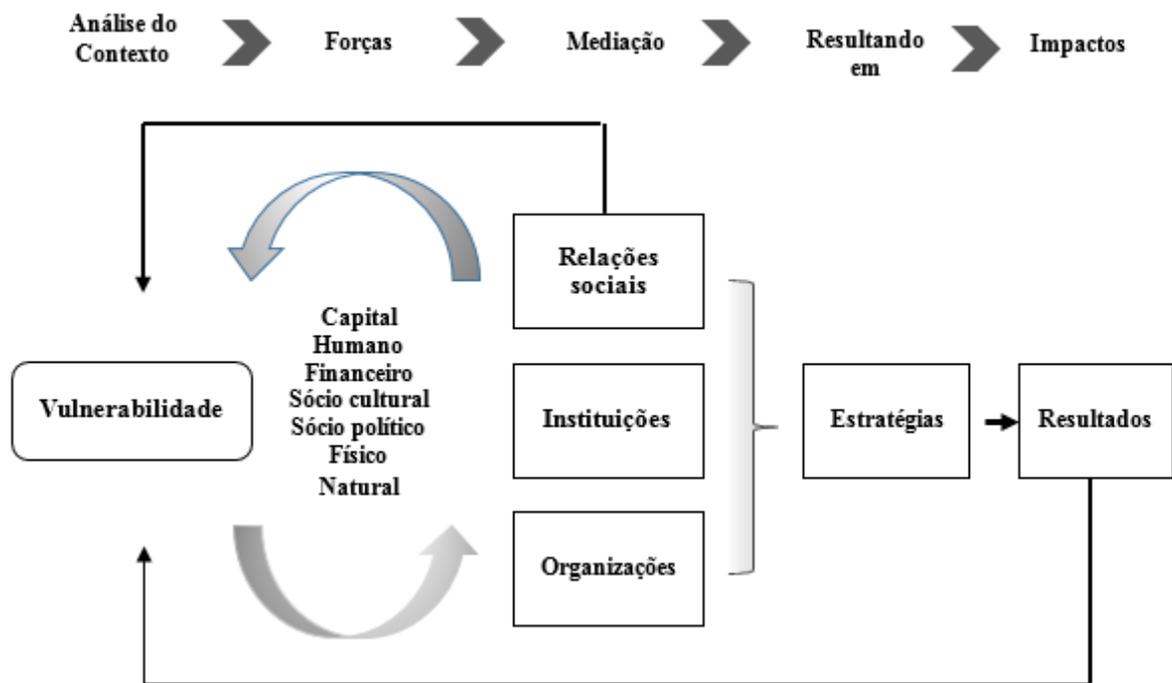
Os indivíduos em vulnerabilidade não são considerados apenas como “trabalhadores(as)”, ou “operários (as)”. Uma ampla gama de ativos é considerada não só como recursos financeiros (ADATO; MEINZEN-DICK, 2002). Eles possuem ativos como capital humano, natural, físico, financeiro, sociocultural e sócio político. O cenário externo, engloba as políticas, instituições e organizações sociais que interagem com os indivíduos e formam o ambiente em que ocorrem as estratégias de subsistência. Os resultados incluem muito mais do que apenas os níveis de renda ou alimentos e segurança.

O grau de vulnerabilidade é determinado por múltiplas tendências, choques e sazonalidade quanto aos aspectos econômicos, recurso social, política e geográfica (CARNEY,

1998). A vulnerabilidade pode aumentar em virtude da falta de acesso aos recursos, fraca integração econômica, fatores que são muitas vezes exacerbadas por falta de oportunidades econômicas, exclusão social, discriminação e a falta de voz.

A figura 2 apresenta as estratégias dos modos de subsistência. A abordagem começa com uma análise do contexto da vida das pessoas de baixa renda e reconhece várias causas, múltiplas influências, forças e mediações estratégicas para redução da pobreza, e visa proporcionar um modelo que pode ter um impacto positivo sobre a vida em geral. Assim, reconhece que os pobres têm a sua própria carteira de ativos e estratégias para lidar com a vulnerabilidade, enquanto também reconhece a importância do ambiente externo, das estruturas e processos que podem transformar a vida dos pobres (DUNCOMBE, 2006).

Figura 2 - *Estratégias de meios de subsistencia*



Fonte: Adaptado pela autora, baseado em Duncombe (2006).

Para Duncombe (2006) dentro do conjunto de ativos geralmente não há muita referência explícita ao capital político apesar de considerar este como um componente essencial do capital social. No entanto, a vulnerabilidade é sentida de forma mais intensa pelos são normalmente excluídos de atividades laboriais e de geração de renda e não são capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas pelos mecanismos de mercado.

A abordagem da subsistência enfatiza também a importância da criação de ligações eficazes e métodos participativos (DUNCOMBE, 2006).

Esta avaliação se diferencia das demais avaliações feitas nos programas pelo fato de permitindo entender a magnitude das mudanças geradas pela intervenção sobre o bem-estar da população, apresentando informações relevante para a tomada de decisões na forma de alocação de recursos (ARUN; HEEKS, 2004).

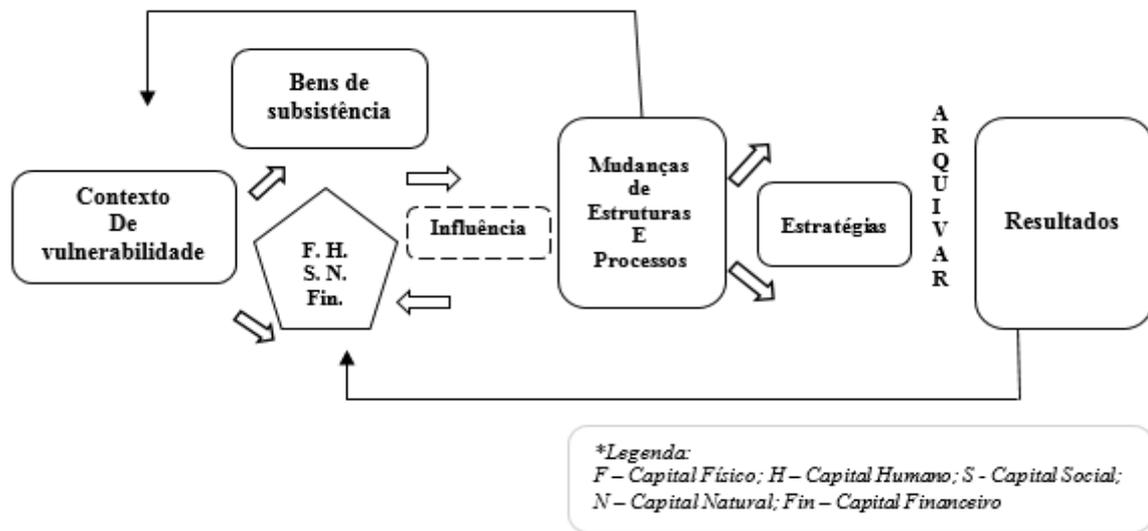
A representação dos “modos de vida sustentáveis” apresenta os principais fatores que afetam a sobrevivência das pessoas e as relações típicas entre estes. Ele pode ser utilizado tanto no planejamento de novas atividades de desenvolvimento, e avaliar a contribuição para a sustentabilidade da subsistência. Dentro de um “contexto de vulnerabilidade” definido, por exemplo, deslocando restrições sazonais, choques econômicos de curto prazo e tendências de longo prazo da mudança, as pessoas possuem tipos de meios de subsistência ou de capital (representado pelos ativos) em várias combinações dentro de circunstâncias influenciadas por estruturas e processos institucionais, a fim de buscar diversas estratégias de subsistência mensuráveis, ou seja, “resultados de subsistência” (ARUN; HEEKS; 2004).

A teoria dos “modos de vida” é voltada para o desenvolvimento das empresas, em especial é a empresa liderada por mulheres, dada a crescente evidências sugerindo que as desigualdades de gênero persistentes retardam o desenvolvimento, o crescimento econômico e a redução da pobreza (WORLD BANK, 2001).

As abordagens sobre “meios de vida sustentáveis” evoluíram nas perspectivas sobre a pobreza, participação e desenvolvimento sustentável (CHAMBERS; CONWAY, 1992; CARNEY, 1999). No final da década de 1990, esta ideia havia consolidado em uma abordagem ou uma série de abordagens muito semelhantes desenvolvidas e/ou implementadas por organizações intergovernamentais.

Em linhas gerais o conceito de vida consiste nos “meios de ganhar a vida, incluindo recursos de subsistência, ativos tangíveis e intangíveis” (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 9), resumidamente apresentado na Figura 2.

Figura 3 - *Modelo teórico dos meios de vida sustentáveis*



Fonte: Adaptado pela autora, baseado em Arun; Heeks (2004).

A abordagem deve fornecer *insights* de particular relevância para as questões como vulnerabilidade, sustentabilidade e impacto, especialmente em relação a essas instituições de microcrédito. Embora a abordagem “meios de vida” significa, em sua forma mais simples, perspectivas de gênero neutras, também foi incorporada a abordagem no estudo de empoderamento de mulheres (ARUN; HEEKS, 2004).

A teoria dos “modos de vida” abrange 5 partes, conhecidas como “pentágono”, e dentro do contexto da vulnerabilidade fornece informações sobre os bens das pessoas, trazendo as inter-relações entre os diversos ativos e relações com outros componentes do *framework* (1 do contexto de vulnerabilidade; 3 transformadora estruturas e processos; 4 estratégias de subsistência; e 5 resultados de subsistência) (ARUN; HEEKS; 2004).

O capital humano descreve as habilidades, conhecimentos e capacidade de trabalhar (incluindo boa saúde) e pode ser acumulado a partir de uma variedade de fontes, tanto formais como informais, sob a forma de conhecimento.

O capital financeiro descreve o portfólio de recursos que podem ser acessados para fornecer uma gama de opções de subsistência. Estes podem incluir a poupança, microcrédito, remessas ou, ainda, outras transferências via programas sociais.

Compreende as capacidades, os ativos (incluindo tanto materiais como sociais dos recursos) e as atividades necessárias para um meio de vida. A subsistência é sustentável quando pode enfrentar e se recuperar de tensões e choques e manter ou ampliar suas

capacidades e recursos, tanto agora como no futuro, apesar de não minar a base de recursos naturais (CHAMBERS; CONWAY, 1992).

São perspectivas complementares que visam alcançar muitos dos mesmos objetivos (por exemplo, a capacitação dos mais vulneráveis e uma capacidade reforçada dos pobres para conseguir garantir meios de subsistência) (ARUN; HEEKS, 2004).

O foco principal da perspectiva dos direitos é baseada em vínculos entre as instituições públicas e da sociedade civil, e, particularmente, sobre a forma de aumentar a responsabilidade das instituições públicas e todos os cidadãos. Reconhece a importância destas ligações e responsabilização, que toma como ponto de partida a necessidade de compreender o modo de vida das pessoas pobres dentro deste contexto. A partir deste ponto de partida é que, tenta-se identificar os condicionantes específicos que impedem a realização dos direitos das pessoas e, conseqüentemente, a melhoria de suas condições de vida em uma base sustentável.

Níveis de capital humano, treinamento e desenvolvimento profissional podem ser indicadores de capital humano. O capital social poderá ser resolvido por meio de noções de relação social e rede, particularmente com os intermediários financeiros, as ONGs e os escritórios do governo local. argumenta que os cenários de meios de vida sustentáveis precisam entender como os ativos são combinados e transformados, bem como a capacidade de expandir bases de ativos por meio do envolvimento com “estruturas, instituições e políticas e processos”.

Como macro políticas e funcionamento das instituições afetam instituições e forma meios de subsistência? Como estruturas, políticas e instituições poderiam se tornar mais responsivo para facilitar a capacitação das famílias e das mulheres pobres? Isso poderia também incluir uma análise das relações sociais e da forma em que tais aspectos como gênero e divisões sociais afetam a subsistência de diferentes grupos dentro de uma comunidade ou vizinhança. Outros temas abordados podem incluir:

- Organização social e política: os processos de tomada de decisão, organismos cívicos, regras e normas sociais, a democracia, liderança, poder e autoridade com contexto local e da comunidade.
- Governança: a forma e a qualidade dos sistemas de governo.
- A prestação de serviços: o comportamento, a eficácia e a capacidade de resposta do Estado, e as agências de prestação de serviços privados.
- Instituições de acesso de recursos: como as instituições determinam o acesso às funções de recursos. Identificar o uso da tecnologia em termos de capital e de capacidade. Os critérios de uma estratégia de tecnologia apropriada para os meios de subsistência deve ser

melhorar a produtividade dos ativos da comunidade; melhorar as capacidades e oportunidades; estar sustentável em sentidos sociais, econômicos e ambientais; capacitar as comunidades (comunidades particularmente vulneráveis). A tecnologia é constitutiva de quatro aspectos inter-relacionados: técnica (máquinas e equipamentos), conhecimento (*know-how* e competências), organização (sistemas, procedimentos, práticas e estruturas de apoio) e produto (concepção e especificação) Cada um destes itens pode formar a base para uma nova investigação deste elemento do capital físico no âmbito dos meios de subsistência (ARUN; HEEKS; MORGAN, 2004).

Por fim, identificar as microfinanças como uma estratégia importante em microempresas, falta de acesso ao crédito e serviços financeiros têm sido as barreiras mais importantes para os “meios de vida sustentáveis” por parte dos pobres, particularmente as mulheres.

Para introdução do próximo tópico, apresentaremos as discussões sobre grounded theory, teoria utilizada para fundamentar os aspectos metodológicos utilizados, a partir do trabalho empírico.

## 4 *Grounded Theory*

Antes de apresentar os procedimentos metodológicos escolhidos para este trabalho, é necessário contextualizar as opções utilizadas através da *Grounded Theory* (GT), ou a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). Esta é uma metodologia de investigação qualitativa que busca a partir das experiências vivenciadas pelos atores sociais, identificar aspectos significativos que permitam conectar construtos teóricos, potencializando, assim, a expansão do conhecimento em diversas áreas, como a enfermagem, a psicologia, a sociologia e administração (DANTAS et al., 2009).

Segundo Bianchi e Ikeda (2008) a *Grounded Theory* foi iniciada por Glaser e Strauss (1967), sendo apontada como uma das formas mais puras de pesquisa qualitativa, mas somente a partir dos anos 1990, começou a ser utilizada em estudos de administração.

A *Grounded Theory* é uma metodologia para se desenvolver teoria fundamentada em dados que são sistematicamente coletados e analisados (GOULDING, 2001). Para Bianchi e Ikeda (2008) a definição concisa, talvez não deixe clara a riqueza de detalhes do procedimento de trabalho e resultado obtido com este tipo de pesquisa.

Conforme Pinto (2014) o foco está em estabelecer (e tentar legitimar) um estilo de pesquisa em que fosse possível falar de pesquisas empíricas direcionadas não para o teste de hipóteses já previamente estabelecidas segundo os pressupostos das grandes teorias (abstratas, generalizáveis, formais, mas distantes do "dia-a-dia das pessoas"), já disponíveis, mas principalmente para a construção de "novas" hipóteses e de "novas teorias".

Segundo Bianchi e Ikeda (2008) a forma de coleta de dados sugerida pela *Grounded Theory* é um apanhado de várias outras técnicas qualitativas: entrevistas, análise de discursos, estudo de casos, análise de memorandos e outros documentos já escritos.

Nico et al. (2008) afirmam que o método da *Grounded Theory* preconiza o desenvolvimento de um modelo teórico representativo que ilustre a categoria central. Uma vez seguidos os passos do referencial metodológico e descoberto o processo que esteja sendo estudado, é necessário validar o modelo teórico. Esta validação é realizada de acordo com as recomendações de Strauss & Corbin (1998).

A *grounded theory* procura entender como as pessoas se comportam num contexto social e essencialmente, ela é mais comumente utilizada para gerar teoria onde pouco é sabido ou existem lacunas no conhecimento (GOULDING, 2002).

Cassiani et al. (1996) afirmam que a *grounded theory* é um processo complexo de análise de dados, como um referencial de análise que fornece caminhos, orienta o investigador que pretende utilizá-la e como um referencial metodológico. É um referencial que exige intenso envolvimento do investigador em todas as fases dificultando a participação de auxiliares de pesquisa e é, como também outras metodologias são, consumidoras de energia e tempo, especialmente quando se tratar da primeira investigação.

A teoria fundamentada nos dados, como ressaltam Chenitz & Swanson (1986) é um método sistemático de coletar, organizar e analisar dados que são extraídos do mundo empírico.

Segundo Strauss & Corbin (1998), a teoria emerge dos dados e representa uma abstração; portanto, é importante determinar se o modelo teórico esquematizado não foi omissivo ou está representado além dos significados dos dados. Um dos caminhos utilizados para validar o modelo teórico é o de retornar aos dados e comparar o modelo com os dados brutos, realizando um tipo de análise comparativa. Este modelo teórico tem que ser capaz de explicar a maioria dos casos. Outra forma é contar a história para os sujeitos participantes do estudo ou pedir que eles a leiam e percebam se a mesma está adequada. É claro que a história não estará adequada em todos os aspectos de cada caso, em virtude de a história ser uma redução dos dados, mas, de forma geral, os sujeitos deverão se reconhecer na história lida.

Analisando os dados com a metodologia em questão, emerge a essência da representação do estudo empreendido, convencionalmente denominado de categoria central. Para se chegar a ela, realizamos a inter-relação dos fenômenos apreendidos no estudo, a fim de compará-los e analisá-los, para compreender a interação entre os seus componentes.

Segundo Strauss & Corbin (1998), Strauss contribuiu para o desenvolvimento da *Grounded Theory* nos seguintes aspectos:

- Necessidade de ir ao campo para descobrir o que está ocorrendo;
- Relevância da teoria, baseada nos dados, para o desenvolvimento de uma disciplina e como a base da ação social;
- Complexidade e variabilidade do fenômeno e da ação humana;
- Crença que as pessoas são atores, possuindo um papel ativo em resposta às situações problemáticas;
- Compreensão que as pessoas atuam na base do significado;
- Compreensão de que o significado é: definido e redefinido por meio da interação;

- Sensibilidade para o envolvimento e desdobramento com a natureza dos eventos (processo);
- Consciência da inter-relação entre condições (estrutura), ação (processo) e consequências.

Glaser & Strauss (1967) descreveram esta metodologia com o intuito de estudar modelos fundamentais conhecidos como um processo sociopsicológico básico, capaz de descrever variações na interação ao redor do fenômeno ou problema.

Glaser & Strauss (1967) afirmam que essa metodologia consiste na descoberta e no desenvolvimento de uma teoria a partir das informações obtidas e analisadas sistemática e comparativamente. Para eles, a teoria significa uma estratégia para trabalhar os dados em pesquisa, que proporciona modos de conceituação para descrever e explicar. Estes autores apresentam um método de análise comparativa constante, em que o pesquisador, ao comparar dados, estabelece categorias conceituais que servem para explicar o evento. A teoria, então, é gerada por um processo de indução, no qual categorias analíticas emergem dos dados e são elaboradas conforme o trabalho avança.

Para a coleta dos dados, o pesquisador pode fazer uso de entrevistas estruturadas e não-estruturadas. As primeiras utilizam um modelo de entrevista em que o entrevistador não desvia da sequência das questões elaboradas. Já as não-estruturadas referem-se a uma entrevista intensa e profunda, sendo o tipo mais comumente usado para coletar dados qualitativos e também se constituem nas entrevistas mais comumente adotadas na *Grounded Theory*.

Quanto à amostra, o pesquisador decide que dados coletar em seguida, em função da análise que vem realizando. Neste sentido, a amostragem adotada não é estatística, mas teórica, uma vez que o número de sujeitos ou situações que devem integrar o estudo é determinado pelo que eles denominaram de saturação teórica, ou seja, quando as informações começam a ser repetidas e dados novos ou adicionais não são mais encontrados.

A amostra teórica é realizada com o objetivo de descobrir categorias e suas propriedades, e também sugerir inter-relações dentro da teoria. No que se refere à amostra estatística, ela é realizada a fim de obter acurada evidência na distribuição de pessoas entre categorias a serem estudadas para descrições e verificações de fenômenos. A amostra teórica tem o objetivo de mostrar eventos que sejam indicativos de categorias e não de pessoas.

Vale ressaltar que propriedades são as características de uma categoria, o que define e dá significado às mesmas e quando estas variam, podemos dizer que são categorias que pertencem a outras dimensões diferentes e, portanto, permitem imprimir variações à teoria.

De acordo com Pinto (2014) a literatura deve ser consultada após a construção da teoria a fim de se identificar onde a literatura é falha, excessivamente simplista ou explica o fenômeno apenas parcialmente.

Dessa forma, a partir do exposto, será possível compreender com mais facilidade o percurso metodológico escolhido da próxima seção, como por exemplo a natureza da pesquisa, contribuição teórica, técnicas de coleta e análise de dados.

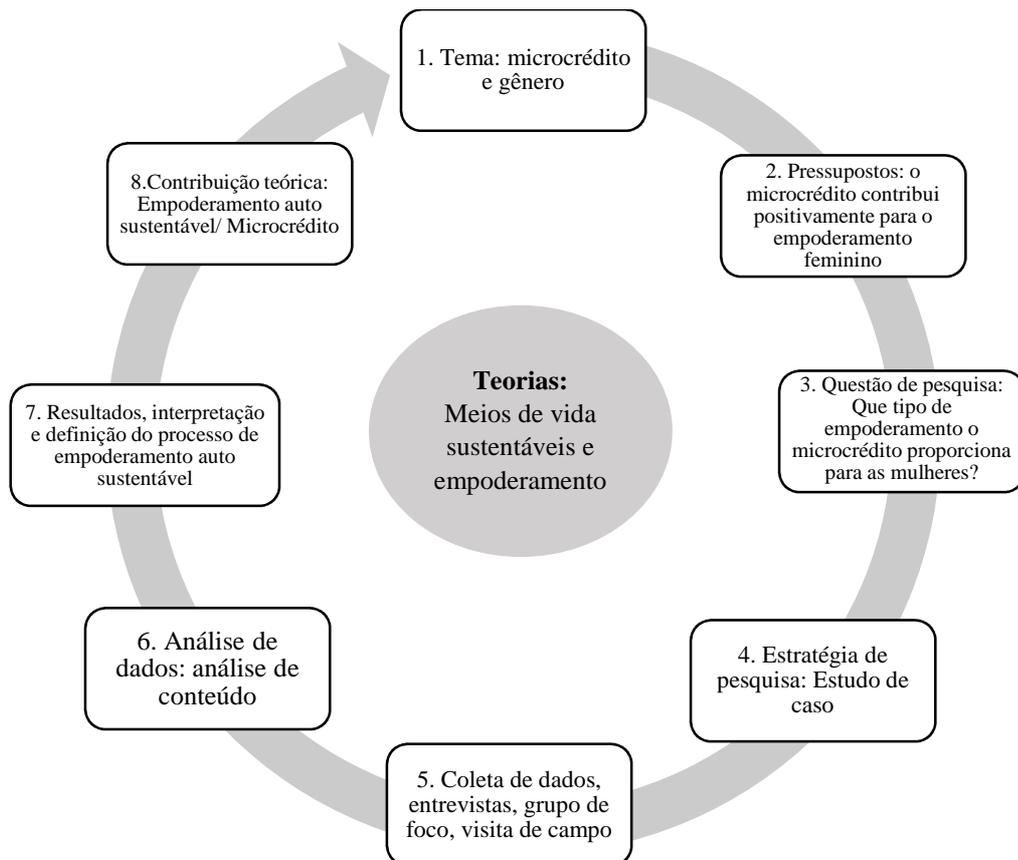
## 5 Caminhos metodológicos

Esta seção tem o objetivo de esclarecer o trajeto metodológico percorrido para a realização deste trabalho, apresentando a classificação da pesquisa, motivos da escolha do estudo de caso e técnicas de coleta e análise.

### 4.1 Pressupostos metodológicos

Quanto ao delineamento, o trabalho classifica-se como estudo de caso (YIN, 2005). Os estudos de caso permitem compreender a dinâmica de determinado contexto e visam descrever um fenômeno. A partir dos construtos teóricos-conceituais escolhidos, foi possível trazer contribuições para o entendimento sobre o empoderamento feminino no microcrédito. O desenho da pesquisa pode ser melhor visualizado na Figura 5.

Figura 4 - *Desenho da pesquisa*



Fonte: Elaborado pela autora, 2016. Adaptado de Neumann (2007).

Ademais, apesar da tradicional predominância de metodologias quantitativas nos estudos em microcrédito, a pesquisa qualitativa nesse campo compreende destaque. Nesse contexto, a utilização da metodologia de estudo de caso tem sido impulsionada por ser uma abordagem que permite entendimento minucioso do fenômeno em estudo.

## **4.2 Classificação da pesquisa**

A validação pela comunidade acadêmica, na área das ciências sociais aplicadas, exige que o pesquisador esteja familiarizado com a temática além de permitir a transparência metodológica, a cumulatividade e a aplicabilidade dos resultados (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

O rigor metodológico, especialmente quando da realização de uma pesquisa qualitativa, reside, em parte, na postura ética do(a) pesquisador (a) em se fazer o mais claro(a) possível, ao expor: sua intencionalidade; e os “caminhos percorridos” para chegar a um determinado entendimento/compreensão do fenômeno (SPINK, 2003).

Neste panorama, esta pesquisa possui caráter qualitativo-descritivo, com o objetivo de entender o empoderamento a partir da visão das próprias microempreendedoras.

Sendo assim, é importante não deixar critérios implícitos, mas sim adotar processos de investigação, que possibilitem a compreensão e a replicação do estudo (CLEGG; HARDY, 1999). Nesse âmbito, para facilitar o desenho e austeridade da pesquisa, optou-se pelo detalhamento de todas as fases da metodologia.

Segundo Martins (2004), a pesquisa qualitativa privilegia a análise de micro processos, por meio do estudo intensivo das ações individuais e grupais e é caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. De acordo com Minayo e Sanches (1993), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Todavia, Serapioni (2000) afirma que estes métodos não estão relacionados à intuição do (a) pesquisador (a); e sim, que a sensibilidade é um atributo necessário e desejável em todas as formas de pesquisa social.

Complementando este raciocínio, Minayo e Sanches (1993) afirmam que é no campo da subjetividade que se sustenta a abordagem qualitativa, que realiza uma aproximação entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza. Os autores também acrescentam que o trabalho qualitativo caminha sempre em duas direções: primeiro, elabora teorias, métodos, princípios e estabelece os resultados; em segundo lugar, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e toma direções privilegiadas (MINAYO; SANCHES, 1993).

Portanto, mostra-se pertinente a utilização da abordagem qualitativa, de cunho descritivo e estudo de caso, tornando-se a mais condizente e adequada, com a pergunta de pesquisa, objetivos e cenários de investigação.

Nesse sentido, os dados, precisam ser coletados e registrados sistematicamente para o estudo propriamente dito na pesquisa qualitativa e descritiva. Ademais, via de regra a pesquisa descritiva também assume o formato de estudo de caso, em que determinado indivíduo, família, grupo, ou comunidade seja representativa de seu universo (CERVO, 2007).

Conforme Cervo (2007), a pesquisa descritiva, embora percorra diversas fases da pesquisa bibliográfica, apresenta algumas características próprias, a saber: escolha, delimitação do tema, justificativa, revisão de literatura, formulação do problema, hipótese, amostragem, instrumentos, procedimentos, análise, discussão de dados e conclusão.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir com a maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros acontecimentos, sua natureza e suas características. Busca reconhecer suas diversas situações e relações que ocorrem na vida social e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO, 2007).

Seguindo a classificação da pesquisa quanto a sua finalidade, este trabalho também possui características exploratórias, tendo em vista que a não existência de trabalhos empíricos qualitativos que analisam, concomitantemente, microfinanças e empoderamento de mulheres.

Por fim, parte-se do pressuposto da perspectiva do campo-tema de Spink (2003) a qual corresponde a uma "rede complexa de sentidos", que vai sendo construída e negociada em um constante diálogo acerca do tema. Neste cenário, pesquisador e pesquisado constroem sentidos e significados da prática na pesquisa social.

### **4.3 Escolha do caso - Por que o BPCS?**

Na presente tese, analisa-se o caso da instituição de microcrédito Banco Popular Crédito Solidário (BPCS)<sup>11</sup>, com sede em Santo André (São Paulo-SP). Criado em 1997, em uma

---

<sup>11</sup> O BPCS é uma OSCIP, sem fins lucrativos, na forma da Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, dedicada a fomentar o crescimento, a geração de empregos e renda e a inclusão social, com atuação nos municípios de Santo André, Mauá, Diadema, Guaianazes, Jardim Ângela e São Bernardo do Campo. Informações mais detalhadas serão apresentadas na seção 4 deste trabalho. Fonte: <<http://www.bpcs.org.br/>>. Acesso em 10 fev 2016.

parceria envolvendo a prefeitura de Santo André, o Sindicato dos Trabalhadores Bancários, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Associação Comercial e Industrial de Santo André e o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga, fundou-se a ONG Banco do Povo de Santo André – Crédito Solidário.

A escolha deste caso especificamente justifica-se pelo fato de o BPCS ter sido a primeira organização do gênero no Estado de São Paulo. Além disso, dos grupos solidários clientes da instituição, 58% de seus membros são mulheres.

O estudo de caso é a estratégia escolhida para se examinarem eventos atuais, quando não se podem manipular condutas. O estudo de caso conta com muitas das técnicas utilizadas pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e entrevistas (YIN, 2005).

Stake (2005, p. 443) ressalta que o “estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do que será estudado”. O autor ainda acresce que qualquer que seja o método escolhido para conduzir o estudo, o pesquisador, ou a pesquisadora, estará concentrado, não no método, no caso.

Segundo Yin (2005), um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real. Em outras palavras, utilizar o método de estudo de caso é adequado quando o pesquisador tem interesse em lidar com contextos que podem ser altamente relacionados ao seu fenômeno de estudo.

Existem equívocos e discordâncias na literatura sobre a importância do estudo de caso. Talvez o maior desses equívocos resida na afirmação de que os estudos de caso são um tipo de pesquisa mais fácil, pelo fato de lidar com uma ou poucas unidades (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 89) Contudo, tal afirmação reduz a complexidade desse tipo de pesquisa, bem como as dificuldades que lhe são próprias (ALVES-MAZZOTTI, 2006).

Por outro lado, também existem estudiosos que afirmam que os estudos de caso oferecem pouca base para generalização – o que, segundo Yin (2005), é uma das facetas dos preconceitos que cercam esta estratégia de pesquisa. O autor argumenta que, se não se pode generalizar a partir de um único caso, tampouco é possível generalizar com base em um único experimento. Todavia, para Yin, a lógica que rege o desenho da pesquisa não é a da amostragem, mas a da replicação. O pesquisador não procura casos representativos de uma população para a qual pretende generalizar os resultados, mas a partir de um conjunto particular de resultados ele pode gerar proposições teóricas que seriam aplicáveis a outros contextos; a isto, Yin (2005, p. 39) denomina “generalização analítica”.

O estudo de caso se destaca por sua flexibilidade, podendo incluir tanto estudos de um caso único quanto análises de diferentes momentos de um mesmo caso (*within-case comparisons*). No entanto, optou-se na presente pesquisa pelo caminho metodológico longitudinal, em apenas um momento, não descartando a possibilidade de se conhecer a trajetória dos entrevistados.

Na presente pesquisa, optou-se pelo estudo de caso único (*within-case*) que diferencia-se do comparado (*cross-case*) por ser mais metuculoso, permitindo que se averiguem mecanismos causais em profundidade, e se sobrepujem limitações inerentes aos outros em vista de oferecer especificação detalhada dos processos de interesse (MAHONEY, 2003)

Destaca-se que a unicidade do caso não implicará necessariamente na análise de apenas um contexto social específico, pois os casos individuais podem se ramificar em diversas dimensões e domínios, e cada uma destas ramificações pode ter seu próprio contexto. Esta característica dos estudos de caso únicos pode levar a uma pluralidade de narrativas, referentes aos diversos contextos abrangidos pelo caso (STAKE, 2000)

Cabe ressaltar, entretanto, que todas as instituições de microfinanças estão sujeitas às mesmas características, como foco nos grupos solidários, e que possuem a maioria das clientes do sexo feminino, além de terem a mesma legislação. Os resultados encontrados no BPCS poderão, pelo menos, demonstrar semelhanças com aqueles encontrados em outras instituições e/ou regiões similares.

Enfim, estudos empíricos, como este, são fontes para reflexão e geração de conhecimentos podendo contribuir para as discussões de estudos de microcrédito e gênero.

#### **4.4 Técnicas de coleta de dados**

Martins (2004) afirma que a flexibilidade é uma característica dos métodos qualitativos, principalmente quanto às técnicas de coleta de dados, incorporando aquelas mais adequadas à observação que está sendo feita.

O pesquisador do estudo de caso deve possuir uma versatilidade metodológica assim como obedecer a certos procedimentos formais para garantir o controle de qualidade durante o processo de coleta.

Neste caso, buscaram-se múltiplas fontes de evidências para responder às perguntas de pesquisa, utilizando diferentes táticas de coleta de dados. Para a obtenção dos dados primários, foram realizadas entrevistas/conversas semiestruturadas, grupos de foco e visitas de campo.

Em síntese, primou-se pela triangulação de dados, que, conforme Azevedo et al. (2013), pode combinar métodos e fontes de coleta de dados (entrevistas, questionários, observação e notas de campo, documentos, além e outras), assim como diferentes métodos de análise de dados: análise de conteúdo, análise de discurso, métodos e técnicas estatísticas descritivas e/ou inferenciais. Seu objetivo é contribuir para o exame do fenômeno sob o olhar de múltiplas perspectivas e também enriquecer a nossa compreensão, permitindo emergir novas e/ou mais profundas dimensões.

Do exposto ao longo deste trabalho, tal como Azevedo et al. (2013) mencionam, considera-se que a triangulação traz acréscimo de rigor, de amplitude, de complexidade, e de profundidade à investigação em ciências sociais aplicadas.

O levantamento de dados quantitativos e qualitativos objetivou conhecer o perfil da instituição, assim como o dos clientes e colaboradores. A pesquisa documental de fontes do BPCS e de domínio público possibilitou uma análise qualitativa dos objetivos, valores, missão e histórico da instituição, bem como a estratégia para a obtenção de recursos e para a divulgação. Entre as fontes utilizadas estão: o estatuto da instituição; o material de divulgação; os estudos socioeconômicos; e as matérias de jornal e site institucional.

Ao realizar uma visita de campo cria-se a oportunidade de fazer observações diretas. Assumindo-se que os fenômenos de interesse não sejam de caráter histórico, encontram-se disponíveis para observação alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes.

Para Spink (2003), o campo de pesquisa, comumente, é entendido como um lugar em que o pesquisador se desloca para coletar dados. (...) “se refere à observação e à interação com as pessoas 'no seu habitat natural” (2003, p. 21).

Sendo assim, foram realizadas 10 visitas a diferentes empreendimentos, em Santo André, Mauá e São Mateus, como, por exemplo: comércios, salões de beleza, padarias, lojas de roupas, docerias e comércios informais. Todas as visitas foram realizadas pela pesquisadora com o acompanhamento de agentes de crédito e tiveram uma duração média de uma hora.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de agosto e setembro de 2015, e desenvolveu-se de acordo com a agenda e disponibilidade do BPCS e de suas agentes de crédito que acompanharam a pesquisadora. No quadro 6 são apresentados, de forma breve, os registros das visitas de campo.

Quadro 3 – *Locais da pesquisa de campo*

<b>Visitas</b>	<b>Locais</b>	<b>Duração média</b>	<b>Objetivo</b>
V 1	Sede do BPCS Santo André	4 horas	Visita inicial, apresentação, entrevistas/conversas Diretoria Executiva e técnico administrativo
V 2	Sede do BPCS São Mateus	4 horas	Grupo de foco 1 e grupo de foco 2 Entrevista coordenadora Entrevista agente de Crédito Entrevista cliente antiga (figura-chave) Entrevista cliente / visita ao estabelecimento: salão de beleza
V 3	Sede do BPCS Mauá/ Mauá	3 horas	Entrevista/conversa 2 agentes de crédito Visita a estabelecimento: padaria
V 4	Santo André (centro)	1 hora	Visita a estabelecimento comercial: doceria Entrevista/conversa
V 5	Santo André (centro)	40 minutos	Visita a estabelecimento comercial: loja de roupas Entrevista/conversa com 2 agentes de crédito
V 6	Santo André (centro)	30 minutos	Visita a estabelecimento comercial: salão de beleza
V 7	Mauá (estação de ônibus)	25 minutos	Entrevista/conversa com vendedora de lanches
V 8	Mauá (estação de ônibus)	40 minutos	Entrevista/conversa com vendedora ambulante
V 9	Mauá (shopping popular)	30 minutos	Visita a estabelecimento comercial de variedades: "box" em shopping popular
V 10	Mauá (centro)	40 minutos	Visita a estabelecimento comercial: loja de roupas e mercearia
V 11	Mauá (shopping popular)	20 minutos	Visita a estabelecimento comercial acessórios para celular: "box" em shopping popular

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

O grupo de foco pode ser utilizado no entendimento das diferentes percepções acerca de um fato, prática, produto ou serviço. Em geral, não é considerado adequado para estudar a frequência com que determinados comportamentos ou opiniões ocorrem. Pode ser considerado uma espécie de entrevista de grupo, embora não sejam um processo no qual se alternam perguntas do pesquisador e respostas dos participantes (LERVOLINO; PELICIONI, 2001)

A essência consiste, justamente, na interação entre os participantes e o (a) pesquisador (a), que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos. Em média é composto de cinco a 10 participantes, selecionados por apresentar algumas características em comum associadas ao tópico que está sendo pesquisado e fortes elos. Sua duração usual é de uma hora e meia (LERVOLINO; PELICIONI, 2001).

A coleta de dados tem como uma de suas maiores riquezas basear-se na tendência humana de formar opiniões e atitudes na interação com outros indivíduos. Contrasta, nesse sentido, com dados colhidos em questionários ou entrevistas, em que o indivíduo é convocado a emitir opiniões sobre assuntos que talvez nunca tenha pensado anteriormente (LERVOLINO; PELICIONI, 2001)

Nesta pesquisa foram realizados dois grupos com a participação de sete e cinco mulheres respectivamente, na sede de São Mateus do BPCS. Um grupo solidário recém formado, e um segundo grupo mais antigo, com membros experientes e que já realizaram vários pedidos de crédito.

Os grupos focais foram escolhidos de forma aleatória, por estarem presentes no dia estipulado para a visita, ou para receber cheques (grupo mais antigo, com sete mulheres) ou para a reunião inicial (grupo recém formado com cinco mulheres). Após uma apresentação inicial e solicitação feita pelos agentes de crédito, a pesquisadora comunicou os objetivos da pesquisa e conduziu a conversa, que foi gravada mediante autorização, com duração de 1 h e 30 min aproximadamente cada grupo. A identidade das entrevistadas foi preservada, portanto as mulheres foram codificadas como Entrevistada 1 do Grupo 1 (E1G1) e Entrevistada 1 do Grupo 2 (E1G2) e assim por diante.

Todos os indivíduos que constituíram o grupo foram voluntários. Assim, o critério para participarem foi somente o interesse. Foram realizados apenas dois grupos focais, pois eram suficientes para a compreensão inicial dos clientes e seus empreendimentos, anterior às visitas de campo. Segundo Gondim (2002), o grupo focal para a coleta de dados em pesquisas qualitativas ocuparia uma posição intermediária entre a observação e as entrevistas. Sendo assim, com a análise do grupo focal ficaram algumas questões em aberto que foram aprofundadas com a realização de duas entrevistas.

Para Martins (2004) a principal preocupação do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazer com que o sujeito se manifeste da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor compreendê-la.

Para Duarte (2002), em uma metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que irão compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori* – tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas.

Uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas. É muito comum que as entrevistas, neste caso, sejam conduzidas de forma espontânea. Essa natureza das entrevistas permite que tanto se indague os respondentes-chave sobre os fatos de uma maneira quanto se peça a opinião sobre determinados eventos. Em algumas situações, é possível até mesmo pedir que o respondente apresente suas próprias interpretações de certos acontecimentos e possa usar estas proposições como base para uma nova pesquisa.

A disponibilidade para o diálogo e a abertura do pesquisador para as conversas no cotidiano, como destaca Spink (2008), são importantes elementos para a construção coletiva de conhecimentos, sendo o pesquisador “simplesmente um entre muitos membros competentes de uma comunidade moral, que busca arguir e agir para melhorias, tal como também fazem muitos outros” (p. 71).

A partir disso, foram realizadas entrevistas, denominadas aqui entrevistas/conversas, com um roteiro exploratório previamente elaborado, contudo, sempre sendo flexível de acordo com as necessidades e particularidades de cada entrevistado, bem como seu local de trabalho e disponibilidade. Todas as visitas e entrevistas/conversas foram realizadas com o acompanhamento de um ou dois agentes de créditos para facilitar a localização e deslocamento entre os locais (Santo André, São Mateus e Mauá).

Os entrevistados foram escolhidos de acordo com a disponibilidade e interesse em colaborar. Neste caso, o papel das agentes de crédito foi fundamental, pois sua familiaridade com as clientes, trouxe confiança para o andamento das conversas.

As visitas de campo foram consideradas os momentos mais importantes desta pesquisa, ao possibilitar a vivência das realidades locais, principalmente por meio de entrevistas semiestruturadas/conversas, com roteiro prévio, na perspectiva de conversas adotada por Spink (2008). Sobretudo, os entrevistados foram respeitados e deixados ‘livres’ à medida que pudessem apresentar sua trajetória pessoal (narrativa), do estabelecimento, do conhecimento do banco, superações e dificuldades de acordo com suas personalidades. Foram entrevistadas um total de 10 clientes e sete funcionários entre agentes de crédito do coordenação e direção do BPCS.

A fim de preservar a identidade dos entrevistados, os nomes não foram divulgados. Logo, para citá-los, foram codificados, como apresentado no Quadro 7. Destaca-se que a maioria das entrevistas foi gravadas (mediante autorização), ouvidas na íntegra e transcritas. Algumas entrevistadas não se sentiram à vontade de terem suas conversas gravadas, o que foi

devidamente respeitado. Nestes casos, foram realizadas anotações em diário de campo durante e imediatamente após a conversa para facilitar a análise.

Quadro 4 - Entrevistas/conversas realizadas

<b>Código do Entrevistado</b>	<b>Descrição</b>	<b>Local</b>
E1	Entrevista/conversa Diretor-executivo	Santo André (sede do BPCS)
E2	Entrevista/conversa agente administrativo	Santo André (sede do BPCS)
E3	Entrevista/conversa coordenadora	São Mateus
E4	Entrevista/conversa agente de crédito	São Mateus
E5	Entrevista/conversa cliente antiga (figura-chave)	São Mateus (sede do BPCS)
E6	Entrevista cliente/ visita ao estabelecimento: salão de beleza	São Mateus
E7	Entrevista/conversa agente de crédito	Mauá
E8	Entrevista/conversa agente de crédito	Mauá
E9	Entrevista/conversa: padaria	Mauá
E10	Entrevista/conversa estabelecimento comercial: doceria	Mauá
E11	Entrevista/conversa estabelecimento comercial: loja de roupas	Mauá
E12	Entrevista/conversa com agente de crédito	Santo André
E13	Entrevista/conversa com agente de crédito	Santo André
E14	Entrevista/conversa com agente de crédito	Mauá
E15	Visita salão de beleza	São Mateus
E16	Entrevista/conversa com vendedora de lanches	Mauá
E17	Entrevista/conversa com vendedora ambulante	Mauá
E18	Visita a estabelecimento comercial de variedades: “box” em shopping popular	Mauá
E19	Visita a estabelecimento comercial: loja de roupas e mercearia	Mauá
E20	Visita a estabelecimento comercial acessórios para celular:” box” em shopping popular	Mauá

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

#### 4.5 Técnicas de análise de dados

Característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material, obtido qualitativamente, exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.

De acordo com Cervo (2007), após a transcrição das entrevistas e sistematização do material, foi realizada pré-leitura, leitura seletiva, leitura crítica e em seguida leitura interpretativa. A leitura interpretativa implica um tríplice julgamento: a) partindo das intenções do autor e do tema do trabalho, o pesquisador procura saber quais os dados que oferece e as informações que transmite; b) relacionar o que o autor afirma e os problemas aos quais está procurando uma solução; e c) finalmente o material coletado é julgado criticamente, procedendo a operação de síntese e de integração de resultados para conclusões práticas.

Após descartar os assuntos fora do interesse da pesquisa, os discursos foram interpretados a partir da análise da narrativa e análise de conteúdo.

O estudo de narrativas, seguindo a metodologia elaborada por Czarniawska (2004) é o estudo sobre como os atores contam suas histórias. A autora destaca que, em todas as sociedades, as narrativas são portadoras de conhecimento, constituindo-se a forma mais típica da vida social e uma forma comum de comunicação (CZARNIAWSKA, 2004).

Dessa forma, percebe-se que as narrativas permeiam todo o mundo social, as interações humanas, o que justifica sua utilização para a análise dos dados da presente pesquisa, que entende a realidade como socialmente construída, com um papel de destaque para as interações e para as conversações produzidas pelos sujeitos (RESE et al., 2010).

A narrativa, à medida que conta experiências passadas, envolve a criação de sentidos em um processo retrospectivo, no qual há constante ressignificação e negociação de significados (CZARNIAWSKA, 2004).

Conforme Alves (2012), a narrativa é, ao mesmo tempo, o que se analisa e também o método utilizado. Possui três funções: a) de transformação: a mudança de um estado de equilíbrio para outro estado, estabelecendo novas simbologias; b) função estratégica: como o sistema simbólico se estrutura, sequência que reorganiza o universo simbólico; e c) função simbólica: com potencial formador, que transforma a própria narrativa e com potencial evocador, que não precisaria estar presente para entender.

Czarniawska (2004) propõe o emprego de narrativas em pesquisas, a partir das seguintes dinâmicas: observar como as histórias são criadas, coletar histórias e provocar o ato de contá-

las para, posteriormente, interpretá-las (o que elas dizem?), analisar (como elas dizem?) e desconstruir as histórias.

De maneira complementar, os dados também foram analisados com base na Análise de Conteúdo (AC), pelo fato de que, na área da Administração, percebe-se que há crescente interesse como a técnica de análise de dados que, nos últimos anos, vem tendo destaque entre os métodos qualitativos, ganhando legitimidade.

A maioria dos autores refere-se à AC como sendo uma técnica de pesquisa que trabalha com a palavra, permitindo de forma prática e objetiva produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicável ao seu contexto social. Na AC o texto é um meio de expressão do sujeito, em que o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (CAREGATTO; MUTTI, 2006).

De acordo com Bardin (1977), este é um interessante instrumento de indução para se investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores e referências no texto).

Bardin (1977) afirma que a Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não), a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A AC consiste em uma análise das informações que permite a compreensão do contexto, realizando exploração do material, tratamento dos dados e interpretação. Dessa maneira, todas as dimensões são consideradas e tabuladas em eixos semelhantes e em agrupamentos de acordo com a frequência.

A análise categorial é o tipo de análise mais antiga, e na prática a mais utilizada. “Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”. A análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto. Para classificar os elementos em categorias é preciso identificar o que eles têm em comum, permitindo seu agrupamento. Este tipo de classificação é chamado de análise categorial (BARDIN, 1977). Todavia, as categorias não foram definidas *a priori*, deixando que elas fossem construídas *a posteriori*, a partir da análise e interação dos discursos para não influenciar os respondentes e deixá-los mais à vontade possível.

Enfim, a análise da narrativa e de conteúdo corroboram com o rigor da pesquisa, evitando a subjetividade de interpretação, pois, conforme Alves (2012), interpretar não significa analisar. Analisar é operar de algum modo com o texto, trazendo como resultado a análise.

Por fim, de forma acessória, contou-se com o auxílio do software de análise de dados qualitativos NVivo<sup>12</sup>. Para sua devida utilização, os textos relativos às entrevistas foram formatados conforme exigido; e o programa foi configurado para realizar a análise por sentenças, como unidade de texto. A partir disso, cada categoria e seus sinônimos foram verificados em todos os textos de uma só vez. No tratamento das entrevistas, criou-se uma matriz de temas e subtemas de análise, agrupando-as e dispondo as evidências dentro de cada subtema. Os temas e subtemas foram determinados *ex-post*.

#### 4.6 Elaboração do Mapa Conceitual (MC)

Para Aguiar e Correia (2013) o ser humano estrutura o conhecimento na memória de forma hierárquica. Essa organização é revelada durante a elaboração dos MCs por meio da diferenciação progressiva e da reconciliação integrativa de conceitos. A hierarquia deve ser usada de modo a representar níveis cada vez mais detalhados de conceitos. Aqueles mais gerais são colocados no topo do MC, de modo a superordenar os conceitos mais específicos como subordinados em níveis hierárquicos inferiores. O entendimento do conteúdo de um MC é compreendido com maior facilidade se a sua organização contemplar essa organização hierárquica. Por isso, eles devem começar a ser lidos a partir do conceito mais geral, escolhido como o conceito “raiz” do MC, ou seja, o ponto inicial da leitura da rede proposicional.

Os mapas conceituais foram desenvolvidos em 1972, dentro do programa de pesquisa realizado por Novak na Universidade de Cornell, no qual ele buscou acompanhar e entender as mudanças na maneira como as crianças compreendiam a ciência (NOVAK; MUSONDA, 1991).

Mapas conceituais são ferramentas gráficas para a organização e representação do conhecimento. Eles incluem conceitos, geralmente dentro de círculos ou quadros de alguma espécie, e relações entre conceitos, que são indicadas por linhas que os interligam. As palavras sobre essas linhas, que são palavras ou frases de ligação, especificam os relacionamentos entre dois conceitos (NOVAK e CAÑAS, 2010).

---

<sup>12</sup> Software de análise de dados qualitativos projetado para ajudar a organizar, analisar e encontrar informações em dados não estruturados como: entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo web. Fonte: <http://www.qsrinternational.com/nvivo-portuguese> Acesso em 14 fev 2016.

Embora à primeira vista os mapas possam parecer apenas mais uma representação gráfica de informações, compreender os fundamentos dessa ferramenta e seu uso adequado mostrará ao usuário que, na verdade, ela se trata de uma ferramenta verdadeiramente profunda e poderosa. A princípio, pode parecer um simples arranjo de palavras em uma hierarquia, mas quando se organiza com atenção os conceitos representados pelas palavras e as proposições ou ideias são elaboradas com palavras de ligação bem escolhidas, começa-se a perceber que o mapa conceitual é ao mesmo tempo simples e dono de uma complexidade elegante, possuindo significados profundos. Já ficou provado que a produção de mapas conceituais ajuda alunos a aprenderem, pesquisadores a elaborarem novos conhecimentos, administradores a melhor estruturarem e gerenciarem empresas, escritores a escreverem melhor e professores a avaliarem o aprendizado (NOVAK e CAÑAS, 2010).

## **6 Apresentação do local de estudo – BPCS**

O governo local do Município de Santo André (SP) deu o primeiro passo para implantar um programa de microcrédito ao instituir, como agenda de governo, a criação de um programa para a geração de emprego e renda.

Ao longo de 1996 e 1997, os primeiros anos da administração do então Prefeito, Celso Daniel, foram iniciados os procedimentos para implantar o programa de microcrédito andreense, adotando-se um modelo institucional independente de interferência do governo municipal. Esse modelo possibilitava parcerias com diversas instituições da sociedade civil e o acesso aos recursos financeiros de vários agentes públicos e privados.

A primeira etapa do trabalho foi a estruturação de uma comissão, que analisou os aspectos jurídicos, os modelos institucionais de programas de microcrédito já existentes no país, a viabilidade financeira de um programa dentro das realidades socioeconômicas locais.

Optou-se por um modelo que previa a participação ativa do governo municipal na definição estratégica do programa de microcrédito. Foram escolhidos para visita os programas de microcrédito que estavam em funcionamento em Porto Alegre (RS), o Portosol, e em Brasília (DF), o BRB Trabalho. Ambos os programas têm como foco a concessão de pequenos empréstimos a empreendedores (as) formais e informais, visando à melhoria de suas condições de produção e a superação da exclusão social, principalmente dos setores de baixa renda.

Em 12 de maio de 1998, numa parceria entre a prefeitura de Santo André, o Sindicato dos Trabalhadores Bancários, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, a Associação Comercial e Industrial de Santo André e o Sindicato das Empresas de Transporte de Carga, fundou-se a ONG Banco do Povo de Santo André – Crédito Solidário, a primeira organização do gênero no Estado de São Paulo. Nesse momento, foi fundamental a assistência técnica do SEBRAE, que, desde o início, participou com um representante no Conselho de Administração.

Com o aporte de capital inicial doado pelos sócios, puderam ser formados os fundos necessários para a carteira de crédito, a contratação da equipe técnica e estrutura para funcionamento. Os focos iniciais de operação foram as áreas mais pobres da cidade de Santo André, onde, em conjunto com outras iniciativas de inclusão social, o Banco do Povo se integrava, oferecendo crédito aos empreendedores populares.

Após sua criação, outros parceiros se juntaram e o Banco do Povo passou a atender também outros municípios: Mauá, Ribeirão Pires, Diadema e parte de São Bernardo, através da

Instituição Pe. Léo Comissari. Com isso, seu nome passou a ser Banco do Povo Crédito Solidário (BPCS).

No início, o conhecimento sobre microfinanças e microcrédito, por parte da equipe técnica, era muito pequeno e as operações eram desenvolvidas de modo bastante experimental. Inicialmente, o BPCS operava apenas créditos individuais, com avalistas de garantia, além da exigência de carteira assinada ou registro formal, o que tornava o processo pouco aderente ao público-alvo..

Foi a partir da participação da equipe do BPCS no Programa Integrado de Inclusão Social, o Mais Igual de hoje, com uma forte presença na comunidade, e da parceria com a Comissão Europeia no Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas (PAPD) que se iniciou um processo de experiência com novas formas de garantias. Naquele momento, passou-se a utilizar como garantias bens de baixo valor monetário, porém com altíssimo valor moral, e avalistas de baixíssima renda, sem comprovação de registro formal, mas moralmente importantes para o tomador. Essa etapa foi fundamental para o desenvolvimento das operações de microcrédito, com a utilização de metodologias mais eficientes, como a utilização dos grupos solidários em substituição ou como alternativa às garantias do tipo real ou avalista.

Atualmente, os grupos solidários (foco principal) compõem mais de 30% dos créditos concedidos e é a carteira de crédito com menor inadimplência e maior índice de crescimento em número de clientes e 99,47% dos empreendimentos atendidos são informais. Esse perfil de carteira confirma que a instituição atingiu seu objetivo de contribuir com os grupos sociais de baixa renda.

Em 2015, BPCS é composto por uma equipe técnica de 24 pessoas. É uma referência do microcrédito no país e alguns de seus profissionais, prefeituras e demais sócios são requisitados e atuam para a disseminação do microcrédito em outras regiões, através de fóruns, associações e outras organizações.

O BPCS é uma OSCIP, sem fins lucrativos, na forma da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, dedicada a fomentar o crescimento, a geração de empregos e renda e a inclusão social, com atuação nos municípios de Santo André, Mauá, Diadema, Guaianazes, Jardim Ângela e São Bernardo do Campo.

O BPCS foi fundado em 1º de janeiro de 1997 e iniciou suas atividades em maio de 1998, com apoio financeiro de várias entidades, como uma estratégia de criar políticas públicas de combate à exclusão social nas suas áreas de atuação.

- Capital de giro: Linha de financiamento destinada à aquisição de mercadorias, matérias-primas e insumos. Essa tem o objetivo de proporcionar aumento no volume de receita.

- Máquinas e equipamentos: Linha de financiamento destinada à aquisição de ferramentas, máquinas e equipamentos que tenham procedência lícita comprovada. O objetivo é proporcionar um aumento da capacidade de produção do empreendimento.
- Reforma e instalações do empreendimento: Linha de financiamento destinada a proporcionar ampliação da instalação da empresa ou qualquer outro tipo de reforma nas instalações existentes. A linha financia materiais para construção e mão-de-obra.

Dentre as condições de acesso ao crédito estão: Idade mínima: 18 anos Garantias: Pertencer a um Grupo Solidário (4 a 7 pessoas) ou, no crédito individual, exige-se um histórico de pontualidade nos últimos 3 créditos; e, para valor superior a R\$2.000, apresentação de avalista. Restrição Cadastral (SPC/SERASA): Na metodologia de grupos solidários, é permitido que até 50% dos membros do grupo tenham restrição cadastral. Na metodologia de créditos individuais, não são aceitas pessoas nem avalistas com restrições cadastrais. Tempo de Atividade do Empreendimento: Mínimo de 6 meses de atividade.

No caso dos grupos solidários, é admitido um membro que esteja no processo de abertura do negócio. O cliente deve trabalhar ou residir na área de atendimento do BPCS. Como itens não financiáveis estão atividades delituosas, que prejudiquem o meio ambiente e que não possua condições de higiene.

O BPCS possui seis unidades, a saber: Unidade Santo André; Unidade Santo André – Vila Luzita; Unidade Mauá – Jardim Zaíra; Unidade São Mateus – Jardim Três Marias; Unidade Diadema – Centro; Unidade Jardim Ângela - Estrada do M'Boi-Mirim; e Unidade Guaianases, conforme pode ser visualizado na figura abaixo.



Figura 5: Unidades do BPCS

Fonte: <http://www.bpcs.org.br/> Acesso em: 11 fev 2016.

## ***7 Resultados e discussão***

A análise das entrevistas-conversas no campo-tema em torno da percepção de gestoras e gestores e das clientes do BPCS permitiu realizar inferências sobre o fortalecimento do crédito solidário e para o empoderamento das mulheres.

Sendo assim, foi solicitada uma visita inicial e exploratória. No primeiro contato com o BPCS, foi feita uma apresentação geral da instituição da Sede Santo André, recepcionada pelo Diretor Executivo, em que foram discutidos os objetivos da pesquisa e as propostas, seguidas de uma apresentação detalhada do histórico da Instituição. Em seguida, houve a entrevista/conversa com a administradora do BPCS, que atua diretamente com um cadastro e orientação de clientes, que já foi agente de crédito, e a apresentação sobre como é feito o cadastro, grupos solidários, formação, reuniões com grupos, orientação sobre documentos, perfil dos clientes, dinâmica da instituição, explicações gerais, e exemplos com 2 grupos de mulheres.

A partir disso, discutiremos os pontos que se destacaram na análise do empoderamento. Inicialmente apresentaremos a análise dos grupos de foco, seguidas pelas entrevistas/conversas com as agentes de crédito, e por fim, a análise sobre o empoderamento das clientes do BPCS.

O discurso das clientes do BPCS foram analisados a partir do referencial teórico apresentado nos tópicos 2 e 3 deste trabalho. Inicialmente são discutidas as características das clientes. Em seguida, são retomados o modelo e variáveis analíticas utilizadas para a discussão dos casos comparativamente. Adotou-se o modelo de Zimmerman (1995), Adato e Meinzen-Dick (2002) para a análise dos grupos de foco. Para a análise das entrevistas, foram utilizadas as teorias de Mayoux (2004), Arun, Heeks e Morgan (2004), Musitu e Buelga (2004), Duncombe (2006), Heeks (2010) e Caicedo Munoz e Solarte-Pazos (2015).

## 7.1 A visão dos gestores

### 7.1.2 Informações/orientações para clientes interessados

Para Fachini (2005) e Gonzalez e Brito (2013) o agente de crédito, é o principal responsável pela inserção do microcrédito em uma determinada comunidade. As (os) agentes são responsáveis pelo levantamento de dados sobre tomadores, principalmente novos empreendedores/empreendedoras ou grupos, acompanhamento e auxílio a clientes, emissão e análise de relatórios técnicos e recuperação de crédito de tomadores inadimplentes. Por isso, esta seção analisou a percepção das agentes de crédito.

Em primeiro lugar o agente de crédito atua com a captação de novos clientes ou orientação de clientes interessados. Atuam nas redondezas atendendo clientes e fazendo a parte de captação de novos clientes. Quando aparecem clientes potenciais com interesse em obter o crédito no BPCS, conforme a agente de crédito E1:

A gente informa tudo, **como é o crédito pra quem trabalha por conta própria destinado mesmo a capital de giro**, explicando a forma do grupo (solidário). **A gente frisa bastante o grupo (solidário)**, neh... Neste caso, eu anoto o telefone, endereço, tudo certinho, e **peço para a agente de crédito ir até a atividade pra conhecer**, de repente fazer uma divulgação mesmo na área (E1)

Neste discurso, podemos notar a ênfase nos grupos solidários e também a utilização do crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) citado por Barone et al. (2002). Também percebe-se a importância das visitas de campo realizadas pelos agentes de crédito, em eu há a possibilidade de conhecer o negócio e possivelmente divulgar em estabelecimentos/clientes próximos.

Para Alves e Camargos (2014), o objetivo principal de uma IMF deve ser o alcance e o impacto sobre a população de baixa renda, auxiliando na redução da pobreza. Nesse contexto, o BPCS, possui seis unidades em regiões consideradas em potencial de vulnerabilidade e destaca-se pela lógica da proximidade geograficamente delimitada apresentada por Freitas (2013) como fator chave para as relações de confiança e reforço da solidariedade criado devido aos grupos solidários.

Em sequencia, as pessoas interessadas são estimuladas a formar seus grupos de acordo com seus critérios de proximidade e conhecimento dos outros indivíduos, desde que não sejam membros da mesma família. Além disso, os interessados ficam cientes a respeito do chamado

aval solidário, em que se tornam responsáveis sobre os colegas do grupo, caso aconteça algum problema ou dificuldade de pagamento; nas palavras de E1:

Então depois a pessoa já entendendo como funciona, **ela vai montar o grupo dela, ela vai chamar as pessoas pra participar. A gente não faz a formação do grupo aqui**, de repente se o grupo ou alguma pessoa do grupo tiver algum problema, problema de saúde ou alguma coisa assim, a outra pessoa não vai poder/querer se responsabilizar, por que você não conhece. **já aconteceu de ter parente no grupo, eh, até marido e mulher, tipo assim, não casado, mas juntado.. entendeu?**

Após a formação do grupo, eles agendam uma reunião inicial para repassar todas as informações necessárias para todos os membros do grupo, formado preferencialmente de quatro a sete pessoas, todas presentes para evitar informações desencontradas.

A gente pensa em tudo, neh. Pra não ter realmente nenhum problema. Então assim, **vem todo mundo junto do grupo, quem realmente vai ficar... aí a gente vai fazer a reunião ali naquela salinha, neh...** Aí a gente **explica todo o processo de novo, pra todo mundo, como funciona o banco**, nesta reunião, a gente vai fazer a ficha cadastral e pede o RG e CPF (e vai verificar se há restrição cadastral – 50% do grupo pode ter restrição cadastral)

Dando sequencia, este procedimento vai de acordo ao citado por Sela et al. (2006) ao informarem que o crédito financeiro é baseado na análise socioeconômica da cidadã realizada pela agente de crédito, ao contrário do sistema tradicional que solicita garantias, patrimônio e histórico financeiro do indivíduo, sem restrição de nome na praça.

Após o preenchimento da ficha cadastral e do formulário com os dados da pessoa, são solicitados por exemplos, o tipo de trabalho, atividade, referencias pessoais, (um vizinho, amigo próximo ou parente), preferencialmente com telefone fixo.

Após feita a primeira reunião no BPCS, preencher a ficha, pegar os documentos o agente de crédito vai a campo para conhecer o empreendimento

Aí **a agente de crédito vai visitar ela (cliente)**. No comércio delas, ou onde trabalham. Às vezes é em casa mesmo, feirante, ambulante... pra fazer este levantamento socioeconomico.. o gasto mensal familiar e do empreendimento, neh... bens, se ela tem alguma coisa que ela tá pagando, casa, carro, a gente coloca a quantidade de parcelas, valor.

Os prováveis novos clientes também são questionados em seu cadastro sobre sua composição familiar. Neste sentido, é preferível que não haja parentesco entre os membros dos grupos, ou que também sejam formados por cônjuges. Para realizar este cadastro são solicitadas várias informações sócio econômicas dos clientes e também de suas famílias, inclusive do montante que cada pessoa da família contribui com o orçamento doméstico. Existem até casos

em que o cônjuge ou filho não contribuem em casa, o que pode sobrecarregar determinada pessoa, conforme E3:

Total de moradores, nome parentesco, filho, filha... com que que trabalha e qual a renda, contribuição, **se contribui em casa, às vezes não contribui com nada,** entendeu?

No BPCS a forma de pagamento mais utilizada é a quinzenal. Em alguns casos específicos, de acordo com o tipo de estabelecimento ou negócio, são aprovadas as formas mensais ou semanais, mas preferencialmente quinzenal.

No caso de crédito novo e/ou renovação, há novamente outro levantamento sócio econômico de todos os componentes do grupo, preferencialmente nos três primeiros empréstimos, depois esta visita passa a ser anual, caso esteja tudo dentro da regularidade.

Em relação ao valor dos pedidos de empréstimo, percebeu-se que não há interferência do BPCS no pedido das (os) clientes, contudo há uma avaliação criteriosa em que são analisados todos os dados do empreendimento e a real necessidade daquele valor, a partir disso, o empréstimo será consolidado ou não de forma gradativa, de acordo com o histórico de pagamento do cliente e/ou grupo. De acordo com E2:

**a gente nunca interfere no valor que eles vão pedir, eles podem pedir o valor que eles quiserem,** pedir é uma coisa... aprovar é outra.. Por quê? **É tudo feito uma análise...** No primeiro empréstimo a pessoa pode tá solicitando até 1500 reais, conforme ele vai pagando ele vai aumentando... depende do que? **Pra este aumento acontecer depende da capacidade dele, do grupo, de pagamento se um cobre o outro...** e da atividade também neh.

Para Freitas (2013) e Gonzalez e Brito (2013) os empréstimos com aval solidário podem ser considerados uma das principais contribuições metodológicas das microfinanças. Neste caso, a maioria das pessoas possui capacidade de empreender seus negócios mas não possuiriam garantias se fossem recorrer ao sistema bancário tradicional. Sendo assim, o aval solidário é a garantia, sendo todos avalistas de todos, trazendo consciência comunitária, formação de redes de confiança e ajuda mútua.

Também percebemos a progressividade, que conforme Parente (2003), Aghion e Morduch (2010) e Gonzalez e Brito (2013) constituem um incentivo expressivo para à administração dos riscos das operações de microfinanças. Segundo estes autores, os empréstimos começam com valores reduzidos e conforme haja assiduidade nos pagamentos, há possibilidade de adquirir novos empréstimos com valores maiores.

Neste sentido, retoma-se Parente (2003) ao verificar a abordagem em serviços financeiros adequados e sustentáveis, que possam ser geridos de maneira adequada e que não causem prejuízo a estas empreendedoras.

Percebeu-se também a flexibilidade e habilidade de negociação das agentes de crédito ao dialogar com vários tipos de clientes, principalmente os que apresentam dificuldades ou restrições de pagamento, em que algumas vezes nem possuem conhecimento destas restrições. Segundo E3:

Quando algum tem restrição a gente fala, o valor é isso, você tem pretensão de tá regularizando nome, **É uma forma de eles saberem o que tá restrito no nome deles... as vezes nem sabem, não.** As vezes emprestou o nome pra alguém, como as vezes não usa pra nada... nem sabe que o nome tá sujo se você não sabe o que aconteceu, as vezes tava sem sistema, não conseguiu pagar, ou tipo assim, teve um problema de saúde, tem várias coisas, que **acontecem.. então a gente não pode julgar o cliente,** Eu informo o representante do grupo... pro grupo ficar ciente do que ta acontecendo, entendeu... **porque se tem mtos dias de atraso, o grupo e penalizado, no próximo crédito ao invés de aumentar, vai ter uma redução do valor**

A respeito do empoderamento das clientes, segundo todos os agentes de crédito que conversamos/entrevistamos, percebeu-se grande ênfase nas mudanças e evoluções observadas na autonomia das trabalhadoras, conforme E6:

sobre a autonomia, empoderamento.. **uma mulher hoje consegue autonomia, com o microcrédito, muito interessante ver a evolução a autonomia destas mulheres,**

Algumas agentes de crédito relataram que ainda persiste a clássica sobrecarga do trabalho doméstico destas empreendedoras que acumulam funções de cuidado com os filhos, casa e negócios, em que muitas vezes o companheiro/cônjuge não participa muito ativamente nesta divisão, segundo E4, muitas destas clientes:

trabalham fora, mas não com o mesmo equilíbrio... trabalha em casa e fora... **agregou mais uma função o trabalho doméstico ainda é mto feminino...** as mulheres, preocupadas com o lar, filho.. empreendimento...

Em relação à influência e aprovação dos companheiros para a participação no BPCS e a tomada de crédito, observamos que, na percepção das agentes de crédito, em alguns relacionamentos, o marido não concorda com a posição da esposa em procurar uma nova renda. Em outros casos, criam dificuldades o que faz com que as empreendedoras procurem o BPCS em horários alternativos para omitir sua participação para os companheiros:

tem caso de mulheres não voltarem porque o marido não aprovou.. tem algumas que vem ao banco em horários diferenciados, para aproveitar e não

contar pro companheiro, **tem maridos que querem que a mulher dependa deles... que elas não ganhem mais dinheiro que eles.**

Conforme as agentes, por outro lado, alguns companheiros também acompanham as esposas ao BPCS como uma forma de vigiar e verificar as condições do empréstimo e de todo o contexto.

**As vezes vem os maridos junto, mas não falam, vem escutam, ficam olhando, acompanham, vem visitar, dar uma olhada...** as vezes tem maridos que nem aparecem.

Num panorama geral da situação do empoderamento das clientes do BPCS, as agentes afirma que ainda permanecem as clássicas divisões de tarefas na família, em que a mulher possui todas as responsabilidades de cuidar da casa, contudo,

**Os homens ainda acham que as mulheres tem que cuidar da casa, muitos aceitam, mas acabam tendo que aceitar pela necessidade financeira.** pq só o salário deles não ta dando mais... **Hoje estas mulheres não são submissas,** a gente tem oportunidade de conversar com elas.. mas tem coisa que ainda tá enraizada... há muita coisa pra melhorar. **A divisão das tarefas domesticas... não é colaborar é ajudar em casa... é compartilhar mesmo. É uma dupla carga, dupla jornada. Elas vem aqui já preocupadas, levar filho na escola, fechar comercio, buscar na escola. Preocupada porque tem que fazer janta...**

A respeito das modificações em termos gerais da vida das clientes, percebeu-se evidentes indícios de aumento da qualidade de vida dos empreendimentos como evolução dos negócios e também das famílias e dos filhos, a partir do desenvolvimento das atividades através do microcrédito, e principalmente na priorização dos investimentos com a renda do negócio e doméstica, tendo como principal objetivo o lar ou o empreendimento, como percebe-se na fala de E3:

a gente entra na casa da pessoa, **percebe que houve melhoria...** consumo é importante e necessário, ter uma geladeira, um fogão, é muito necessário... pra melhorar a qualidade de vida da família... o empreendimento... **tudo que elas pegam elas investem ou no lar ou no empreendimento,**

Por fim, com o objetivo de melhor ainda mais estes aspectos positivos observados, a Diretoria do BPCS, informou que o apoio da Abcred é fundamental para expandir este desenvolvimento tanto para trabalhadoras e trabalhadores que possuem negócios informais, para em seguida, ter possibilidades de promover maior qualificação e capacitação de todos clientes de forma sistêmica.

na Abcred nós tivemos o apoio às políticas de desenvolvimento, o maior problema do microcrédito no Brasil é expandir e massificar, tem demanda, tem muito trabalho, pra mulheres, pra todo público.. na Abcred é uma das coisas que nós estamos trabalhando é promover a qualificação dos associados.

## 7.1 Análise dos grupos

Neste tópico apresentaremos as análises que foram realizadas dos dois grupos focais com a participação de sete e cinco clientes do BPCS respectivamente. As reuniões foram realizadas, no mesmo dia, em uma sala na sede de São Mateus do BPCS, com acompanhamento e supervisão de uma agente de crédito.

Os grupos focais foram escolhidos de forma aleatória, por estarem presentes no dia estipulado para a visita, ou para receber cheques (grupo mais antigo) ou para reuniões informativas (grupo recém formado). Após uma apresentação inicial e solicitação feita pelas agentes de crédito, a pesquisadora explicou os objetivos da reunião e conduziu a conversa, que foi gravada mediante autorização, com duração de 1 h e 30 min aproximadamente cada.

Todas as clientes que constituíram o grupo foram voluntárias. Assim, o critério para participarem foi a disponibilidade e interesse em colaborar. Foram realizados apenas dois grupos focais, pois proporcionaram dados suficientes para a compreensão dos grupos, passo anterior às visitas de campo aos estabelecimentos das clientes.

O primeiro grupo solidário tratava-se de um grupo recém formado, em seu primeiro processo de pedido de crédito. Por meio deste foi possível visualizar as primeiras impressões sobre o BPCS e sobre o início de aprendizado. O segundo grupo tratava-se de um grupo mais antigo, com clientes experientes e que já realizaram vários pedidos de crédito.

Para avaliar o processo mudança do empoderamento e os resultados encontrados e potenciais, no caso dos grupos de foco, para facilitar a comparação utilizou-se o modelo baseado nos autores Zimmerman (1995), Musitu e Buelga (2004) Caicedo Munoz e Solarte-Pazos (2015), conforme o Quadro 10. O Quadro compara os dois grupos de acordo com as categorias pré estabelecidas baseadas nestes autores.

Com o objetivo de descobrir a motivação, fatores de escolha, a influência da BPCS na escolha das clientes, expectativas e perspectivas foi elaborado um roteiro semi estruturado, e apresenta-se a seguir a síntese das respostas e análises para cada tema, a partir dos registros e transcrições gerados durante o processo.

Quadro 5 - *Modelo para análise do empoderamento*

Níveis	Categorias	Temas de Análise	Grupo 1	Grupo 2
<b>Nível psicológico</b>	Processo de mudança	Aprendizagem de habilidades	X	XXX
		Manejo de recursos	X	XX
		Trabalho em conjunto	X	XXX
	Resultados potenciais	Sentido de controle		XX
		Consciência crítica		XXX
		Comportamento participativo	x	XXX
<b>Nível organizacional</b>	Processo de mudança	tomadas de decisão	X	XXX
		Responsabilidades compartilhadas	X	XXX
		Liderança compartilhada	X	XX
	Resultados potenciais	manejo de recursos		XX
		Redes de trabalho	X	XXX
<b>Nível comunitário</b>	Processo de mudança	Acesso a recursos da comunidade		X
		Abertura de estruturas mediadoras	X	XXX
	Resultados potenciais	Coalizões organizacionais		XXX
		Liderança plural		XXX
		Habilidades participativas na comunidade		XXX

Fonte: Adaptado de Zimmerman (1995), Musitu e Buelga (2004) Caicedo Munoz e Solarte-Pazos (2015).

No quadro 10 estão descritas as variáveis dos três níveis de empoderamento, as categorias e temas de análise, seguido das informações dos grupos. Foram utilizadas marcações simples apenas para ressaltar qual grupo obteve maior frequência de respostas em cada tema de análise, sem contudo fazer o registro quantitativo das respostas e sentenças. Dessa forma, se não há marcações, significa que não houve menção ou não foi encontrado resultado relacionado ao tema. Se houve apenas uma marcação o resultado foi incipiente e/ou fraco. Duas marcações indicam uma informação encontrada de maneira significativa e três marcações indica conexão forte. A seguir, a análise foi subdividida em três tópicos para compreensão de cada nível do empoderamento. Não foram realizadas frequências das falas e discursos, pois segundo (Lervolino e Pelicioni, 2001) esta apuração não é considerada adequado para analisar comportamentos ou opiniões em grupos.

### 7.1.1 Nível psicológico

Em relação ao nível psicológico, ao serem questionadas sobre a subcategoria *Processos de Mudança, sobre aprendizagem de habilidades, manejo de recursos e trabalho em conjunto*, percebe-se claramente que as empreendedoras do grupo dois (mais experiente) destacam-se com características mais consolidadas, em que a administração dos recursos recebidos, aprendizagem e prática da rotina do microcrédito já estão absorvidas, com plena consciência de suas habilidades, capacidades e dificuldades.

Em relação ao manejo de recursos, as empreendedoras do segundo grupo apresentaram características significativas de conhecimento já absorvido, porém com consciência crítica de que ainda existem desafios a serem ultrapassados durante o dia a dia do trabalho. Estas informações corroboram com o processo de empoderamento de Romano (2002) ao perceber que as trabalhadoras utilizam a capacitação e aprendizagem como processo de superação. De acordo com E1G2:

Eu faço um **planejamento na hora de pedir o crédito**, não é simplesmente pedir e pronto. Vejo a época que é melhor pra vender e que eu vou precisar fazer estoque de determinados produtos, por exemplo, na época de fim de ano, natal, dia das mães... nesta época tem mais movimento, **então eu preciso estar preparada...** Porque se meu cliente chegar e não achar comigo, vai procurar em outro lugar e eu perco dinheiro neh. **Tudo é um planejamento. No começo eu já tinha uma ideia, mas não era nada muito certo.. hoje faço isso muito melhor, fui aprendendo através do Banco do Povo...**  
(Entrevistada Grupo 2)

Em relação aos resultados potenciais do nível psicológico, nota-se a diferença entre os grupos, ao perceber que o primeiro grupo, apesar do aprendizado de iniciação no microcrédito, ainda não possui muita consciência crítica, sentido de controle e participação. Percebemos que estas trabalhadoras ainda possuem muitas dúvidas, porém estão muito interessadas e animadas com o BPCS. Neste grupo, durante a realização das discussões/conversas, as entrevistadas estavam mais tímidas em relação a espontaneidade e a expressão dos conhecimentos adquiridos. De acordo com a entrevistada do primeiro grupo, E1G1:

“Sobre o banco, estamos começando... **não sei muito o que falar, mas é importante por conhecer pessoas novas. neh, aprender...** a gente já se conhecia, a ‘Valéria’ que apresentou a gente, tinha um grupo que 2 pessoas desistiram e encaixou a gente... foi interessante... pra começar...”  
(Entrevistada Grupo 1)

Neste contexto, a respeito da superação, aprendizados e receios ao iniciar no microcrédito, a entrevistada do segundo grupo, E3G2 pondera:

**“no início assim, dá um certo medo.. medinho, mas a gente começa a conhecer direito o negócio aí perde um pouco o medo, vê as vantagens e começa a achar interessante...”**

Conforme Oliveira (2006), estes exemplos se associam ao empoderamento como uma mudança no âmbito de encarar a vida”, associados diretamente à aquisição de recursos e ao processo permanente de modificação das relações de poder. Este comentário vai de acordo ao resultado observado nas respostas das clientes do primeiro grupo ao relatarem em sua maioria, que ao conhecer o BPCS e o microcrédito, nas palavras de E4G1 *“ampliaram seus horizontes para o trabalho, começando a entender que existem muitas possibilidades de crescer na vida”*

Amir (2015) defende que as microfinanças trouxeram mais capacitação psicológica e social do que a emancipação econômica, neste contexto, este relato corrobora com esta informação ao perceber esta mudança de comportamento ao “ampliar seus horizontes” e “enxergar novas possibilidades”.

Segundo Romano (2002), a abordagem do empoderamento implica o desenvolvimento de capacidades das pessoas pobres e excluídas socialmente para superar as principais fontes de privação de liberdades. Nas falas das entrevistadas é possível observar a mudança de sentimento ao se sentirem valorizadas, felizes, capazes de melhorar suas vidas através do BPCS:

Me sinto **importante, valorizada, feliz**. Sempre que vou ao Banco do Povo, pegar o cheque ou quando recolher o dinheiro do grupo para pagar o boleto da parcela **eu me sinto capaz, vejo que as coisas estão dando certo e que eu posso conseguir melhorar cada vez mais**. E com o Banco do Povo, **eu tive oportunidade, e só depende de mim** agora neh! (Entrevistada 3 Grupo 2)

Percebeu-se também a melhoria do relacionamento com a família, o estranhamento inicial da família a respeito o crédito, a desconfiança e em seguida a possível melhoria de relacionamento ao perceber os benefícios conquistados através do BPCS, de acordo com as entrevistadas:

melhora muito, **melhorou muito, até na minha família, com meus filhos.. No começo eles ficaram preocupados que eu poderia me enrolar, fazer dívida**, não conseguir pagar... depois com o tempo perceberam que era bom. e não se preocuparam mais, **começaram a confiar mais em mim**. (Entrevistada 4 Grupo 2)

Depois do Banco eu fiquei muito mais tranquila, **mudou até a relação lá em casa, eu posso ajudar meu marido com as contas**, antes eu trabalhava, mas eu ganhava muito pouco, menos ainda.. aí **hoje eu posso ajudar e ter até mais conforto em casa, pra família**. (Entrevistada 5 Grupo 2)

### 7.1.2 Nível organizacional

Em relação ao nível organizacional, ao serem questionadas sobre o primeiro ponto, a aprendizagem de habilidades para tomada de decisão, manejo de recursos e trabalho em conjunto, percebe-se novamente que o segundo grupo (mais experiente) destaca-se com características mais firmadas no processo, em que a administração dos recursos, aprendizagem e prática da rotina do microcrédito já estão absorvidas, com plena convicção de empoderamento, autonomia e dinamismo.

Gohn (2004) afirma que o empoderamento, entendido como a capacidade de os indivíduos e grupos poderem decidir sobre as questões que lhes dizem respeito, vem sendo utilizado no âmbito das políticas públicas, o que enfatiza seu protagonismo para geração de desenvolvimento autossustentável.

O Banco do povo como responsável pela oferta contínua de serviços de crédito, a partir de seus agentes de crédito atuando em campo nas redondezas, em áreas e empreendimentos considerados com potencial de desenvolvimento, contribui para a convivência segurança e convivência dos grupos, através da criação de redes e socialização.

Neste sentido, recorrendo à definição de empoderamento de Mageste *et al.* (2008), o Banco do Povo pode influenciar o empoderamento relacional e comunitário e trazer impactos socioculturais para as mulheres, conforme E6 do grupo 2:

**Com o Banco do Povo não pode atrasar** neh, eu já separo o meu dinheiro das vendas primeiro pra pagar a parcela, depois eu vejo o que sobra é pra eu fazer as outras coisas, **tem que ter compromisso com meu negócio, e com o grupo, eu não posso prejudicar o grupo**, senão da próxima vez posso precisar e não conseguir o dinheiro emprestado... (E6 grupo 2)

**O Banco dá toda assistência, as meninas agente de crédito**, explicam tudo pra gente, não tem como errar.. só se fizer as coisas muito erradas mesmo, só se sair da linha. Mas se seguir a orientação delas, vai dar tudo certo. Claro que depende muito mais de nós também, de conseguir vender fazer dinheiro, **mas eu sei que qualquer dúvida eu posso contar com as meninas (agentes de crédito)**

Foi possível observar novamente a diferença entre os grupos, por intermédio de certo amadurecimento de ideias encontradas nos discursos das clientes do grupo 2, ao afirmar os benefícios da união do grupo, da convivência e das práticas de organização e planejamento em benefício coletivo:

**é mais união.. vamos se ver toda semana, quinzenal...** vai ter uma pessoa que vai ficar responsável para pagar o boleto.. passa na nossa casa e pega o dinheiro... **Sobre organização do grupo: eu faço planilhas, anoto tudo**, o que entra, sai o que gasta tudo anotadinho pra ter uma base... este aprendido...

**Eu indico para outras pessoas, as vezes as pessoas ficam meio ‘pé atrás’ tem medo, não conhece, a gente que já conhece tem que ficar passando nossa experiência.**

Confirmaram-se os efeitos positivos, que já eram supostos, quanto ao convívio no BPCS, tanto para as famílias quanto para as mulheres, pois, este proporciona apoio e converge em maior conscientização sobre o contexto organizacional.

A convivência e participação no Banco do povo também contribuem para a compreensão sobre esta área do sistema público, além de melhoria do bem-estar, por intermédio de orientações e aprendizados, o que sugere indicativos para o empoderamento comunitário, pois, as mulheres começam a ter mais acesso às informações.

**Eu aprendo todo dia** claro, mas hoje eu procuro coisas na internet, eu tento **fazer cursos**, meu sonho é até fazer uma faculdade um dia quem sabe, mas eu **to toda hora pesquisando as coisas, perguntando pras colegas, pras agentes de crédito, se tem alguma novidade**, pra poder melhorar.

Neste tópico, ressalta-se o pensamento de Carvalho e Gastaldo (2008) que determinam que o empoderamento é um processo que conduz a legitimação e dá voz às trabalhadoras, removendo barreiras para a vivência do cotidiano. Sendo assim, a formação de redes é importante para ambos os grupos, indicando participação social.

### 7.1.3 Nível comunitário

Em relação ao nível comunitário, os seguintes temas foram colocados em discussão no processo de mudança: acesso a recursos da comunidade, abertura de estruturas mediadoras (entendidas aqui como acesso a canais de negociação e mediação para cada empreendimento como o próprio BCPS e fornecedores e clientes) e tolerância a diversidade.

Percebemos claramente a diferença entre os grupos. O grupo 1 apresentou sinais incipientes de melhoria em relação a abertura de estruturas mediadoras, pois ao se tornarem clientes do BPCS, puderam de imediato planejar a compra de novos materiais, negociar com fornecedores e até fazer estoque de mercadorias, assim melhorando o seu negócio. Em relação à tolerância à diversidade, observamos que estas mulheres apresentaram sentimentos de desafios, ânimo e pro-atividade se empenhar mais no negócio e começar a entrar em um novo ciclo de amizade e trabalho, aumentando assim sua tolerância.

O subtema ‘acesso a recursos da comunidade’ não apresentou muitas inferências no Grupo 1 e no Grupo 2 em comparação com os outros tópicos foi o menos significativo, o que

mostra que com o passar do tempo o microcrédito traz uma ampliação de estruturas mediadoras, aumentando assim o nível comunitário do empoderamento.

Conforme Carvalho e Gestaldo (2008) para que o empoderamento social se efetive, é necessário ter consciência de que as macroestruturas condicionam e determinam o cotidiano das trabalhadoras e estas, mediante suas ações também influenciam e o cenário macrossocial em movimento circular e interdependente.

Nos dois grupos focais realizados, a associação que as participantes fizeram de autonomia e poder é com trabalho. Para as mulheres dos dois grupos, o que possibilita ter autonomia e poder sobre suas vidas é ter um trabalho. Ter um trabalho está relacionado a contar com uma renda e independência, mas também, confere dignidade, realização pessoal, autoestima. Ter um trabalho pode possibilitar mais poder de negociação na casa, mais autoridade (MARIANO e CARLOTO, 2012).

**Lá em casa eu não posso nem falar, é meio assim, sabe que é confusão aí melhor nem falar ... meu marido implica, fica com medo, sobre os juros..** falação... tem que saber trabalhar com dinheiro senão gasta com outra coisa, não investe,

**tem que saber administrar bem o dinheiro, guardar sempre umas parcelas ali,** sabedoria, **vou pegar aqui já vou investir tudo não pode ser assim, guarda um depósito com esta crise agora..** se eu pegar hoje, vou pegando pegando quando aperta a gente paga e investe... se tá devagar, tem que ter sempre um depositozinho, tem que tá ali de reserva sim... tem que pensar...

Então no nosso primeiro grupo tinha 2 homens, nunca teve problema, que eu saiba não, só uma vez que ligaram que tava atrasada.. aí a gente montou nosso próprio grupo, tem isso, **tem que ter uma equipe legal, na nossa de mulheres, a gente conhece, tá falando, tendo comunicação,** caso aconteça algum problema de saúde, mas graças a deus nunca aconteceu. **Tem que ter ajudar todas.**

**aqui todas nós somos líderes, e unidas,** cada vez é uma, **somos uma equipe que não deu problema este tempo todo,** as vezes nós temos medo de colocar mais pessoas, as vezes não é quantidade é qualidade.

Sobre os planos da gente é **continuar investindo, melhorar, ter sempre produtos, novidades,** como as meninas também, roupas, cada dia é uma novidade.. a lúgia trabalha mais com roupa de mulher mas em dezembro chega também mais demanda.. dia dos pais... pra ter mais opções.. **nosso nome do grupo é “deus é conosco Emanuel” por isto estamos aqui firme e forme, é o segredo de dar certo tá com Deus em tudo... por isso que nós estamos aqui deu certo pra nós... o segredo é estar com Deus sempre...**

## 7.2 O empoderamento das clientes

Nesta seção, pode-se visualizar a categoria Microcrédito e sua subcategoria Significado seguidas dos temas de análise (Renda, Gestão, Capacitação, Autonomia, Autoestima, Independência).

Dessa maneira, foi realizada a categorização que, classificando os elementos principais do conteúdo das falas, por aproximação, similaridade e agrupamento. Assim, após a transcrição das entrevistas, as categorias foram elaboradas, advindas da análise quantitativa das respostas para identificação da frequência sobre o tema.

Os temas de análise foram assinalados nas colunas, de acordo com a citação de cada microempresárias de pesquisa (Quadro 3), tendo sido apuradas a quantidade total de observações e a frequência.

Como exemplo para interpretação, nota-se que o tema renda, da subcategoria Significado foi assinalado por todas as trabalhadoras, totalizando 10 observações. Nesse sentido, os quadros referentes às demais categorias foram analisadas da mesma forma.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Temas de Análise</b>	<b>FT<sup>2</sup></b>
<b>MICROCRÉDITO</b>	Banco do Povo	Renda	10
		Gestão	9
		Capacitação/aprendizado	5
		Qualidade de vida	7
		Oportunidades/mudanças	9
	Grupos solidários	União/amizades	10
		Responsabilidade	7
		Confiança/garantia	9
		Persistencia	8
	Aplicação de recursos	Equipamentos	8
		Estrutura do estabelecimento	3
		Material de consumo	10
		Estoque de material	10
		Capital de giro	10
	Relacionamento Familiar	Apoio/compreensão	8
		Confiança	7
		Incompreensão/indiferença	4
	Individual	Independência	9
Autoestima		10	
Autonomia		8	

Quadro 6 – Categoria Microcrédito

<sup>1</sup> FT = frequência total. Fonte: Resultados da pesquisa, 2016.

### 7.2.1 Banco do Povo

Na subcategoria Significado, tema “Banco do Povo” que emergiu das falas das clientes, percebeu-se que a renda, maior característica do empoderamento econômico, foi citada por todas as mulheres, como por exemplo:

1. **o crédito pode alavancar, aumentar, melhorar o ambiente, tem que mudar, comprar as coisas que tá faltando**, pq as vezes acaba perdendo o cliente por não ter o material... e é um pouco caro.. **e a gente pegando crédito a gente pode tá comprando e compra mais em conta, por que compra à vista...**
2. **Hoje em dia necessidade ta fazendo as mulheres se destacarem mesmo nos negócios.. no microcrédito... , tem muitas que não querem nada não, outras fazem unha, se viram.. mas hoje é a necessidade.. eu gosto muito do microcrédito (necessidade)**
3. hoje eu penso em só crescer... as vezes me sugerem abrir em algum lugar, mas aqui eu atendo uma cliente aqui, mando uma mensagem, faço almoço, se abrir em algum lugar vou ter que pagar aluguel, funcionaria, aqui eu tenho uma moça que me ajuda, eu prefiro aqui. Chamo o marido, me leva me busca... também tenho vendedoras na rua.. pegam os produtos consignados e ficam uma semana pra tentar vender... (INDEPENDENCIA)
4. Dei uma entrevista, a jornalista falou ‘nossa vc é tudo que eu precisava ouvir hoje’, **as pessoas reclamam ah mas eu to desempregada. ‘acorda pra vida’ procura o banco, monta um grupo, pega o microcrédito, verdadeiramente o microcredito é de grande valor**
5. Foi **tanta coisa que eu aprendi**, a gente vai aprendendo a lidar, a **controlar mais, diminuir os gastos**, como os juros deles é menor, que o banco ele puder tirar de vc ele tira, e já to aqui faz um tempão.
6. **Aprendi tanta coisa, não sabia empreender**, vou começar a escola de gestor, curso, **aprendi a investir, conhecer os riscos**, as vezes não tem risco nenhum e vc poe um risco que nem existe, como empreender corretamente.
7. muita gente não tem nada na vida neh, mas é a vida neh, quando vejo alguém falando que ta precisando, marco com ela, e a vida é assim, eu ajudo. Ajudar as pessoas. Deus vai me dar coisas maiores, aqui é experiência, deus ajuda, **aprendi muito a lidar com pessoas, tem que entender cada uma.**
8. **Depois do banco nossa vida mudou, a gente pode investir mais e crescer**, como o banco que fornece pra gente, investi em produtos importados para meu salario, cresceu e deu certo, acabou a gente pega outro crédito.

Para Adato e Meinzen-Dick (2002), estimular a empregabilidade continua a ser uma importante estratégia para a redução da pobreza em vários países, contudo, a realidade das pessoas carentes é que a sobrevivência e sobretudo, a prosperidade financeira depende de diversos fatores relacionados ao mercado de trabalho como oportunidades, capacitação, crises financeiras e conflitos políticos.

Confirma-se nestas falas que os programas microcrédito têm impacto significativo sobre a renda refletindo no empoderamento econômico das clientes sendo importante para a

manutenção das necessidades e trazendo possibilidade de prosperidade para o negócio e conforto familiar.

Cornwall e Edwards (2010) afirmam que o primeiro passo do empoderamento é o aumento da renda. Segundo Suplicy (2002), o pagamento em dinheiro confere às pessoas mais liberdade e economia de tempo, além de proporcionar maior eficiência para a aplicação dos recursos.

Para Mageste et al. (2008) no nível de análise individual o ponto de partida é a tomada de consciência pela mulher de que lhe falta meios para realizar seu potencial por completo e o desejo de mudança. Partindo-se do conceito de empoderamento que defende a transformação de um indivíduo em agente ativo é ela que deverá estar no centro desse processo

Este aspecto pode ser explicado de acordo com Parker (1991), segundo o qual a mulher, diferentemente do homem, precisa adaptar seu trabalho remunerado às suas responsabilidades familiares. Todavia, na década de 2010, em algumas camadas sociais, há indícios para modificação dos papéis sociais de homens e mulheres na família, com maior divisão de responsabilidades.

O capital humano descreve as habilidades, conhecimentos e capacidade de trabalhar (incluindo boa saúde) e pode ser acumulado a partir de uma variedade de fontes, tanto formais como informais, sob a forma de conhecimento. (Arun e Heeks, 2004)

Neste contexto, foi importante verificar também o motivo de procura do BPCS, como as clientes tomaram conhecimento do mesmo e como foi a percepção sobre a instituição:

1. Conheci o banco **com um folheto de divulgação**.. antigamente emprestava até 300 reais.. era pouquinho, valor reduzido, e **foi uma grande evolução pra mim eu fui crescendo...**
2. **O BP é uma chance, eles não escolhem, me senti acolhida**, na época, pra montar o grupo, eles não barraram as pessoas que eu levei por causa de restrição.
3. **Eu indicaria para outras pessoas, as vezes as pessoas ficam meio ‘pé atrás’ tem medo**, não conhece, a gente que já conhece tem que ficar passando nossa experiência, primeira vez assim...
4. **Definição da experiência no Banco do Povo: determinação e fé em Deus**. Muita determinação....
5. Como eu defino o **Banco do Povo? Tudo, mudou minha vida!**
6. **Depois do banco nossa vida mudou, a gente pode investir mais e crescer**, como o banco que fornece pra gente,
7. O banco do povo é muito importante **pra minha vida é 100% me fez crescer melhorar de vida**, graças a deus...
8. **O banco é de grande importância a facilidade em negociar com o cliente**, basta agir corretamente com o banco, se paga em dia, assim, a gente não tem dificuldade não é burocrático igual um banco normal e eu falo pra todos montar um grupo.

## 7.2.2 Aplicação de recursos

Em relação a utilização do crédito solicitado, foi questionado às entrevistas os objetivos principais que elas utilizam e foi possível encontrar evidências que a utilização dos recursos é exclusivamente voltada para seus empreendimentos, como por exemplo investimentos em mercadorias, capital de giro, estruturas do estabelecimento.

1. **invisto aqui** no box (*espaço em shopping popular*), **melhorou em tudo, primeiro eu investi em mercadoria**, na hora que eu vi que tava legal de mercadoria, aí **resolvi dar um up no box, reformei, me ajudou em tudo, o rendimento aumenta**, vc tem mais opções, no meu caso capinhas acessórios, aí a gente não perde venda também.
2. É tudo do mesmo jeito desde o começo, lógico que **hoje temos equipamentos melhores**, tinha um cilindro que não tem a mesma capacidade, a pulverizadora é do mesmo tipo, **tecnologia, hoje trabalhamos com 2 fornos, tinha 9 qualidades de paes, aumentamos pra 12.**
3. **investi em produtos importados para meu salao**, cresceu e deu certo, acabou a gente pega outro crédito...
4. Tem que investir... **ta faltando dinheiro pra pagar conta não, aprendi a valorizar, com o dinheiro que eu vendo eu pago as coisas que tem que pagar, vou investindo mais e mais e vou me virando,**
5. **vai faltando as coisas já vai pegando do estoque pra não faltar** isso é muito importante o cliente vem procurar a mercadoria e não acha na prateleira, **eh assim que eu trabalho, por conta própria nunca trabalhei pra ninguém..** não adianta esta prateleira ta vazia, chega um cliente, da má impressão não é...
6. **Aqui a cliente pode levar bolsa, calça, produto de natura, tenho muito estoque...**
7. **Foi muito bom, faz as compras com mais variedade, me ajudou bastante, tem mais mercadoria**, sobra mais dinheiro pra fazer outras coisas, ajudou muito a minha família. **compro varias mercadorias, relógios, vendi muito mas foi uma benção....** eu comecei a trabalhar com vendas de um pouco tempo pra cá, trabalhava em padaria...
8. **Sempre gostei de vender de tudo, mas faço parte do banco este trabalho de ambulante, vendedora, tem uns 6 anos**, foi uma das primeiras clientes da agente de crédito daqui... de Maua.
9. **Eu vou pagar este empréstimo agora, e vou pegar 4 mil pra pagar o pedreiro mas vou dar 3 pro pedreiro e vou investir mil reais pra render o dinheiro se não investir não rende**, aí vai aumentar mais ainda meu armário de mercadorias,
10. **primeiro fui montar uma oficina pro meu esposo**, e de lá até agora nunca deixei...Me sinto muito bem, **já comprei uma maquina no valor de 5 mil e pra meu marido**, ele não ganha em cima por ter a maquina tem esta vantagem, **realiza um sonho, vc investe em produto, Quando eu não invisto no salao, eu invisto na oficina do meu marido..**

O empoderamento econômico das mulheres é considerado essencial para o progresso de um país, pois, a emancipação econômica das mulheres pode ajudar ao desenvolvimento da família e comunidade. Neste ponto de vista, percebe-se que o empoderamento econômico é impulsionado por percebe-se o início do processo definido por Barlette (2004).

Neste sentido, Malhotra et al. (2002) e Barlett (2004) afirmam que há empoderamento econômico para a mulher quando ela tem controle do dinheiro. Desse modo, a maioria, consegue iniciar o processo do empoderamento, pois, mesmo as mulheres que não possuem o controle dos recursos totais da família, começam a desempenhar esta função a partir do controle do crédito.

Dando sequencia, percebe-se que com o aumento da renda, ocasionou também a adaptação com a capacidade de gestão, por haver necessidade de lidar com fornecedores, novos clientes e assim ter que se preocupar com novas habilidades de gestão do negócio. Conforme Sen (1993) a capacitação depende de uma variedade de fatores, inclusive características pessoais e sociais, logo, o empoderamento é a qualidade de cumprir esta capacidade e não apenas a escolha de fazê-lo.

Por fim, percebe-se através da categoria Microcrédito que este tema está intimamente ligado ao empoderamento, ao verificar indicadores de autoestima, autoconfiança e independência, tendo como foco a melhoria da qualidade de vida, no nível individual e econômico.

### 7.2.3 Grupos solidários

A ênfase nos grupos solidários e também a utilização do crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) citado por Barone et al. (2002). Também percebe-se a importância das visitas de campo realizadas pelos agentes de crédito, em eu há a possibilidade de conhecer o negócio e possivelmente divulgar em estabelecimentos/ clientes próximos.

1. **é mais união.. vamos se ver toda semana, quinzenal... vai ter uma pessoa que vai ficar responsável para pagar o boleto..** passa na nossa casa e pega o dinheiro... Sobre organização do grupo: **eu faço planilhas, anoto tudo**, o que entra, sai o que gasta tudo anotadinho pra ter uma base... **este aprendizado...**
2. ta sempre pegando, em um grupo, **mas teve algumas divergências, com os colegas aí não pegaram mais...** mas ajudou muito, mas um do grupo não pagou, aí foi entrando outras pessoas, **as vezes uma pessoa saía pra trabalhar com carteira assinada.. mas eu fui ficando.. persistindo..**
3. **pq é assim, o grupo é a garantia, os grupos tem q entender q eles são a garantia um do outro,**
4. Meu grupo nunca tive problema...
5. **é bem legal, a gente paga semanal, tem grupo quinzenal, pq é aquela responsabilidade,** mas o pessoal vai juntando todos me entregam no domingo a noite, a maioria é da minha igreja, não passo pra ninguém, **tem confiança, confia desconfiando....**

6. Hoje em dia é difícil vc incentivar, **tenho receio de por no meu grupo, já ta montado há 5 anos e não mudou, mas colocar alguém diferente no grupo é complicado, se a pessoa não pagar,**
7. a gente tem que se programar não tem jeito, **eu brigo com meus colegas pq tem q pagar, ser pontual. A gente conhece as pessoas por fora, não conhece por dentro, oh o banco do povo, é um grupo se acontece alguma coisa com um do grupo a gente tem que cobrir,**
8. **se me perguntam eu falo do banco do povo.. mas entrar pro meu grupo já eh diferente, pq aí não confio, graças a deus no meu grupo nunca teve problema e deu certo até hoje...**

Também foram questionadas a respeito das dificuldades encontradas durante o percurso de tomada de crédito e formação de grupos solidários. Foram relatadas alguns casos de dificuldades a respeito de ausência ou atraso de pagamento de algum membro do grupo, em que houve necessidade de cobrir a despesa necessária para não perder a credibilidade com o BPCS (E2), percebendo-se o grande comprometimento com a ética e a responsabilidade dos pagamentos. Em outra ocasião, a entrevistada relatou que teve problemas com uma componente de seu grupo, pelo fato do companheiro da mesma dificultar e/ou atrapalhar o trabalho da empreendedora, fato que teve que ser contornado com ajuda policial e posteriormente com a saída da integrante do grupo. (E6).

1. **Dificuldades? Ainda não!** Só trouxe melhorias
2. teve um dia que eu chorei tanto tive que pedir pro amigo, aí eu falei pra ele que pagaria depois, pra não atrasar, **foram dificuldades, aí eu tirei as pessoas do meu grupo e acabei formando um grupo novo**
3. eu falo, sempre andar pra frente.. nunca olhar pra tras, **a gente aprende com as dificuldades e lá na frente eu vou colher..vc tem que aprender.. hoje eu to colhendo**
4. Graças a deus **não teve dificuldades**, comercio é assim, tem uma parte do mês que é mais fraco, nunca ficou sem vender nada, da pra eu pagar minhas coisas, **nunca atrasei o banco do povo**
5. tem que se planejar, pq senão não vai pra frente, ter o pé no chão.. **E eu não trupico mais, já trupiquei bastante,**
6. **a ultima deu problema porque tinha um namorado 'louco' que ficava aqui dentro atras dela.. depois a mae dela veio aqui e chamou a policia pra ele.. e ela saiu do grupo**

Sobre expectativas as empreendedoras falam sobre planos de ampliar seus negócios de salão, para melhorar a renda, fazer investimentos, investir, fazer o dinheiro multiplicar.

1. Eu **fiz muita amizades**, já tirei fotos pro banco do povo, encontro as agentes na estação, param pra conversar com a gente,
2. mas **a gente é valorizada**, tira retrato.. **me senti valorizada..** estou no calendário no mês de dezembro, fora o atendimento, todas as duvidas a clarice ta do lado da gente,
3. expandir eu não penso muito pela falta de tempo, tudo apertado, eu entro as 10 e saio as 18 tenho que buscar na escola, no momento eu não penso em expandir, mas lógico futuramente...

4. Meu filho faz inglês o outro gosta de futebol. Minha filha tava fazendo curso de cabelereiro, mas resolveu casar, arrumou filho... a outra quer abrir o espaço de estética e vai virar cliente do banco do povo também... só ta espernado o nenen crescer mais um pouco pra continuar como cabelereira, cada um tem o seu gosto neh

#### 7.2.4 Relacionamento familiar

Na categoria Empoderamento Familiar foram identificadas as subcategorias apoio compreensão, confiança, desconfiança e indiferença. Em muitos casos foi possível perceber o apoio dos companheiros e filhos, através dos depoimentos E1, E2, E3, E6 e E7, contudo também foram encontradas evidências de desconfiança e divergências na família a respeito do microcrédito, conforme E4 ou indiferença no E5.

1. **Família apoia acha bacana...** as pessoas que estão ao nosso redor que vê.. com certeza vão ficar curiosos, vão querer participar também.
2. **meu marido é tranquilo e apoia,** mas pensa muito pra pegar o crédito... ele também faz parte de outro grupo do banco do povo.
3. **Meu marido apoia, ajuda,** ta tudo certo... sempre no dia 15 ta ali, me lembrando da parcela..
4. **meu marido é meio ‘estouradinho’ não é muito de falar não..** mas falou antes o que pode acontecer... aconselhou. mas é de boa... o filho também
5. **Meu marido não opta muito não, eu sou bem decidida,** ele não participa tanto assim, fazia até um tempo que ele não vinha aqui, falou que ficou muito bonito,
6. estou separada.. **minha família nem sabe que eu pego credito..** já peguei dinheiro com os agiotas, minha filha não gosta, aí eu não pego, o microcrédito do banco do povo, é bem melhor, paga na quinzena, da uma chance pra gente,
7. sou casada, mas ele ganha pouquinho... **meu marido sempre teve orgulho de mim por ser uma mulher forte.**

A partir destes relatos, confirma-se as referências sobre empoderamento de Mayoux (2006 e 2010) que afirma que o empoderamento das mulheres significa uma mudança nas relações de gênero, garantindo maior poder de tomada de decisão para as mulheres na família e autonomia. Representa um desafio ao poder tradicionalmente patriarcal nas famílias.

Neste contexto confirma-se o pensamento de Lisboa (2008) que indica que o empoderamento implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição da mulher como submissa. No campo das discussões sobre desenvolvimento, o empoderamento é visto por algumas ONGs como principal estratégia de combate à pobreza e de mudanças nas relações de poder.

1. **Antes eu não tinha tempo de viajar, não conseguia fazer um passeio,** hoje eu já faço... uma vez no ano agora eu faço passeio, teve um ano que eu fui pro Recife, meu irmão mora lá, fazia 30 anos que não o via. Em fevereiro eu fiz um cruzeiro que era meu sonho e to planejando outro também
2. financeiramente não ta assim a mil maravilhas, mas graças a deus não posso reclamar não, **ajudei meus 3 filhos na faculdade...** mas graças a deus ta ótimo....
3. Meu barraco era de tabua.. bem pequeno e eu tinha barraquinha la na frente, o povo andava a cavalo, e ia lá, eu vendia lá o dia todo, se eu pensar 'eu quero fazer uma coisa' eu faço. Hoje eu trabalho de ambulante, muito melhor.

### 7.2.5 Nível individual

A respeito do empoderamento em nível individual, percebeu-se que esta categoria apresenta mais subjetividade em sua análise, contudo, de acordo com os discursos das entrevistadas, foi possível fazer inferências fortemente relacionadas com o empreendimento e a autoestima das trabalhadoras.

1. hoje em dia esta todo mundo tendo que se virar, mas **a mulher é mais corajosa, tem mais atitude,**
2. Tudo de bom, minha **auto estima, tudo fica melhor, ta bem no trabalho ta bem na vida pessoal,** tudo bem..
3. Com o tempo, **trouxe auto estima, pq a gente ve o trabalho da gente crescendo,** cada dia mais, realizando, que eu comecei pequenininho e hoje já esta deste tamanho, **então me sinto uma mulher realizada e quero realizar mais ainda,** quero crescer o comercio, vou construir...
4. **sinto uma pessoa realizada,** trabalho e quero trabalhar, **viver mais ainda,** não deixar uma brechinha na loja, eu tenho também o meu deposito de mercadorias em casa, eu tenho que ter visão
5. **Meu marido hoje eh transformado, melhorou bastante,** ele já vai se aposentar... (emocionada) aí eu vou sair daqui pra abrir o meu negócio com ele, vou continuar no banco do povo com outro negocio
6. **Graças a deus, mudou muito minha vida... mudou bastante.. mudou assim eu tava numa fase dificil com meu marido e ajudou muito,** cada pessoa age de uma forma, então pra mim foi bom... **eu comecei a construir e hoje meu marido fala que nunca esperava que eu fosse ajudar tanto ele como eu ajudei,** hoje eu teho 3 casas, uma de aluguel, me ajudou muito ... a gente compra algo e fica feliz, não precisa ficar chorando triste não... **vamos melhorar a vida... senão.. então eu poderia me sentir uma pessoa fracassada, sou orgulhosa,** estou muito bem graças a deus,
7. To na academia, já dei entrada na minha carta de motorista, vou fazer as aulas mês que vem, eu gostei, eu gosto, a gente vai la se arruma, to tratando dos dentes, já fiz curso de computação ano passado eu aprendi
8. **Hoje me considero uma empresaria de sucesso, além da fábrica eu tenho a minha loja, lá na minha loja eu vendo muito bem, então está tudo caminhando maravilhosamente bem.**
9. Hoje eu me sinto ótima, já me perguntaram se eu sou uma empreendedora brilhante, aí eu respondi que sim **porque eu não recuei diante**

**da dificuldade, a gente ‘não’ vai levar a vida inteira**, se eu tenho 1 por cento de chance eu não vou desistir...

Este depoimento reforça o empoderamento individual que, segundo Gohn (2004), tem como indicadores a autoestima, a autoconfiança e a autoafirmação, tendo como foco a melhoria na qualidade de vida da pessoa.

Isto expressa uma mudança na dominação tradicional dos homens-maridos, conforme verificou Costa (2000), pois garante mais autonomia às mulheres no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como ao sentimento de repulsa à violência física, pois 27,2% dos entrevistados afirmam que houve redução nos casos de violência doméstica.

Segundo Forte (2011), os programas de microcrédito estão longe de ser a panaceia para todos os males. Todavia, os efeitos do processo de inclusão social e da melhora na qualidade de vida são latentes. A perspectiva do desenvolvimento das liberdades trabalhada tem seu pressuposto ratificado na percepção do acréscimo efetivo na melhoria dos negócios e, sobretudo, da constituição de uma forte rede de capital social.

Schiavo e Moreira (2005) afirmam que o empoderamento implica essencialmente na obtenção de informações adequadas, em um processo de reflexão e tomada de decisão, seguida de uma clara formulação de mudanças desejadas e da condição a ser construída.

Segundo Suplicy (2002), a mulher tem o direito não apenas à sua emancipação referente a seus direitos legais, econômicos ou políticos, mas também à sua libertação pessoal, fator este que o microcrédito pode proporcionar, segundo a percepção dos agentes contemplados na presente pesquisa.

Para Duncombe (2006) dentro do conjunto de ativos geralmente não há muita referência explícita ao capital político apesar de considerar este como um componente essencial do capital social. No entanto, a vulnerabilidade é sentida de forma mais intensa pelos são normalmente excluídos de atividades laboriais e de geração de renda e não são capazes de aproveitar as oportunidades oferecidas pelos mecanismos de mercado.

A abordagem da subsistência enfatiza também a importância da criação de ligações eficazes e métodos participativos dentro de um contexto que existem forças (capital natural, social, humano) mediação (contato com os grupos solidários e a IMF que resulta em estratégias e impactos (DUNCOMBE, 2006).

Por fim, percebeu-se que com as variáveis destas categorias que pode-se visualizar características que convergem para a consecução do empoderamento, e para a renovação de

novas expectativas e necessidades, o que traz consciencia crítica e compreensão de novas formas de evolução e empoderamento de suas vidas, que podemos chamar de empoderamento auto sustentável.

1. Mulher tem mais talento, mais chances de crescer, mudar o país, expandir, tem condição,
2. com certeza se as mulheres se unissem pra empreender, mulher administra uma casa, um negócio a família todinha muito bem...

Em sequencia, a partir das teorias de meios de vida sustentáveis (ADATO; MEINZENDICK, 2002; DUNCOMBE, 2006; ARUN; HEEKS; MORGAN, 2004 e HEEKS, 2010). Esse modelo conceitual reconhece as trabalhadoras e trabalhadores como atores e atrizes, com meios e capacidades para buscar seus próprios objetivos foi possível fazer adequações e adaptações para o contexto brasileiro do empoderamento de mulheres que utilizam o microcrédito, que é sintetizado conforme a Figura 6:

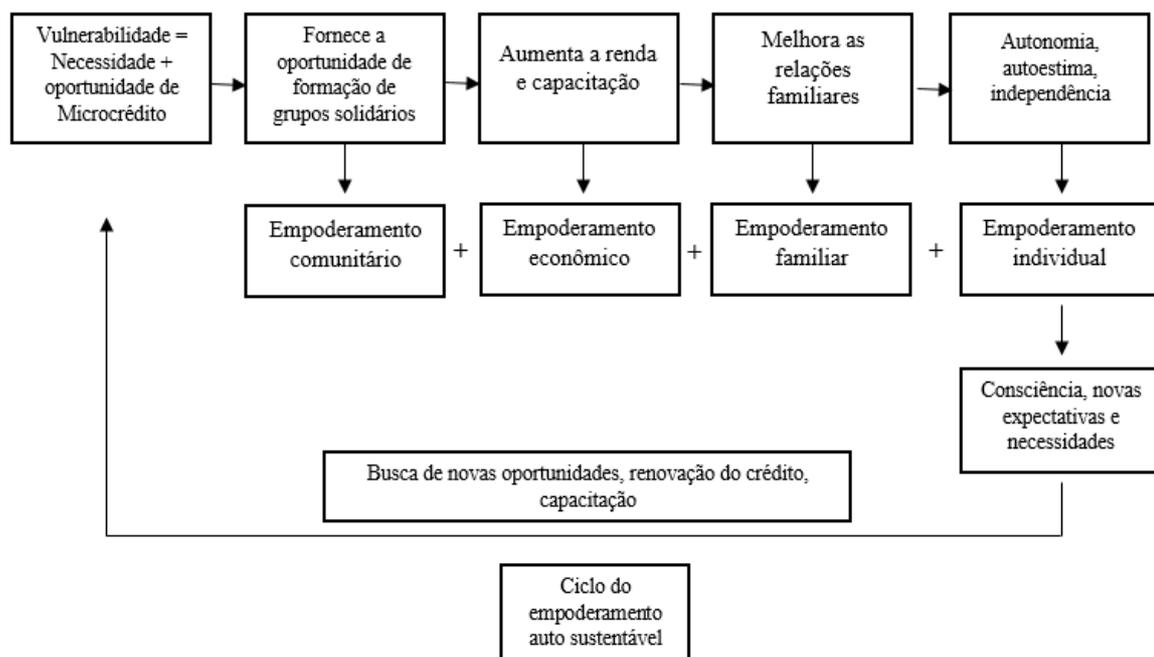


Figura 6: Mapa conceitual do Empoderamento auto sustentável.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado nas categorias analisadas (2016).

A figura apresenta o mapa conceitual de empoderamento, inicialmente analisa-se o contexto inicial de vulnerabilidade em que existem fortes indícios de necessidades financeiras que vão de encontro ao conhecimento do BPCS e da possibilidade de microcrédito.

Em seguida, a compreensão da possibilidade de microcrédito apresenta possibilidades de oportunidades a partir da formação dos grupos solidários. Neste momento, de forma incipiente emerge o empoderamento comunitário ao criar redes de confiança e reforçar laços

de amizade e organização social. Com a consolidação do grupo solidário e aprovação do crédito, começam a surgir os primeiros resultados do empoderamento econômico com o aumento da renda e capacitação ao procurar melhorias para seus empreendimentos e negócios. Somando a estes dois tipos de empoderamento (comunitário e econômico), percebe-se o favorecimento do empoderamento familiar, refletindo especificamente na qualidade de vida da família, conforto e aumento da segurança e conforto em geral.

O quarto nível de empoderamento, após alcançado os três tipos iniciais, o empoderamento individual é consolidado, autoestima, independência e capacidade de mobilização, favorecendo novos insights de aumento da consciência crítica e novas expectativas de vida e objetivos, o que pode ser identificado como empoderamento individual. Por fim, esta consciência crítica, ao reconhecer os benefícios do microcrédito e vislumbrar possibilidades de novos créditos e novas oportunidades. Dessa forma, este ciclo se repete, com renovação de crédito e confiança gradativa em todo o processo, o que garante o empoderamento autossustentável.

## *8 Considerações finais*

A política do microcrédito pode ser apontada como uma política diferenciada que surge no âmbito de transformações do mercado de trabalho brasileiro. Ela aponta a ruptura com a tradicional seletividade das políticas de emprego no Brasil e vincula a isso a necessidade de formular políticas e construir alternativas que possam assegurar as alternativas para a população desconectada do mercado de crédito formal.

Em vários casos, esta é a única opção para quem se encontra excluído do sistema de crédito da rede bancária tradicional, especialmente para as cidadãs sem recursos financeiros, visando criar maiores chances de inserção de sua clientela no processo produtivo (empreendedorismo, empoderamento, aprendizado e autonomia), dessa forma, o microcrédito transpõe o simples interesse em desenvolver as microempresas.

Dessa forma, este trabalho, buscou compreender o conceito de empoderamento feminino, no âmbito do microcrédito, com detalhes de um caso específico do BPCS, contribuindo para a compreensão do conceito de “empoderamento” não apenas econômico, mas comunitário, familiar, organizacional e individual. Diante do exposto, este trabalho confirmou o pressuposto de que o microcrédito pode influenciar positivamente para o alcance do empoderamento feminino na percepção das microempresárias. Ratificam-se os vários impactos positivos, com destaque para os seguintes aspectos: fortalecimento feminino; melhoria da renda dos menos privilegiados; e alívio da pobreza, mediante a criação de emprego e renda de Yunus e Jolis (2000).

Dentre os principais resultados foi possível perceber a crescente capacitação econômica no âmbito do microcrédito, conhecimento em finanças e do seu próprio negócio.

Assim, percebemos o aumento da interação social com a comunidade e o governo local. Também percebemos a emancipação de mulheres, algumas tem emancipação econômica dos seus cônjuges e algumas são capazes de contribuir financeiramente para a família, melhorando assim a relação com o companheiro.

Na percepção das agentes de crédito e gestores do BPCS, em geral, podemos notar a ênfase nos grupos solidários e também a utilização adequada do crédito destinado à produção (capital de giro e investimentos) percebe-se a importância das visitas de campo realizadas pelos agentes de crédito, em que trouxe a possibilidade de conhecer o negócio e possivelmente divulgar em estabelecimentos/clientes próximos.

Sendo assim, o BPCS como uma IMF alcança seu objetivo de impactar sobre a população de baixa renda, auxiliando na redução da pobreza. Nesse contexto, o BPCS, destaca-se pelas regiões atendidas e pelas relações de confiança e solidariedade construídas por intermédio das agentes de crédito e devido aos grupos solidários.

Esta pesquisa possibilitou reflexões acerca do perfil das trabalhadoras, já que o microcrédito se consagrou como um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento das aptidões empoderadoras das mulheres. Nesse sentido, urge a necessidade de maior capacitação no que tange ao empreendedorismo, com ênfase nas trabalhadoras informais e esporádicas, na maioria das vezes, não arriscam investimentos, nem possuem o hábito de buscarem a inserção no mercado de trabalho, por terem que cuidar da família ou de filhos pequenos.

Em virtude disso, as mulheres tendem a desperdiçar chances de se postarem como atuantes no mercado de trabalho, garantir melhor renda, qualidade de vida e desenvolvimento crítico, reconstrutivo e humanizador de cidadãs centrado em suas possíveis habilidades, que não se desenvolvem ou ficam incipientes por se restringem à tarefa de cuidadoras da família. Importa ressaltar, contudo, que essa restrição parece estar associada não à falta de tempo ou de motivação, mas sim à aparente inviabilidade e dificuldade e receio da consecução do crédito ou dos próprios negócios.

Sem apoio financeiro, a trabalhadora não se motiva para o microempreendimento, uma vez que sente maior dificuldade de atrair ou conquistar a clientela, criando a perspectiva de que habilidade e a realidade da profissão são díspares. Portanto, alguns trabalhos geram pouca ou nenhuma renda e produtividade e afasta, cada vez mais, a possibilidade de se empreender e sair da linha de pobreza, da vulnerabilidade e do desempoderamento.

Finalmente, este trabalho confirma a importância das microfinanças, o efeito positivo no empoderamento e equidade de gênero. As microfinanças trazem segurança e oportunidade de lutar por um futuro melhor. A principal conclusão observada foi a melhoria do nível de educação, empoderamento, autonomia e da compreensão de sua auto-capacidade e que elas são capazes de gerir seu próprio negócio e vidas, denominado aqui como ciclo de empoderamento auto-sustentável.

Essas mudanças, conceituais e institucionais, que referenciam novos modelos e padrões de empoderamento feminino, ainda sinalizam que deve-se também considerar as especificidades locais quando se pensa em promover mudanças em prol de uma ideia de empoderamento. O empoderamento pode ser replicável, desde que atinja todos os níveis e torne-se um ciclo. Os contextos locais e suas características também podem ter um papel determinante no desempenho dos empreendimentos e do empoderamento.

Todos esses elementos produzem impactos nas estruturas afetando emprego, consumo e até o padrão de competição no mercado. Verifica-se atualmente, que a palavra-chave para o processo de empoderamento hoje é transição. Portanto, essas investigações nos fazem retomar a importância de se analisar as origens das políticas de microcrédito traçadas pelo Estado contemporâneo.

Na percepção das trabalhadoras, o microcrédito gera satisfação e tranquilidade para cuidar dos seus negócios e dos filhos, à medida que ocorrem mudanças em suas vidas e elas passam a se sentir mais respeitadas. Por outro lado, elas também demonstram aumento de conhecimento e informação, devido principalmente ao convívio com os grupos solidários, que além de influenciar no empoderamento comunitário, está intimamente ligado com o empoderamento individual.

É importante ressaltar, que, no momento da pesquisa, as entrevistadas não expressaram críticas ao BPCS ou ao microcrédito. Todavia, algumas mulheres apontaram muitas dúvidas em relação ao valor dos juros e sobre a possibilidade de aumentar o montante dos empréstimos.

A *grounded theory* foi importante para estabelecer e legitimar os dados coletados em pesquisa empírica principalmente para a proposição de uma "nova conjuntura" de empoderamento com a elaboração do mapa conceitual, que embora possa parecer apenas uma representação gráfica de informações, compreender os fundamentos dessa ferramenta e seu uso adequado mostrou que no caso do empoderamento feminino e do microcrédito, torna-se um instrumento que definitivamente contribui para sua compreensão.

Por fim, conclui-se que há necessidade de uma abordagem crítica sobre as reais necessidades da área do Microcrédito, para que estas sejam capazes de instigar o questionamento construtivo nos seus clientes, formando não só futuros profissionais empreendedores, mas sujeitos capazes de intervir na sociedade de forma ética e inovadora.

Ademais, sugere-se que sejam realizadas novas pesquisas com enfoque nas habilidades femininas e em outras profissões menos procuradas pelo público feminino, bem como pesquisas qualitativas que analisem o microcrédito e o empoderamento de casais homoafetivos.

Seria interessante seria a replicação deste estudo em outras IMFs ou envolvendo outros grupos de sujeitos de pesquisa, comparando trabalhadoras e trabalhadores, com o suporte de outras teorias e outras metodologias, como por exemplo a Teoria das Representações Sociais e análise do discurso.

## 8.1 Limitações da pesquisa

Para Cervo (2007) mesmo que o pesquisador não chegue a uma solução – frequentemente não são encontradas soluções imediatas para os problemas – cabe-lhe o mérito de ter “aberto o caminho”, já que outros irão segui-lo em sua marcha pelo emaranhado terreno do conhecimento, e isso marca o verdadeiro espírito científico.

Pode-se dizer que entrevistas realizadas *in loco*, possuem suas vantagens; contudo, também possuem pequenas limitações. Entrevistas realizadas em locais de trabalho, geralmente trazem problemas como: situações externas frequentemente as interrompem (um telefonema "importante", uma decisão "urgente", a secretária, recados, e outros.), fazendo com que o entrevistado perca o “fio da meada” e se veja obrigado a retomar a narrativa de um outro ponto ou, até mesmo, a desistir de vez daquele assunto. Pessoas conversando e transitando por salas contíguas, telefones tocando, a agenda aberta sobre a mesa lembrando dos outros compromissos, enfim, a presença marcante dos sinais que caracterizam ambientes designados como “de trabalho” costumam aguçar a ansiedade com relação ao tempo de duração do depoimento, interrompendo o livre fluxo de ideias e precipitando a interrupção do depoimento (DUARTE, 2002).

Percebeu-se que ao entrevistar pessoas-chave, deve-se trabalhar em conformidade com o horário e a disponibilidade do entrevistado. De forma similar, ao fazer observações da vida real, entra-se no mundo do indivíduo que está sendo estudado, e não o contrário (YIN, 2005). Todavia, nessas condições, a presente pesquisa contou com o apoio das agentes de crédito do BPCS que acompanharam a pesquisadora em todos os locais de trabalho dos entrevistadas, o que colaborou com a pesquisa, garantindo confiança e credibilidade para a entrevista; por outro lado, as entrevistadas também podem não ter se sentido à vontade de realizar críticas ao Banco do Povo pelo fato da presença dos agentes de crédito.

## 9 Referências

- ADATO, M.; MEINZEN-DICK, R. Assessing the impact of agricultural research on poverty using the sustainable livelihoods framework. *International Food Policy Research Institute, FCND Discussion Paper 128, EPTD Discussion Paper 89*, 2002.
- AGHION, B. A; MORDUCH, J. The Economics of Microfinance. *The MIT Press*, 2010.
- AGUIAR, J. G. e CORREIA, P. R. M. Como fazer bons mapas conceituais? Estabelecendo parâmetros de referências e propondo atividades de treinamento. *Revista Brasileira de Pesquisa em educação em Ciências*. Vol. 13, No 2, 2013.
- ALESINA, A. F. et al. Do women pay more for credit? Evidence from Italy. *Journal of the European Economic Association*, v. 11, n. 1, p. 45-66, 2013.
- ALVES, C. M; CAMARGOS, M. A. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 11, n. 1, p. 59-74, jan./mar. 2014.
- ALVES, M. A. *Notas de aula da disciplina Análise do discurso e da narrativa*. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cad. de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 637-651, Dec. 2006.
- AMARAL, C. *Microfinanças e produção sustentável no ambiente costeiro e marinho no Brasil: possibilidades e desafios*. Brasília, MTE, 2005, 61 p.
- AMIR, N. Microfinance and women empowerment: a case study of chitral region. *Journal of Economics and Sustainable Development*, v. 6, n. 9, p. 308-312, 2015.
- ARAÚJO, E. A.; CARMONA, C. U. de M. Eficiência das Instituições de Microcrédito: uma aplicação de DEA/VRS no contexto brasileiro. *Prod.* [online], São Paulo, v. 25, n. 3, p. 701-712, set. 2015.
- ARUN, S. HEEKS, R.; ARUN, S. Social outsourcing as a development tool: the impact of outsourcing IT services to women's social enterprises in Kerala. *Journal of International Development*, v. 22, n. 4, p. 441-454, 2010.
- AZEVEDO, C. E. F. et al. A estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *V EnpeQ da Anpad*, Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq\\_2013/2013\\_EnEPQ5.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ5.pdf)>.
- BANDEIRA, L. Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. *Reunión de Expertos: Políticas y programas de superación de la pobreza desde la perspectiva de la gobernabilidad democrática y el género*. Quito: CEPAL – Unidad Mujer y Desarrollo, ago. 2004.

BANERJEE, A. V. et al. The miracle of microfinance? Evidence from a randomized evaluation. *Department of Economics, Massachusetts Institute of Technology*, 2013.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARONE, F. M. *Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil*. 2008. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2008.

BARONE, F. M.; et al. V. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, dez. 2008.

BEDREGAL, X. Microcréditos, política global para unir a las mujeres pobres al mercado mundial. *Triple Jornada*, n. 33, 2001 (Supplément mensuel du quotidien mexicain La Jornada).

BESSIS, S. International Organizations and Gender: new paradigms and old habits. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 29, n. 2, 2003. p. 633-647.

BIROCHI, R. *Uma Abordagem Crítica Para A Educação A Distância Orientada Para As Microfinanças*. Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. 2011.

BRONZO, C. Vulnerabilidade, Empoderamento e Proteção Social. Reflexões a partir de experiências latino-americanas. *XXXII EnANPAD*, 2008.

CACADOR, S. B. Impactos socioeconômicos do microcrédito: o caso do Nossocrédito no Espírito Santo. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1475-1502, Dec. 2014.

CAICEDO MUNOZ, S. .; SOLARTE-PAZOS, L. Empoderamiento de mujeres de una ONG colombiana. Un estudio de caso simple. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro , v. 49, n. 6, p. 1597-1618, Dec. 2015 .

CAMBOTA, J. N.a; PONTES, P. A. Desigualdade de rendimentos por Gênero Intra-ocupações no Brasil, em 2004. *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 331-350, Ago. 2007.

CAREGNATO, R. C. A., MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, v. 15, n. 4, p. 679-84, out./dez. 2006.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa Bolsa Família. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 258 - 272, ago./dez. 2012.

CARNEY, D. (Ed). *Sustainable rural livelihoods: what contribution can we make?* Department for International Development (DFID), London, 1998.

- CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 13, n. 2, p. 2029-40, 2008.
- CASSIANI, S. H de B. et al. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 4, n. 3, p. 75-88, 1996.
- CAVALIERI, C. H., FERNANDES, R. Diferenciais de rendimentos por gênero e cor: uma comparação entre as regiões metropolitanas brasileiras *Revista de Economia Política*, v. 18, n. 1, p. 158-175, jan/mar., 1998.
- CERVO, A. L. *Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CHAMBERS, R.; CONWAY G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st Century. *Institute for Development Studies*, University of Sussex, UK, Discussion Paper 296, 1992.
- CHESTON, S. Mulheres e microfinanciamento: abertura de mercados e mentes. Pathways Out of Poverty: Innovations in Microfinance for the Poorest Families, *Kumarian Press*, 2002.
- CHRISTOPOULOS, T. P.; MARQUES, Tomás C. A. Formulação de indicadores de impacto para microfinanças. *Rev. de Políticas Públicas*, v. 17, n. 1, p. 105-114, jan/jun., 2013.
- CLEGG, S; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S; HARDY, C.; NORD, V. (Ed.). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.
- CORNWALL, A; EDWARDS, J. Introduction: Negotiating Empowerment. *IDS Bulletin*, 41: 1-9. 2010.
- COSTA, A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. *Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher*, Neim/Ufba, 2000.
- COSTA, F. N. Microcrédito no Brasil. Texto para Discussão. *IE/UNICAMP*, Campinas, n. 175, abr. 2010.
- COUNCIL OF EUROPE. *Gender Mainstreaming: conceptual framework, methodology and presentation of good practices*. Final report of activities of the Group of Specialists on Mainstreaming, Strasbourg, 2004.
- CZARNIAWSKA, B. *Narratives in social science research*. London: SAGE Publications, 2004.
- DANTAS, C.de C., et al. Teoria fundamentada nos dados - aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 17(4), 573-579, 2009.
- DEERE, C. D.; LEON, M. Empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: *UFRGS*, 2002.

DINIZ, E. H. Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. *Relatório de pesquisa*, GV Pesquisa, Fundação Getúlio Vargas, 2010.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

DUNCOMBE, R. Using the livelihoods framework to analyze ICT applications for poverty reduction through microenterprise. *Information Technologies & International Development*, v. 3, n. 3, p. 81-100, 2006.

FACHINI, C. *Sustentabilidade financeira e custos de transação em uma organização de microcrédito no Brasil*. 2005. 131p. Tese (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo Esalq, São Paulo, 2005.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. *Rev. Estudos Feministas*, v. 12, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FARASHUDDIN, M. et al. Empowerment of Women. In: HUSSAIN, A. M. Muazzam. Poverty Alleviation and Empowerment: The Second Impact Assessment Study of BRAC's Rural Development Programme. Dhaka, Bangladesh: BRAC. Grameen Foundation USA. *Grameen Foundation USA Publication Series*, 2005. p. 16.

FORTE, C. A força empreendedora da mulher brasileira e da mulher colombiana. In: MEDINA, C. (Org). *O impacto do microcrédito para a mulher latino-americana*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011. p. 17-58.

FOUCAULT, M. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, A. F. Organizações de Microfinanças: Inovações e Desafios Para a Inclusão Financeira. *Revista de Administração da UFSM*, v6, n. 1, 2013.

GERALDO, I. *O impacto do microcrédito na trajetória sócio-ocupacional das mulheres empreendedoras: a experiência da BluSol*. 2004. Dissertação (Pós-Graduação em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2004.

GONZALEZ, L. E.; BRITO, M. G. F. Microcrédito nas cooperativas: um estudo exploratório. *Enanpad*, Rio de Janeiro, 2013.

GONZALEZ, L.; MOSER, R. M. B. Microfinanças verdes: o caso do Sistema Cresol na região sul do Brasil. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 1039-1058, ago. 2015.

GONZALEZ, L.; PIZA, C. T.; GARCIA, D. B. Sinergia entre Microseguro e Microcrédito e o crescimento dos mercados no Brasil. *Rev. Bras. Risco e Seg.*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 45-84, out. 2009/mar. 2010. Disponível em: <[http://www.funenseg.org.br/extras/lauro\\_sinergia.pdf](http://www.funenseg.org.br/extras/lauro_sinergia.pdf)>.

- GREENBERG, M. E. Mind the gaps: from gender mainstreaming theory to operational triage in humanitarian relief. New Orleans: *International Studies Association*, 2010.
- GULLI, H. Microfinance and Poverty: Questioning the Conventional Wisdom..Washington, D.C.: International American Development Bank, 1998.
- HEEKS, R. Impact assessment of ICT4D projects: a partial review of frameworks. *Institute for Development Policy and Management*, University of Manchester, UK, 2007.
- HELMS, B. Access for all: building inclusive financial systems. Washington: Consultative Group to Assist the Poor. *The Worldbank*, 2006. 170 p.
- HERLING, L. H. et al. Produção científica em finanças: mapeamento das publicações em periódicos Qualis A no Brasil. *Revista de Ciências da Administração*, v. 1, n. 1, p. 51-64, 2015.
- JAYO, M.; POZZEIBON, M.; DINIZ, E. H. Microcredit and Innovative Local Development in Fortaleza, Brazil: The Case of Banco Palmas. *Canadian Journal of Regional Science/Revue canadienne des sciences régionales*, v. XXXII, n. 1, p. 115-128, Spring/printemps, 2009.
- JUNQUEIRA, R. G. P.; ABRAMOVAY, R. A sustentabilidade das microfinanças solidárias. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 40, n. 1, 2005.
- JUREMA, S. B. Ações e estratégias do CNDM para o “empoderamento” das mulheres. *Rev. Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 207, 2001.
- KULKAMI, V. S. *Women’s empowerment and microfinance: an Asian perspective*. 2011. International Fund for Agricultural Development (IFAD). Disponível em: <<http://www.ifad.org/operations/projects/regions/pi/paper/13.pdf>>.
- LABRECQUE, M. F. Gender mainstreaming or instrumentalization of women?. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 901-912, 2010.
- LABRECQUE, M. F. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres? *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 901-912, Dec. 2010.
- LAVINAS, L.; MARTINS, P. Empreendedorismo, microcrédito e superação da miséria no Brasil: pontos em debate. *Revista Econômica*, Niterói, v. 14, n. 2, p. 85-113, dez. 2012.
- LAVINAS, L; NICOLL, M. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. In: *Parcerias Estratégicas: Edição Especial Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004 / 2006)*: Brasília, DF nº 22 – junho 2006 – Brasília, DF.
- LAVOIE, F.; POZZEIBON, M.; GONZALEZ, L. Challenges for Inclusive Finance Expansion: the Case of CrediAmigo, a Brazilian MFI. *International Management* v. 15, n. 3, p. 57-69, 2011.
- LEÓN, M. *Poder y Empoderamiento de las Mujeres.*, Santa Fe de Bogotá: TM Editores. 1998.
- LEROY R. S. D., FERREIRA, M. A. M., MOREIRA, N. C., & SILVA, E. A. Mobilidade social e empoderamento: a percepção das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. *Revista do Serviço Público*, 62(4). 2014.

LERVOLINO, S. A.; PELICIONI, M. C. F. A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde. *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 115-121, jun. 2001.

LESSA, D. Um alento para os sem-crédito. *Revista Rumos*, p. 40, abr. 2001. Manual de Regulamentação das microfinanças. BNDES, ago/2000.

LISBOA, T. K. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. *Anais... Fazendo Gênero 8, Corpo Violência e Poder*. Florianópolis, 2008.

MACEDO, M. S. *Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres*, 2003. Disponível em: [www.redemulher.org.br/generoweb/márcia.htm](http://www.redemulher.org.br/generoweb/márcia.htm)  
[www.redemulher.org.br/generoweb/márcia.htm](http://www.redemulher.org.br/generoweb/márcia.htm)

MAHONEY, J. Knowledge accumulation in comparative historical research: the case of democracy and authoritarianism. In: IMAHOMEY, James; RUESCHEMEYER, Dietrich. *Comparative historical analysis in the social sciences*. Cambridge University Press: New York, 2003.

MALHOTRA, A.; *et al.* Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development. *World Bank Workshop on Poverty and Gender: New Perspectives*. 2002.

MARTINS, H. H. T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, Ago. 2004.

MAYOUX, L. *Reaching and Empowering Women: Towards a Gender Justice Protocol for a Diversified, Inclusive, and Sustainable Financial Sector*. Perspectives on Global Development and Technology, 2010. 9 (3-4), p. 581-600.

MAYOUX, L. *Tackling the down side: Social capital, women's empowerment and microfinance in Cameroon*. *Development and Change* 32 (3) 435-464, 2001.

MAYOUX, L. *Women's empowerment and microfinance: a 'think piece' for the microfinance field*. Sustainable Micro-finance for Women's Empowerment. 2006.

MAYOUX, L.; HARTL, M. *Gender and rural microfinance: reaching and empowering women – a guide for practitioners*. IFAD report. Rome: International Fund for Agricultural Development, 2009.

MEDINA, C. *O impacto do microcrédito para a mulher latino-americana*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2011. 146 p.

MENEZES, C. R. C. et al. Como o microcrédito contribui para o desenvolvimento das MPes? Estudo multicase em empresas participantes do APL de confecção de Sergipe. *Revista do Pensamento Contemporâneo de Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 81-97, jul./set. 2013.

MILANOV, H.; JUSTO, R.; BRADLEY, S. W. Making the most of group relationships: the role of gender and boundary effects in microcredit groups. *Journal of Business Venturing*, 2015.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set. 1993.

MONZONI NETO, M. P. *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.*

MORAES, A. F.; SOUZA JUNIOR, A. A. As práticas de microcrédito produtivo em uma empresa de reciclagem de papel do pólo industrial de Manaus. *XXXV Enanpad*, Rio de Janeiro, 2011.

MORDUCH, J. The Microfinance Promise. *Journal of Economic Literature*, v. 37, n. 4, dez. 1999.

MOREIRA, N. C. *et al.* Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. *RAP*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012. *Social. Revista de Administração Pública-RAP*, v. 46, n. 2, p. 403-423, 2012.

MUSITU, G.; BUELGA, S. *Desarrollo comunitario y potenciación*. In: MUSITU, G. et al. (Ed.). *Introducción a la psicología comunitaria*. Barcelona: UOC, 2004. p. 167-195.

NAIR, T. Microfinance: Lessons from a crisis. *Economic and Political Weekly*, v. XLV1, n. 6, 5 Feb. 2011.

NERI, M.; MEDRADO, A. *Experimentando o microcrédito: uma análise do impacto do CrediAMIGO sobre o acesso ao crédito*. Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, dez. 2005.

NEUMAN, W. L. *Basics of social research: qualitative and quantitative approaches*. 2nd edition. Boston: Pearson Education, 2007.

NICHTER, S.; GOLDMARK, L.; FIORI, A. Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro. In: Seminário Internacional BNDES Microfinanças, 2002. *Anais...* Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

NICO, L. S. et al. A *Grounded Theory* como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 789-797, June 2007.

OAKLEY, P.; CLAYTON, A. *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. 2. ed. Londres: INTRAC, 2003.

OLIVEIRA, M. L. L. *Transformação das desigualdades de gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do cariri paraibano*. Programa de Pós-Graduação Em Educação (Mestrado) Universidade Federal da Paraíba, 2007.

OLIVEIRA, M. L. S. *Mulheres Na Liderança, Relações De Gênero e Empoderamento em Assentamentos de Reforma Agrária: o Caso do Saco Do Rio Preto em Minas Gerais*. Pós-Graduação em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (Doutorado em Ciências). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ. 2006.

PAPA, F. de C. *Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil – Percursos de uma pré-política*. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2012.

PARENTE, S. *O mercado financeiro e a população de baixa renda*. Brasília: CEPAL – Escritório no Brasil, 2003. 46p.

PINTO, M. de R. Articulando a Etnografia e a Grounded Theory na Pesquisa do Consumidor. *REAd. Rev. eletrôn. adm.* (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 397-424, Aug. 2014.

PITT, M.; KHANDKER, S. The impact of group-based credit programs on poor households in Bangladesh: does the gender of participants matter? *Journal of Political Economy*, v. 106, p. 958–996, 1998.

PRÁ, J. R.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, abr. 2012.

PREVEDELLO, M. I.; PESSALI, H. F.; ALMEIDA, F. Desenho institucional e custos de transação: um estudo sobre a reestruturação do Programa Banco Social no Paraná. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 157-176, fev. 2013.

RESE, N. et al. A análise de narrativas como metodologia possível para os estudos organizacionais sob a perspectiva da estratégia como prática: “uma estória baseada em fatos reais”. *Anais... Eneo*, Florianópolis, 2010.

RIGER S. What's wrong with empowerment. *American Journal of Community Psychology*, v. 21, p. 279-292, 1993.

RIGHETTI, C. C. B. *Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito*. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROBINSON, M. S. *The microfinance revolution: sustainable finance for the poor*. Washington, DC: World Bank, 2001.

ROMANO, J. *Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza*. In: ROMANO, J.; ANTUNES, M. (org.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Actionaid, 2002.

RUTHERFORD, S. *The Poor and Their Money*. *Oxford University Press*, 2000.

SANTOS, L. M. D.; FERREIRA, M. A. M. Condicionantes do uso do microcrédito no Estado de Minas Gerais: aspectos transacionais e comportamentais dos agentes. *Gestão & Regionalidade*, v. 25, n. 73, p. 89-100, art. 84, 2009.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Liberal vs Liberating Empowerment: Conceptualising Women's Empowerment from a Latin American Feminist Perspective. *Brighton: IDS: Implementation* (Working paper 5/2001). Viena: IWM, 2001.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Perfil das Instituições de Microfinanças (OSCIP) no Brasil. Documento técnico. 2011. Disponível em: <http://www.bpcs.org.br/downloads/pesquisa-sebrae-2012.pdf>

SCHREINER, M. Informal Finance and the Design of Microfinance, *Development in Practice*, vol. 11, No. 5, pp. 637-640. 2001.

SELA, V. M.; SELA, F. E. R.; COSTA, S. C. A Importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de microcrédito. In: ENANPAD, Salvador. *Anais... ANPAD*, 2006.

SEN, A. K. Capability and well-being. In: NUSSBAUM, M.; SEN, A. K. (Eds.). *The quality of life*. Helsinki: World Institute of Development Economics Research, 1993.

SEN, A. K. *Development as freedom*. New York: Knopf, 1999.

SEN, A. K. Gender and co-operative conflict. In: TINKER, I. (Ed.). *Persistent inequalities*. New Delhi: Oxford University Press, 1990.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 187-192, 2000.

SOARES, M. M.; SOBRINHO, A. D. de M. *Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. 2. ed. rev. amp. Brasília: Banco do Brasil, 2008.

SOARES, R. B.; BARRETO, F. A.; AZEVEDO, M.T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 119-142, mar. 2011.

SOHAL, R. Strategic Engagements: Exploring Instrumentalist Approaches to Engendering Development. *Canadian Journal of Development Studies*, Special Issue, v. XXVI, p. 665-676, 2005.

SPINK, P. K. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia e Sociedade*, v. 15, n. 2, p. 18-422, jul./dez. 2003.

STAKE, R. E. Qualitative case study. In: DENZIN, Norman. K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs). *The sage handbook of qualitative research*. London: SAGE Publications, 2005. p. 443-466.

STRAUSS A, CORBIN J, organizadores. *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing Grounded Theory*. London: SAGE Publications; 1998.

SUPLICY, E. M. *Renda de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TREILLET, S. L'instrumentalisation du genre dans le nouveau consensus de Washington. *Actuel Marx*, v. 44, n. 2, p. 53-67, 2008.

VEAUVY, A. *Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas*. 2011. 50 f. Monografia (Curso de Relações Internacionais) – Faculdade de Campinas, Campinas, 2011.

VENTURA, E. C. *A evolução do crédito: da antiguidade aos dias atuais*. Curitiba: Juruá, 2008.

VERLOO, M. *Another velvet revolution? Gender mainstreaming and the politics of implementation*. IWM Working Paper n. 5/2001.

WALBY, S. Gender Mainstreaming. *Productive Tensions in Theory and Practice*. Contribution to ESCR Gender Mainstreaming Seminars. 2003.

YIN, R. K. *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Trad. Daniel Grassi. 3ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, M.; JOLIS, A. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.